



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL**

**A TRAJETÓRIA DE GRACILIANO RAMOS E A MULTIPLICIDADE DE  
SENTIDOS DE "MEMÓRIAS DO CÁRCERE"**

**FABIO VILLANI SIMINI**

**RIO DE JANEIRO**

**2012**

**A TRAJETÓRIA DE GRACILIANO RAMOS E A MULTIPLICIDADE DE  
SENTIDOS DE "MEMÓRIAS DO CÁRCERE"**

**FABIO VILLANI SIMINI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em Memória Social.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Regina Abreu

**RIO DE JANEIRO**

**2012**

**A TRAJETÓRIA DE GRACILIANO RAMOS E A MULTIPLICIDADE DE  
SENTIDOS DE "MEMÓRIAS DO CÁRCERE"**

**FABIO VILLANI SIMINI**

**Avaliado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_**

**BANCA EXAMINADORA**  
**Defesa de Dissertação de Mestrado**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Regina Abreu – Orientador**  
**PPGMS/UNIRIO**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ângela de Castro Gomes**  
**Fundação Getúlio Vargas/FGV**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Claudia Cristina de Mesquita Garcia Dias**  
**PPGMS/UNIRIO**

“Liberdade completa ninguém desfruta: começamos oprimidos pela sintaxe e acabamos às voltas com a delegacia de ordem política e social, mas, nos estreitos limites a que nos coagem a gramática e a lei, ainda nos podemos mexer.”

(RAMOS, Graciliano. Memórias do Cárcere. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 12)

## AGRADECIMENTO

À minha orientadora, professora Regina Abreu, pela atenção, disponibilidade, compreensão e dedicação.

Aos professores Amir Geiger e Claudia Mesquita pelas valiosas colocações durante a realização do exame de qualificação. Agradeço também à professora Ângela de Castro Gomes aceitar participar da banca examinadora de defesa.

Às professoras Claudia Beltrão, Icleia Thiesen e Patricia Horvat, por seus conselhos fundamentais ao longo desses anos.

À minha família pelo apoio, carinho e forte influência.

À Ana pelo companheirismo e motivação em cada empreitada da minha vida e por sua presença marcante nessas páginas.

Ao Heitor, Gabriel e Diogo por dividirem momentos de descontração essenciais à minha sanidade mental.

À Renata pela amizade sincera desde nossa graduação.

## RESUMO

A obra *Memórias do Cárcere*, iniciada dez anos após o período em que Graciliano Ramos esteve preso na Ilha Grande e postumamente publicada, oferece um testemunho de sua vivência no cárcere durante a Era Vargas. Este trabalho pretende refletir sobre as múltiplas ressonâncias destas memórias em diferentes categorias de patrimônios que se instituíram ao longo do tempo, por exemplo, o patrimônio literário, a obra já citada de Graciliano Ramos e cinematográfico, o filme de Nelson Pereira dos Santos de 1984. Assim, buscaremos também analisar a pluralidade de significados destes patrimônios, encarando-os enquanto fontes passíveis de análise histórica e detentoras de sua própria historicidade.

**Palavras-Chave:** Memória Social, Cárcere, Graciliano Ramos.

## ABSTRACT

The book *Memórias do Cárcere*, which had been started ten years before the period that Graciliano Ramos was arrested in Ilha Grande and was published after his death, offers a testimonial of his living in jail during the years of the Era Vargas. This work intends to reflect about the multiples resonances of these memories in different patrimony categories that have been institutionalized throughout time, for instance, literary patrimony, the already quoted book written by Graciliano Ramos and cinematographic patrimony, in this case the movie directed by Nelson Pereira in 1984. Therefore, our goal is also to analyze the plurality of significance present in these patrimonies, facing them as sources that can be brought up through historical analysis and in charge of their own historicity.

**Keywords:** Social Memory, Prison, Graciliano Ramos.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1. ESTUDO DE TRAJETÓRIA.....</b>	<b>16</b>
<b>2. A PRODUÇÃO DA OBRA ‘MEMÓRIAS DO CÁRCERE’ E SEU CONTEXTO..</b>	<b>46</b>
2.1. Resumo comentado da obra .....	46
2.2. O processo de escrita e o período Vargas .....	53
2.3. O lançamento póstumo e a polêmica de autenticidade .....	56
2.4. O lançamento do filme Nelson Pereira dos Santos e sua repercussão .....	60
<b>3. RESSONÂNCIAS DA OBRA E SEU LEGADO .....</b>	<b>65</b>
3.1 Política, Poder e Memória: .....	65
3.2 “Memórias do Cárcere” ou “Pai Dos Pobres”? O embate na construção da memória Varguista:.....	71
3.3 A escrita de si em Memórias do Cárcere: .....	75
3.4 Ressonâncias e Patrimonialização de Memórias do Cárcere:.....	79
3.4.1. A Literatura de Testemunhos da década de 1970 .....	80
3.4.2. Memórias do Cárcere enquanto Patrimônio literário .....	81
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>85</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>87</b>

## INTRODUÇÃO

Ao longo da minha graduação em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), tive a oportunidade de analisar a experiência carcerária de ex-presos políticos, enquadrados na Lei de Segurança Nacional (LSN) de 1969, do antigo Instituto Penal Cândido Mendes, localizado na Vila de Dois Rios (Ilha Grande – Angra dos Reis/RJ). A partir de amplo *corpus documental*; entrevistas com ex-presos LSN – obtidas com base na metodologia da História Oral; livros autobiográficos de ex-presos LSN; longa-metragem *Quase Dois Irmãos* de Lúcia Murat e documentos de época, pude, não só reconstruir o presídio sob a ótica da memória daqueles que vivenciaram a experiência prisional durante os *Anos de Chumbo* (1968-1975) na Ilha Grande, como também observar os conflitos, disputas e versões presentes no fenômeno da memória social.

Entretanto, uma das questões que mais me chamou atenção durante a pesquisa, não se deu no âmbito acadêmico. Em diversos encontros sociais, após ser indagado sobre o que pesquisava na graduação, dois fatos eram recorrentes. Primeiro, indagavam-me se eu confirmava a suposta história sobre a origem da facção criminosa Comando Vermelho. Segundo a tese amplamente divulgada pela imprensa brasileira, principalmente na década de 1980, a facção criminosa se originou do convívio forçado entre presos políticos e comuns no Instituto Penal Cândido Mendes, onde os primeiros supostamente ensinaram aos últimos todo o *modus operandi* das organizações de esquerda. Após discussão sobre o assunto, a figura de Graciliano Ramos surgia das mais variadas formas possíveis. De indicações anacrônicas do livro *Memórias do Cárcere* para meu *corpus documental* (o escritor alagoano foi preso durante a ditadura Vargas) a dúvidas específicas sobre sua experiência prisional.

Para muitos, a Ilha Grande seria um sinônimo de berço do Comando Vermelho e de Graciliano Ramos. A situação da segurança pública fluminense, anterior à implementação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), parece nos dar indícios da constante presença do Comando Vermelho nas associações feitas, se entendermos a memória com base em sua característica de conservar vestígios de períodos passados, fixando uma relação direta entre indivíduo-presente e fatos-passado.

Mas, o que dizer a respeito das lembranças sobre Graciliano Ramos e de sua rápida identificação com a Ilha Grande? O escritor alagoano, preso em Março de 1936 e libertado em

Janeiro de 1937, permaneceu no cárcere por 10 meses. Porém, esteve preso na Ilha Grande por apenas 18 dias. Outra questão que surge são os equívocos quanto à temporalidade dos fatos relatados por Graciliano Ramos. A obra *Memórias do Cárcere* foi publicada postumamente em 1953, 17 anos após sua prisão e 11 anos antes do golpe civil militar de 31 de março de 1964.

A partir destes apontamentos, surgiu o interesse em trabalhar com a obra do *Velho Graça*, apelido de Graciliano Ramos, visando compreender as ressonâncias na sociedade brasileira deste livro em que História, Memória e Literatura se convergem em uma narrativa autobiográfica. Antes de tratarmos da obra *Memórias do Cárcere*, surge a necessidade de traçarmos um breve panorama do gênero biográfico em função da temática abordada no livro.

A biografia, que antes era posta à margem do saber erudito, aos poucos, sem que os acadêmicos percebessem, foi demolindo suas diferenças com a História. Segundo o historiador Arnaldo Momigliano<sup>1</sup>, nos livros escritos sobre o método histórico, a biografia aparecia, desde o século XVI, como uma forma legítima de escrever história. Ou seja, entre os séculos XVI e XVIII, a distinção estabelecida pelos helênicos na antiguidade entre história e biografia foi sendo substituída por uma nova, que via a biografia como um tipo de história. O autor aponta, ainda, uma discussão sobre quais seriam os limites entre a biografia e a história e a dificuldade dos historiadores em estabelecer essa linha que delimitaria o campo dos biógrafos, por esse motivo os historiadores não poderiam criticar os biógrafos por tomar cada vez mais espaço do campo da história.

As últimas décadas do século XX presenciaram um vertiginoso crescimento do interesse no gênero biográfico. O sujeito pós-moderno se vê em um contexto em que a verdade dá lugar ao relativo e o todo é estilhaçado em partes intangíveis. É nesse cenário, de perdas de parâmetro sociais e ideológicos, que as biografias encontram seu lugar nas prateleiras das grandes livrarias e, finalmente, na predileção dos consumidores.

Alguns motivos podem ser enumerados como, por exemplo, a retomada do passado em busca de modelos que sirvam para justificar ou inspirar ações no presente, ou ainda, a curiosidade em buscar o que de humano existe em um personagem, muitas vezes, quase divinizado, em um exercício prazeroso de voyeurismo que, como explica Benito Bisso Schmidt “impõe muitos autores a investigar minuciosamente a vida privada dos outros,

---

<sup>1</sup> MOMIGLIANO, Arnaldo. *The development of Greek Biography*. Expanded edition. Cambridge; London: Harvard University Press, 1993. p. 2

sobretudo dos personagens destacados, a fim de demolir mitos (transformando-os em ‘gente como a gente’) ou simplesmente para saciar a curiosidade dos leitores.”<sup>2</sup>

Após essas considerações sobre o gênero biográfico, cabe detalharmos o objeto de estudo. Graciliano Ramos inicia *Memórias do Cárcere* dez anos após sua experiência prisional (1946), não possuía a pretensão de ver seu livro publicado ainda em vida, pois segundo suas palavras: “... provavelmente isto será publicação póstuma, como convém a um livro de memórias.”<sup>3</sup> Logo nas primeiras páginas, Graciliano Ramos expõe o caráter autobiográfico da obra e revela o distanciamento entre fatos-passados e escrita-presente:

Não conservo notas: algumas que tomei foram inutilizadas, e assim, com o decorrer do tempo, ia-me parecendo cada vez mais difícil, quase impossível redigir esta narrativa. [...] também me afligiu a ideia de jogar no papel criaturas vivas, sem disfarces, com os nomes que têm no registro civil. [...].<sup>4</sup>

Em 1953, meses após sua morte, a obra inacabada foi publicada por seu filho Ricardo Ramos, que se preocupou em escrever no final do livro uma *Explicação Final* aonde buscou esclarecer a ausência do último capítulo. Tal iniciativa levantou polêmica a respeito da autenticidade da obra, em que posteriormente trabalharemos. O livro foi publicado em dois volumes pela Editora José Olympio e, segundo Wander Melo Miranda, se torna um sucesso de vendas, 10 mil exemplares são vendidos em apenas quarenta e cinco dias.<sup>5</sup>

Devemos ressaltar que a obra não foi sua primeira experiência autobiográfica. Graciliano Ramos já havia publicado, pela Editora José Olympio em 1945, seu quinto livro, *Infância*. Livro dividido em 39 capítulos em que o autor descreve o período inicial de sua vida, como por exemplo, seu processo de alfabetização, suas primeiras impressões acerca da literatura e fornece indícios de suas futuras concepções literárias. O processo de escrita de *Infância* também se deu de forma demorada. Segundo as possíveis datas dos manuscritos de Graciliano Ramos, três capítulos foram escritos em 1938, quatro em 1939, dois em 1940, quatro em 1941, nove em 1942, sete em 1943 e dez em 1944.<sup>6</sup>

---

<sup>2</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo Biografias... Historiadores e Jornalistas: Aproximações e Afastamentos. *Revista Estudos Históricos*. v. 19. 1997. p.4

<sup>3</sup> RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 13.

<sup>4</sup> RAMOS, Graciliano. op. cit. p 11.

<sup>5</sup> Como exposto por Wander Melo Miranda, no posfácio de “Memórias do Cárcere”. MIRANDA, Wander Melo. Posfácio in: RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 681.

<sup>6</sup> DA SILVA, Márcia Cabral. *Infância, de Graciliano Ramos: uma história da formação do leitor no Brasil*. (Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas), Instituto de Estudos da Linguagem, 2004, p.53.

O livro-depoimento de Graciliano Ramos, como nos aponta Renato Franco<sup>7</sup>, ainda na década de 1950, já fornecia ao leitor testemunhos de suas experiências traumáticas sofridas em um governo ditatorial. Matéria que ressurgiria com a *literatura de testemunho*, originada na década de 1970, onde militantes e jornalistas contemporâneos iniciaram, por meio da escrita de livros de memória e biográficos, a divulgação da memória da esquerda, silenciada por um grande período pelo regime ditatorial brasileiro pós-1964.<sup>8</sup>

Graciliano Ramos relativiza a censura varguista em obras de arte e nos revela que: “certos escritores se desculparam de não haverem forjado coisas excelentes por falta de liberdade – talvez ingênuo recurso de justificar inépcia ou preguiça”.<sup>9</sup> No entanto, afirma que nenhum escritor desfruta de plena liberdade – a opressão se iniciaria pela sintaxe e terminaria na delegacia de ordem política e social. Portanto, “nos estreitos limites a que nos coagem gramática e lei, ainda nos podemos mexer”.<sup>10</sup> Tal visão sobre a literatura se assemelha com a concepção barthesiana.

Segundo o semiólogo e filósofo francês Roland Barthes, o poder está inscrito na linguagem, ou seja, na língua: “A linguagem é uma legislação, a língua é seu código. Não vemos o poder que reside na língua, porque esquecemos que toda língua é uma classificação, e que toda classificação é opressiva [...]”.<sup>11</sup> Falar não seria se comunicar, mas se submeter. Dessa forma nos submetemos a estruturas e regras da língua que não nos impede de dizer, mas ao contrário, nos obriga a dizer de uma determinada maneira de acordo com regras gramáticas e lexicais. Ao ser proferida, a língua, inevitavelmente, está a serviço do poder.

O que nos sobra no jogo entre a língua e poder é a *trapaça*. Pois, não podemos destruir a língua, nem viver em seu exterior, contudo, podemos desviá-la dos mecanismos de poder que a perpassam. O símbolo maior da trapaça na língua seria a literatura. Para Barthes, a literatura seria: “[...] não um corpo ou uma sequência de obras, nem mesmo um setor de

---

<sup>7</sup> FRANCO, Renato. Literatura e Catástrofe no Brasil: Anos 70. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org). *História, Memória, Literatura: o Testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003, p. 360.

<sup>8</sup> ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas Revolucionárias e Luta Armada. In: FERREIRA, J. & DELGADO, L. *O Brasil Republicano: O Tempo da Ditadura – regime militar e os movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 44-91.

<sup>9</sup> RAMOS, Graciliano. op. cit. pp. 11-12.

<sup>10</sup> RAMOS, Graciliano. op. cit. pp. 12.

<sup>11</sup> BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo Cutrix, 1977. p. 12.

comércio ou de ensino, mas o grafo complexo das pegadas de uma prática: a prática de escrever.”<sup>12</sup>

Desta forma, buscando compreender, ao longo deste trabalho, narrador e sua narrativa, trabalhamos com a trajetória de Graciliano Ramos. No entanto, este trabalho não tem o intuito de gerar um estudo biográfico sobre o autor, procuramos no primeiro capítulo realizar um estudo de trajetória. Tal iniciativa implica a análise do contexto histórico e das redes sociais, a relação de filiação, herança familiar e política, filiação partidária e ideológica, capital cultural, econômico e político nos quais o indivíduo focalizado se insere.

Já a noção de biografia quase sempre retira o personagem do contexto histórico em que vive para enaltecê-lo, criando aquilo que o sociólogo Pierre Bourdieu qualificou de “ilusão biográfica”<sup>13</sup>. A ilusão biográfica é o mecanismo, no qual certos autores se baseiam, que consiste em apresentar a vida dos biografados como um todo, ou seja, “um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser aprendido como expressão unitária de uma intenção subjetiva e objetiva de um projeto”.<sup>14</sup>

Trabalhando desta forma, os biógrafos não levam em conta os aspectos sociais da vida dos personagens biografados, em sua maioria, os transformam em celebridades e os consagram como indivíduos notáveis e exemplares. Regina Abreu concebe esse processo como o de “fabricação do imortal, ou seja, a vida do indivíduo biografado é tratada unilateralmente, onde suas realizações, feitos e obras são monumentalizadas, cristalizando-se uma única versão de uma vida sem dúvidas, desvios ou contradições.”<sup>15</sup>

Portanto, procuramos, através do estudo de trajetórias, colocar o autor alagoano como sujeito de seu próprio tempo e espaço. O livro *Mozart, sociologia de um Gênio* de Norbert Elias<sup>16</sup> nos fornece um bom exemplo para os objetivos propostos. Elias retrata a “luta” de um “músico burguês”, como caracteriza Mozart, contra a sociedade de corte, estabelecadora dos padrões artísticos com base na distribuição geral de poder. A abordagem foge de uma

---

<sup>12</sup> BARTHES, Roland. op. cit. p. 16

<sup>13</sup> BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: J. AMADO; M.M. FERREIRA (orgs.), *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001, p. 183-191.

<sup>14</sup> BOURDIEU, P. op. cit. p. 184

<sup>15</sup> ABREU, Regina. Ecos e murmúrios de uma trajetória incomum. In: FRANCO NETTO, Guilherme; ABREU, Regina. (orgs.) *Arouca meu irmão: uma trajetória a favor da saúde coletiva*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2009.

<sup>16</sup> ELIAS, Norbert. *Mozart: Sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

dicotomia entre indivíduo/sociedade e estabelece uma dinâmica interacional entre ambos, questionando o papel do indivíduo e suas possibilidades de mudança social.

No segundo capítulo, abordaremos a narrativa de *Memórias do Cárcere*, analisando seu conteúdo, a produção da obra e seu lançamento. Dedicaremos especial atenção à contextualização do período de produção, correspondente ao declínio do Estado Novo, e de seu lançamento, crise política do Governo Vargas na década de 1950. Ainda neste capítulo, retomaremos a polêmica da autenticidade da obra, surgida após seu lançamento. Segundo alguns críticos literários da época, a obra original teria sofrido modificações por influência do Partido Comunista Brasileiro.

Devemos, portanto, entender a obra a partir de uma visão de “memórias em disputa”, como trabalhado por Michael Pollak em seu artigo “Memória, Esquecimento, Silêncio”.<sup>17</sup> Segundo Pollak, a memória, enquanto operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se pretende salvaguardar, está constantemente inserida em um processo de negociação entre memória nacional e memórias subterrâneas. Quando as memórias subterrâneas ocupam a cena cultural, editorial e os meios de comunicação, observamos que a memória oficial já não consegue satisfazer certas exigências de justificação. As memórias clandestinas passam a comprovar “o fosso que separa de fato a sociedade civil e a ideologia oficial de um partido e de um Estado que pretende a dominação hegemônica”<sup>18</sup>.

No terceiro e último capítulo, voltaremos o olhar para as questões relativas à ressonância de *Memórias do Cárcere*, buscando entender como seu conteúdo extrapola suas características iniciais e ressurgem, ao longo do tempo, com uma pluralidade de significados, “desempenhando funções sociais que ultrapassam seu valor puramente literário.”<sup>19</sup> Abordaremos as ressignificações da obra, entendendo o livro enquanto um elemento anti-vargas cujo sucesso está intrinsecamente ligado a necessidade de se combater o legado criado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP.

Ao mesmo tempo, refletiremos como a narrativa carcerária de Graciliano Ramos, presente na obra, ressurgem em diferentes tempos e espaços. Analisaremos a influência do autor alagoano na literatura de testemunho brasileira, surgida na década de 1970, onde ex-militantes buscavam retratar suas experiências traumáticas vivenciadas durante o regime ditatorial pós-1964.

---

<sup>17</sup> POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989

<sup>18</sup> POLLAK, M. op. cit. p. 5.

<sup>19</sup> ABREU, Regina. *O Enigma de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Funarte:Rocco, 1998, p. 23.

Ainda neste mesmo momento político, ditadura pós-1964, o cineasta Nelson Pereira dos Santos adapta, em 1984, *Memórias do Cárcere* para o cinema.<sup>20</sup> O diretor, que já havia retratado um romance de Graciliano Ramos (*Vidas Secas* – 1963), se utiliza da obra literária para discutir a realidade autoritária do país. Através da analogia Vargas/Ditadura Militar, o cineasta “encena o passado para pensar toda uma configuração de problemas políticos no presente.”<sup>21</sup>

Em nossas considerações finais, retomaremos as discussões dos capítulos antecedentes, munidos agora, entretanto, da exposição da pesquisa em todos os seus desdobramentos. Apontaremos, ainda, as lacunas do trabalho efetuado, encerrando com o levantamento das questões que o processo de investigação, análise e redação, legou, traçando assim, as direções para futuras pesquisas a serem desenvolvidas no âmbito do que foi tratado na dissertação.

---

<sup>20</sup> O filme *Memórias do Cárcere* ganhou diversos prêmios internacionais tais como: Melhor Filme, em Cannes (França); no Festival Tashkent (URSS) e Festival de Veneza (Itália), Festival Internacional do Novo Cinema Latino-Americano (Cuba) e no Festival do Gramado (Brasil).

<sup>21</sup> XAVIER, Ismail. *O Cinema Brasileiro Moderno*. São Paulo: Paz e Terra, 2001, p. 86.

## 1. ESTUDO DE TRAJETÓRIA

Nasceu em 1892, em Quebrangulo, Alagoas. Casado duas vezes, tem sete filhos. Altura 1,75. Sapato n.º 41. Colarinho n.º 39. Prefere não andar. Não gosta de vizinhos. Detesta rádio, telefone e campanhas. Tem horror às pessoas que falam alto. Usa óculos. Meio calvo. Não tem preferência por nenhuma comida. Não gosta de frutas nem de doces. Indiferente à música. Sua leitura predileta: a Bíblia. Escreveu "Caetés" com 34 anos de idade. Não dá preferência a nenhum dos seus livros publicados. Gosta de beber aguardente. É ateu. Indiferente à Academia. Odeia a burguesia. Adora crianças. Romancistas brasileiros que mais lhe agradam: Manoel Antônio de Almeida, Machado de Assis, Jorge Amado, José Lins do Rego e Rachel de Queiroz. Gosta de palavrões escritos e falados. Deseja a morte do capitalismo. Escreveu seus livros pela manhã. Fuma cigarros "Selma" (três maços por dia). É inspetor de ensino, trabalha no "Correio do Manhã". Apesar de o acharem pessimista, discorda de tudo. Só tem cinco ternos de roupa, estragados. Refaz seus romances várias vezes. Esteve preso duas vezes. É-lhe indiferente estar preso ou solto. Escreve à mão. Seus maiores amigos: Capitão Lobo, Cubano, José Lins do Rego e José Olympio. Tem poucas dívidas. Quando prefeito de uma cidade do interior, soltava os presos para construírem estradas. Espera morrer com 57 anos.

(RAMOS, Graciliano; Auto-retrato aos 56 anos.)<sup>22</sup>

Graciliano Ramos de Oliveira nasceu em outubro de 1892 na cidade alagoana de Quebrangulo. Primeiro dos dezesseis filhos do casal Sebastião Ramos de Oliveira, filho de um senhor de engenho arruinado, e Maria Amélia Ferro e Ramos, na época uma moça de apenas 14 anos de idade. Seu pai ganhava a vida atrás do balcão de sua modesta loja de tecido na cidade.

Em 1894, atendendo aos argumentos dos pais de Maria Amélia, prósperos fazendeiros do Sertão pernambucano, Sebastião resolveu largar o comércio e viver, assim como a família de sua esposa, da criação de gado. Com suas economias, comprou a Fazenda Pintadinho próximo à Fazenda Maniçoba, propriedade dos Ferro, na cidade de Buíque (Pernambuco). A vida familiar de Graciliano Ramos pode ser caracterizada como típica em uma sociedade patriarcal do Nordeste brasileiro, modelo familiar incorporado pela colonização e adaptado, ao longo dos séculos, às condições sociais de um Brasil latifundiário e escravagista. Seu pai, Sebastião Ramos, representava o topo de uma rígida organização familiar onde as relações seriam regidas através de sua autoridade e poder. O tratamento paterno era arbitrário, variava de acordo com seu humor ou com o movimento de sua loja que abrira em Buíque. Graciliano

---

<sup>22</sup> *Auto-Retrato aos 56 anos*, contracapa do livro RAMOS, Graciliano. *Cartas*. Rio de Janeiro: Record, 1981.

Ramos descreve em seu livro *Infância* como se dava sua relação com seu pai: “Medo. Foi o medo que me orientou nos primeiros anos, pavor.”<sup>23</sup>

No que tange a vida fora da esfera familiar, a mentalidade patriarcal ainda marcava fortemente a vida política brasileira.<sup>24</sup> Coronelismo e clientelismo eram práticas recorrentes nos primeiros quarenta anos de República. A oligarquia, centrada nos grandes proprietários com vastos domínios privados, instituiu no país um tempo de liberalismo excludente, onde a cidadania seria exclusiva dos barões do café e dos *coronéis*. A posse de terra garantia aos latifundiários o domínio político e eleitoral nos municípios, mesmo diante de sua decadência em virtude do fortalecimento do Estado a partir da República. Diante deste quadro, as lideranças estaduais, em busca de maior prestígio e poder, viam-se obrigadas a se aliarem aos *coronéis* dos municípios. Tais relações se constituíram durante a Primeira República como um sistema político.<sup>25</sup>

Durante o governo de Campos Sales (1898-1902), com o objetivo de estabilizar politicamente o país, o então presidente elaborou o pacto político conhecido como *política dos governadores* ou, nas palavras de seu idealizador, política dos estados.<sup>26</sup> Através deste pacto, a União institucionalizava em nível federal o que já ocorria em nível estadual, ou seja, o governo brasileiro reconhecia a situação dos grupos dominantes nos estados mediante apoio político no Congresso. Para o historiador Boris Fausto (1975): “Neste contexto, por força do caráter que assume a satelitização interna, não se constituem no país frações nacionais de classe e as contradições no interior das classes dominantes tomam a forma regional.”<sup>27</sup> Desta forma, União e Estados se beneficiariam com o apoio mútuo, afastando da esfera nacional os conflitos oligárquicos e garantindo certa estabilidade política.

Apesar do revisionismo em estudos atuais sobre a República Velha, que relativiza a aliança política entre Minas Gerais e São Paulo e o tradicional conceito de política café-com-leite, não há uma discordância a respeito do caráter pró-oligárquico existente na política dos

<sup>23</sup> RAMOS, Graciliano. *Infância*. Rio de Janeiro, Record, 1981, p. 13.

<sup>24</sup> CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

<sup>25</sup> A respeito do coronelismo cf. CARONE, Edgard. *A Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro – São Paulo: Difel, 1976; LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto – O município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-ômega, 1978.

<sup>26</sup> CAMPOS SALES, M. F. *Da propaganda à presidência*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

<sup>27</sup> FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: História e Historiografia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1975.

governadores e nos resultados desta ação, como por exemplo, as disputas controladas nas sucessões presidenciais, onde, em geral, o candidato da situação era eleito.<sup>28</sup>

Aos cinco anos de idade, Graciliano aprendia sem sucesso em casa o alfabeto com seu pai. Essa prática pedagógica era uma herança do período colonial, quando a educação se restringia à esfera privada e caberia ao pai conferir ao seu filho à aquisição da cultura letrada.<sup>29</sup> Mesmo socialmente imbuído de tal atividade, Sebastião Ramos desiste de ensinar seu filho e incumbiu como nova docente Mocinha, irmã por parte paterna de Graciliano Ramos que morava com a família. Socialmente mais próximos, irmã e irmão dividiam conhecimentos e incertezas no processo cognitivo em aulas informais. Em *Infância*<sup>30</sup>, Graciliano revela a grande dúvida surgida na leitura de uma cartilha de alfabetização, a mesóclise “Ter-te-ão” havia sido confundida com um possível nome próprio “Terteão”. Esse episódio demonstra uma relação mais amena e o papel feminino no patriarcalismo. Segundo Gilberto Freyre, a mulher “era a aliada do menino contra o pai excessivo na disciplina e às vezes terrivelmente duro na autoridade”<sup>31</sup>.

Em Buíque, a realidade escolar não era diferente da encontrada em outras vilas do interior. Havia a escola pública, as chamadas *cadeiras públicas de primeiras letras*, herança dos tempos coloniais, onde mestres autorizados pelo Estado conduziam a educação de poucos alunos, e uma rede de escolarização doméstica, essa forma de instrução era transmitida por aqueles que dominassem alguma habilidade de leitura, escrita, cálculo etc.<sup>32</sup>. Graciliano Ramos frequentou a casa de D. Maria, professora particular que estava inserida nessa forma de ensino doméstico, onde teve seus primeiros desânimos diante dos livros didáticos do Barão de Macaúbas, importante educador brasileiro no séc. XIX, e da obra-prima de Camões, *Os Lusíadas*, trabalhados em sala de aula.

Foi por esse tempo que me infligiram Camões, no manuscrito. Sim senhor: Camões, em medonhos caracteres borrados — e manuscritos. Aos sete anos,

<sup>28</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930 in: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (Orgs.) *Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

<sup>29</sup> GUEDES-PINTO, Ana Lúcia; FONTANA, Roseli A. Cação. As mulheres professoras, as meninas leitoras e o menino leitor: a iniciação no universo da escrita no patriarcalismo rural brasileiro. Uma leitura a partir de *Infância*, de Graciliano Ramos. *Caderno Cedes*, Campinas, vol. 24, n. 63, p. 165-191, maio/ago. 2004.

<sup>30</sup> RAMOS, Graciliano. *Infância*. Rio de Janeiro, Record, 1981.

<sup>31</sup> FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1936. Apud GUEDES-PINTO, Ana Lúcia; FONTANA, Roseli. op. cit, p. 172.

<sup>32</sup> GUEDES-PINTO, Ana Lúcia; FONTANA, Roseli A. op. cit.

no interior do Nordeste, ignorante da minha língua, fui compelido a adivinhar, em língua estranha, as filhas do Mondego, a linda Inês, as armas e os barões assinalados. Um desses barões era provavelmente o de Macaúbas, o dos passarinhos, da mosca, da teia de aranha, da pontuação. Deus me perdoe. Abominei Camões. E ao Barão de Macaúbas associei Vasco da Gama, Afonso de Albuquerque, o gigante Adamastor, barão também, decerto.<sup>33</sup>

No entanto, as constantes idas à fazenda do avô materno atrapalhavam o aprendizado do jovem Graciliano. Na ausência de D. Maria, seu avô, Pedro Ferro, submetia-o às prosas do Barão de Macaúbas e ao catecismo. Tal mudança docente era bastante negativa, uma vez que seu avô não possuía prática pedagógica.

Mas o velho dava às letras nomes desconhecidos, lia de forma esquisita — e eu lamentava a ausência de D. Maria, a excelente mestra que me deixava errar, murmurava conselhos com doçura, como se pedisse desculpa. Meu avô era exigente. Detinha-se numa desgraçada sílaba, forçava-me a repeti-la, e isto me perturbava. As longas barbas brancas varriam-me a cara assustada; os olhos azuis, repletos de ameaças, feriam-me; a voz engrossava, rolava, entrava-me nos ouvidos como um trovão fanhoso e encatarroado. Os meus conhecimentos debandavam; as linhas misturavam-se, fugiam; no papel e dentro de mim grandes manchas alargavam-se. Nessa deplorável situação, eu embrulhava estupidamente a leitura, balbuciava respostas insensatas.<sup>34</sup>

Em 1898, uma grande seca atinge o Nordeste brasileiro<sup>35</sup>. Para desespero da família Ramos de Oliveira, a cidade de Buíque sentia os efeitos assoladores da seca caatinga. Sebastião Ramos, assim como diversos retirantes, via na mudança a única solução possível para o flagelo da estiagem. Resolveu então mudar-se para a cidade de Viçosa, localizada na zona açucareira do interior alagoano. Entretanto, deixou a esposa e seus filhos em Buíque até se estruturar. Na cidade, encontrou a ajuda de amigos e parentes. Em *Infância*, Graciliano Ramos nos conta: “Antes de estabelecer-se na cidade, meu pai se hospedou num engenho de fogo morto. E durante meses, em longas ausências, trabalhou com Seu Manuel Costa, assentando as bases de uma sociedade comercial, gora em pouco tempo.”<sup>36</sup> Denis de Moraes, em sua biografia sobre Graciliano Ramos, nos revela que Sebastião Ramos contou com a ajuda de Ismael Brandão, aliado político da oligarquia dos Maltas, importante família de

<sup>33</sup> RAMOS, Graciliano. *Infância*. Rio de Janeiro, Record, 1981, p. 129.

<sup>34</sup> RAMOS, Graciliano. op. cit. p. 131.

<sup>35</sup> Ver Quadro das Secas Totais no séc. XIX in: ALVES, J. *História das secas*. Fortaleza, Inst. do Ceará: Mon. 23, v. 1, séculos XVI a XIX, 1953, 293.

<sup>36</sup> RAMOS, Graciliano. *Infância*. Rio de Janeiro, Record, 1981, p. 169-170.

Alagoas.<sup>37</sup> A mudança de Mariquinha, como era chamada a mãe de Graciliano Ramos, e seus filhos só ocorreria meses depois, já em 1899. Essa passagem é descrita no capítulo *Mudança* no livro *Infância*:

Uma caminhada extensa, dezenas de léguas. Eu ia de garupa, escanchado num travesseiro, agarrando-me ao paletó de José Leonardo para equilibrar-me, em posição muito incômoda. (...) Xiquexiques e mandacarus foram substituídos por uma vegetação densa e muito verde; nos caminhos escuros os chocalhos calaram-se; surgiram regatos, cresceram, transformaram-se em rios e atrasaram a marcha.<sup>38</sup>

A cidade de Viçosa, lembrada como local da morte de Zumbi dos Palmares, se tornou o novo lar da família Ramos de Oliveira. A localidade prosperou, durante o séc. XIX, em virtude da economia açucareira e, diante da queda no preço do açúcar a partir de 1901<sup>39</sup>, a cidade sentiu os efeitos da crise açucareira. No entanto, a sociedade comercial Ramos & Costa progredia. A loja de tecidos, ferragens e miudezas garantiu recursos para que Sebastião Ramos comprasse uma pequena propriedade rural para criar gado.

Na nova cidade, Graciliano Ramos foi matriculado na escola pública sob tutela da professora Maria do Ó, descrita pelo escritor como: “mulata fosca, robusta em demasia, uma das criaturas mais vigorosas que já vi. Esse vigor se manifestava em repelões, em berros, aos setenta ou oitenta alunos arrumados por todos os cantos.”<sup>40</sup> Aos nove anos de idade, Graciliano Ramos se julgava inferior aos seus amigos e vizinhos, ainda possuía dificuldades em se inserir na cultura letrada. No entanto, encorajado por sua prima Emília, tomaria gosto pela leitura. A partir de então, buscou ler tudo o que estivesse ao seu alcance: de compêndios escolares a jornais e almanaques. Graciliano Ramos sentia a necessidade de ler, mas não possuía material suficiente para saciar sua febre literária.

Como assinala Laurence Hallewell, a publicação de livros no Brasil se deu de forma tardia. Até o final do século XIX, a maior parte dos livros editados no Brasil eram impressos em Portugal e em Paris.<sup>41</sup> Dentro desta lógica, os livros de literatura dispunham de um

<sup>37</sup> MORAES, Dênis de. *O Velho Graça, uma biografia de Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992, p.15.

<sup>38</sup> RAMOS, Graciliano. op. cit. p. 171.

<sup>39</sup> Para saber mais a respeito do preço do açúcar no mercado internacional cf. Exportação Anual Brasileira de Açúcar 1883 – 1905 in: CAMPOS, Zóia Vilar. *Doce Amargo: produtores de açúcar no processo de mudança – Pernambuco (1874-1941)*. São Paulo: Annablume, 2001, p.48.

<sup>40</sup> RAMOS, Graciliano. op. cit. p. 174.

<sup>41</sup> HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: Sua História*. São Paulo: Edusp, 2005.

mercado restrito nas primeiras décadas do século XX. Em virtude das condições aparentemente inacessíveis na aquisição de livros, a solução encontrada por Graciliano Ramos seria o empréstimo. Na biblioteca pessoal do tabelião Jerônimo Barreto, teve acesso a José de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo, Júlio Verne. “Em poucos meses li a biblioteca de Jerônimo Barreto. Mudei hábitos e linguagem. Minha mãe notou as modificações com impaciência.”<sup>42</sup>

Durante a estadia dos Ramos de Oliveira na cidade de Viçosa, Sebastião se tornou juiz substituto. Apesar do precário conhecimento jurídico, gozava de um relacionamento próximo com alguns senhores de engenho e estava alinhado com a situação política local. Substituto do Juiz de Direito, que se ausentava habitualmente, Sebastião Ramos seria ferramenta estratégica na absolvição de amigos e condenação de inimigos políticos.

Além do tabelião Jerônimo Barreto, o agente do correio Mario Venâncio também teve papel importante na vida de Graciliano Ramos. Atraídos pela ideia do recém-chegado a cidade, Graciliano Ramos e seu primo Cícero de Vasconcelos aderiram com entusiasmo à criação do jornal *O Dilúculo*. Estabeleceram a redação do periódico na agência do correio e, no dia 24 de julho de 1904, circulava o primeiro número do *Dilúculo* com o primeiro conto de Graciliano Ramos *O pequeno pedinte*. Segundo Ramos, devido às constantes intervenções de Venâncio: “várias artes minhas lançadas no *Dilúculo* saíram com tantos arrebiques e interpolações que do original pouco se salvou.”<sup>43</sup>

---

<sup>42</sup> RAMOS, Graciliano. *Infância*. Rio de Janeiro, Record, 1981, pp. 224-225.

<sup>43</sup> RAMOS, Graciliano. op. cit. p. 239.



Primeira página de O dilúculo, de 24 de junho de 1904.<sup>44</sup>

Mario Venâncio era um incentivador de Graciliano Ramos, “[ele] via em mim sinais de Coelho Neto, de Aluísio Azevedo — e isto me ensoberbecia e alarmava.”<sup>45</sup> Além disso, o funcionário postal facilitava o contato de Graciliano com as livrarias, tornando possível a aquisição de livros. Essas novas atividades não agradavam aos seus pais, logo o menino furtava moedas na loja de seu pai para sustentar seu vício pela literatura. Segundo Dênis de Moraes, Graciliano Ramos assinava por timidez seus contos no jornal *O Dilúculo* com pseudônimos (Ramos, G. Ramos, Ramos de Oliveira ou Feliciano)<sup>46</sup>.

Como a cidade de Viçosa não possuía ensino ginasial, Graciliano Ramos é matriculado no Colégio Quinze de Maio, dirigido pelo professor Agnelo Marques Barbosa, na capital alagoana. Logo, as atividades do jornal quinzenal, impresso em Maceió, se encerram em abril de 1905, após 17 números. Em 1906, Graciliano retornou de férias a Viçosa e, a pedidos de Mário Venâncio, ajudou o amigo a editar o jornal *Echo Viçosense*. O inesperado suicídio de Venâncio, 15 dias após o lançamento do periódico, chocou a cidade e findaram as atividades editoriais do jornal.

<sup>44</sup> GUIMARÃES, Raquel Beatriz Junqueira. *Rastros da leitura, trilhas da escrita: o leitor em Pedro Nava e Graciliano Ramos*. (Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais) Pós-graduação em Letras da Faculdade de Letras, 2010.

<sup>45</sup> RAMOS, Graciliano. *Infância*. Rio de Janeiro, Record, 1981, p. 240.

<sup>46</sup> MORAES, Dênis de. *O Velho Graça, uma biografia de Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

Esse amável profeta bebeu ácido fênico. Levantei-me da espreguiçadeira, onde me seguravam as novidades e os sofrimentos da artrite e de uma novela russa, fui encontrar o infeliz amigo estirado no sofá, junto à mesa coberta de papéis, brochuras, pedaços de lacre, almofadas e carimbos.<sup>47</sup>

Em Maceió, Graciliano Ramos permaneceu em regime de internato até 1910, ano em que completaria 18 anos. Durante esses cinco anos, possuía uma rotina autodidata, focando-se no estudo de português e línguas estrangeiras. Paralelamente a isso, influenciado por Olavo Bilac, Alberto de Oliveira e Raimundo Correia, escrevia seus primeiros sonetos. Em 1907, seus sonetos *Incompreensível* e *Confissão* eram publicados na revista *O Malho*, que na época abria espaço para novos poetas. A revista criada em 1902, possuiu em seu quadro de colaboradores Bilac, Guimarães Passos, Emílio de Menezes, Bastos Tigres e os chargistas J. Carlos e Luís Peixoto. No entanto, Graciliano Ramos continuava a assinar com pseudônimos: Feliciano Olivença e Feliciano de Olivença. Entre 1909 e 1911, alguns sonetos com os pseudônimos S. de Almeida Cunha, Almeida Cunha, Soares de Almeida Cunha e Soeiro Lobato foram publicado no *Jornal de Alagoas* e no *Correio de Maceió*.

Tal comportamento persistiria ainda por muito tempo, sua colaboração com a revista *O Malho* entre 1909 e 1913 se deu de forma mais complexa. Datou alguns sonetos como compostos em 1900 e indicava São Paulo e a cidade portuguesa de Porto como locais onde teria os escritos. Dizia ser Manuel Maria Soeiro Lobato, brasileiro, após longa permanência em Portugal, residente em Viçosa (estado de Minas Gerais). Em 1910, ainda aos 17 anos, foi procurado pelo *Jornal de Alagoas*, pois o jornal alagoano buscava realizar um inquérito<sup>48</sup> sobre as predileções dos literatos alagoanos. Graciliano Ramos se mostrou incrédulo com o reconhecimento de sua figura no círculo intelectual da capital alagoana. Desta vez, entretanto, a assinatura G. Ramos de Oliveira apareceria na enquete publicada em 18 de setembro.

Ao longo do texto, Graciliano Ramos discursa sobre escolas literárias, teatro, jornalismo e suas atividades literárias já desenvolvidas até o momento. Esclarece sua admiração ao realismo, “escola literária do futuro”, e defende a razão de seu pessimismo. Um dos pontos mais curiosos se dá ao retratar sua opinião a respeito da Academia Brasileira de

<sup>47</sup> RAMOS, Graciliano. *Infância*. Rio de Janeiro, Record, 1981, p. 241.

<sup>48</sup> O inquérito “A arte e a literatura em Alagoas – O que são, o que pensam, o que leem os nossos artistas e literatos – Qual a escola predominante entre nós – O jornalismo” promovido pelo *Jornal de Alagoas* se assemelhava ao que havia sido realizado pela *A Gazeta de Notícias* por João do Rio na então capital federal. Cf. SALLA, Thiago Mio. *O fio da navalha: Graciliano Ramos e a Revista Cultura Política*. (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo) Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicação e Artes, 2010.

Letras que permanecerá intacta durante toda sua vida. Desprezava a consagração literária obtida através da imortalidade da Academia e discordava a respeito da criação de uma Academia Alagoana de letras.

Será uma associação que não trará desenvolvimento algum à literatura de nosso estado. Sempre o espírito da imitação! Uma Academia, em Alagoas, não será mais que a caricatura da Academia Brasileira de Letras. E o resultado? Teremos meia dúzia de ‘imortais’ que, escorados em suas publicações de duzentas páginas, olharão por cima dos ombros os amadores que estiverem fora da panelinha acadêmica.<sup>49</sup>

Em 1910, ao concluir o ensino ginasial, Graciliano Ramos retorna para o convívio familiar. Os Ramos de Oliveira haviam se mudado para a cidade vizinha Palmeira dos Índios. Sebastião Ramos comprara do major Vieira de Brito sua loja, uma pequena fábrica a vapor para descarregar algodão e uma casa cercada por terras férteis, portanto, precisaria da ajuda de seu filho para administrar seu novo negócio.

Neste ano, Graciliano Ramos viu a chegada do Marechal Hermes da Fonseca à presidência da República. Durante esse período, a política dos governadores se tornava impopular<sup>50</sup> e combatida através da política das salvaçãoes, ou seja, intervenções da União em alguns estados, onde se pretendia “salvar” o país do domínio oligárquico. Em Alagoas não foi diferente. Euclides Malta, representante das elites agrárias, apoiou a candidatura de Hermes da Fonseca, contudo, após a deflagração da campanha antioligárquica, foi destituído. Segundo o historiador Douglas Apratto Tenório, o clima político no estado tornou-se bastante tumultuado. A campanha sucessória estadual no final de 1911 demonstrava a tensão. A candidatura de Clodoaldo da Fonseca, filho de Pedro Paulino da Fonseca, primeiro governador republicano de Alagoas e parente do Presidente Hermes da Fonseca, simbolizava “a derrubada da oligarquia maltina, atualizando em Alagoas, sob o nome de ‘soberania’, o movimento que ao nível nacional convencionara-se chamar ‘Salvação’”<sup>51</sup>.

Adaptado à rotina na loja Sincera, em Palmeira dos Índios, Graciliano Ramos passou a enviar suas colaborações sem regularidade do sertão alagoano para os periódicos da capital e Maceió. Além das atividades no comércio, serviu por oito meses na primeira turma de Tiro-de-Guerra 384 e, influenciado pelos amigos, ministrou curso noturno de português na cidade,

<sup>49</sup> MORAES, Dênis de. *O Velho Graça, uma biografia de Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992, p. 23.

<sup>50</sup> MELLO E SOUZA, Laura. Os Donos do Poder. in: MOTA, Lourenço Dantas (org.) *Introdução ao Brasil: um Banquete no Trópico*. São Paulo: Editora Senac, 1999: 335-355.

<sup>51</sup> TENÓRIO, Douglas Apratto. *Metamorfose das Oligarquias*. Curitiba: HD Livros, 1997, p. 114.

onde foi mestre de Adalberon Cavalcanti Lins (futuro escritor e membro da Academia Alagoana de Letras). Suas principais rendas eram oriundas do salário ganho na loja da família e das cabeças de gado que ganhara com 12 anos de seus avôs maternos. Graciliano estava desgostoso com a vida que levava em Palmeira dos Índios e planejou com um grande amigo de Viçosa, Joaquim Pinto da Motta Lima e Filho, sua ida para o Rio de Janeiro. Prometera, assim que retornasse, o casamento para sua namorada, Maria Augusta Barros, filha de pequenos agricultores. Não possuía interesse em trabalhar no comércio, em carta enviada ao pai dizendo:

Não quero emprego no comércio – antes ser mordido por uma cobra. Sei também que há dificuldades em se achar um emprego público. Também não me importo com isso. Vou procurar alguma coisa na imprensa, que agora, com a guerra, está boa a valer, penso.<sup>52</sup>

Em agosto de 1914, Graciliano Ramos desembarcou no Rio de Janeiro. Não fixou residência, estabeleceu-se em pensões e mudava constantemente em razão dos reajustes nos alugueis ou por se cansar da pensão em que residia.<sup>53</sup> Começou a trabalhar no *Correio da Manhã* como “foca” (jornalista iniciante) em 23 de setembro. Pouco tempo depois se tornou revisor suplente deste periódico e do jornal *O Século*, de Brício de Abreu. Como suplente, para trabalhar, estava condicionado à falta do revisor efetivo e, desta maneira, recebia um baixo salário. No entanto, somados os rendimentos de sua fazendola, enviados periodicamente por seu pai, Graciliano Ramos conseguia se manter na Capital Federal. Em 1915, foi contratado como revisor do *A Tarde*, jornal surgido naquela época para defender Pinheiro Machado. Em entrevista realizada em 1948, para a Revista do Globo, Graciliano Ramos nos afirma não ter tido nenhum tipo de contato com outros escritores:

... Os escritores daquele tempo eram cidadãos que, nas livrarias e cafés, discutiam colocação de pronomes e discorriam sobre Taine. Machado e Euclides já haviam morrido, e os anos 1914-1915, em que estive aqui, assinalam, na literatura brasileira, uma época cinzenta e anódina, de que é bem representativo um tipo como Osório Duque-Estrada, que então pontificava...<sup>54</sup>

---

<sup>52</sup> MORAES, Dênis de. *O Velho Graça, uma biografia de Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992, p. 30.

<sup>53</sup> A Pensão do Largo da Lapa, por exemplo, aparece em *Angústia*. Cf. RAMOS, Graciliano. *Angústia*. Rio de Janeiro: 2009.

<sup>54</sup> Graciliano Ramos em entrevista para a Revista do Globo, n.º 473, de 18-12-1948. SENNA, Homero. Revisão do Modernismo. In: BRAYNER, Sônia. *Graciliano Ramos: seleção de textos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 48.

Ainda no Rio de Janeiro, entre março e junho de 1915, realizava trabalhos como cronista que foram publicados, sob suas iniciais R.O., no jornal *Parayba do Sul* (jornal da cidade fluminense homônima) e no *Jornal de Alagoas*. A compilação desses textos é parte de sua obra póstuma *Linhas Tortas*. Em sua coluna, “Traço e Esmo”, do jornal *Parayba do Sul*, Graciliano Ramos dividia espaço com outras cinco colunas, uma delas, “Do Rio...”, escrita pelo seu amigo e conterrâneo Rodolfo Mota Lima. O semanário possuía um caráter bastante provinciano, trazendo para a cidade informações da capital do país. Já o *Jornal de Alagoas*, periódico de Maceió, encontrava-se em outro status. Fundado em 31 de maio de 1908 pelo jornalista pernambucano Luiz da Silveira, possuía uma linha editorial de oposição à Administração de Euclides Malta, tornando-se um espaço para que jovens intelectuais locais se opusessem à administração da oligarquia vigente.<sup>55</sup>

Em seu primeiro artigo para o *Jornal de Alagoas*, Graciliano Ramos satirizava a situação política da Primeira República:

A constituição da república tem um buraco. É possível que tenha muitos, mas sou pouco exigente e satisfaço-me com referir-me a um só. Possuímos, segundo dizem os entendidos, três poderes – o executivo, que é o dono da casa, o legislativo e o judiciário, domésticos, moços de recados, gente assalariada para o patrão fazer figura e deitar empáfia diante das visitas. Resta ainda um quarto poder, coisa vaga, imponderável, mas que é tacitamente considerado o sumário dos outros três.<sup>56</sup>

No entanto, suas crônicas não se davam exclusivamente no campo político. Tratava de assuntos diversos como, por exemplo, protestou contra o apedrejamento do monumento de Eça de Queirós em Lisboa. Em defesa do escritor, sua grande influência, escreveu: “Ele não é somente o escritor mais querido dos dois países, é uma individualidade à parte, adorada, idolatrada. Temos para com ele uma admiração que chega às raias do fanatismo”.<sup>57</sup>

Graciliano Ramos abandonara o trabalho de revisor nos três jornais e encontrava dificuldades para encontrar um novo emprego. Em junho de 1915, a *Gazeta de Notícias*, naquela época um dos grandes jornais do país, desejava publicar as crônicas escritas para o *Parayba do Sul* e oferecera para o autor vaga como revisor. Além disso, a revista *Concórdia* tinha interesse em publicar outra crônica e solicitou a Graciliano Ramos uma foto e notas

---

<sup>55</sup> RAFAEL, Ulisses Neves. Muito barulho por nada ou o “xangô rezado baixo”: uma etnografia do “Quebra de 1912” em Alagoas, *Brasil. Etnográfica*, jun. 2010, vol.14, no.2, p.289-310.

<sup>56</sup> RAMOS, Graciliano. *Linhas Tortas*. Rio de Janeiro: Record, 1975, p. 9.

<sup>57</sup> RAMOS, Graciliano. op. cit. p. 15.

sobre sua pessoa<sup>58</sup>. O jovem escritor lentamente começava despontar na capital federal. No entanto, um telegrama de seu pai relatando a morte em Palmeira dos Índios, por peste bubônica, de duas irmãs, um irmão e um sobrinho num mesmo dia e, ainda, relatando que sua mãe e duas irmãs encontravam-se enfermas fez com que desistisse de sua iniciação literária na capital.

Depois de curta e nada sedutora permanência na capital, achei melhor voltar para Palmeira dos Índios, onde já havia deixado um caso sentimental e onde minha família estava toda sendo dizimada pela bubônica. (...) Alarmado, e também desgostoso com a vida que aqui levava, tratei de voltar para Alagoas.

<sup>59</sup>

Em outubro de 1915, casou-se com Maria Augusta de Barros, de 22 anos, somente no civil. Após muita insistência da família da esposa, Graciliano Ramos cede e formaliza o casamento numa simples cerimônia religiosa, restrita aos pais do casal. Nesta celebração, Maria Augusta já estava grávida do primeiro filho, Márcio Ramos. Graciliano Ramos se adequava a nova vida em Palmeira dos Índios, durante o período de 1916 e 1921, inexistem informações a respeito de sua produção literária. Provavelmente, desiludido com o que vivenciara no Rio de Janeiro, resolveu dedicar-se a vida conjugal. Em maio de 1917, assumiu a antiga loja de seu pai na cidade, onde tirava o sustento de sua família em crescimento. Acompanhara com interesse o desenrolar da Revolução Russa, chegando a assinar jornais do Rio de Janeiro para suprir a escassa informação que chegava à cidade alagoana, sem, entretanto se influenciar pelas notícias tendenciosas carregados de alto tom antibolchevique.

Com sua esposa, teve mais 3 filhos: Júnio Ramos (1917), Múcio Ramos (1919) e Maria Augusta (1920). No entanto, no nascimento de sua primeira filha, Maria Augusta falece por complicações no parto, por essa razão, sua filha recebe o nome da mãe como homenagem. Em carta para seu amigo Joaquim Pinto da Motta Lima, escreveu: “... sou um pobre diabo. Vou por aqui me arrastando-me mal. Doente, triste, só – um bicho.”<sup>60</sup> ao retratar os filhos, relatava ao amigo que ainda se encontrava no Rio de Janeiro:

Tenho quatro filhos: Márcio, Júnio, Múcio e Maria. Esta, coitadinha, provavelmente não viverá muito: está a morte. Se morrer, será uma felicidade. Para que viver uma criaturinha sem mãe? Os outros são três

<sup>58</sup> RAMOS, Graciliano. *Cartas*. Rio de Janeiro: Record: 1981 p. 57.

<sup>59</sup> Graciliano Ramos em entrevista para a Revista do Globo, n.º 473, de 18-12-1948. SENNA, Homero. Revisão do Modernismo. In: BRAYNER, Sônia. Graciliano Ramos: seleção de textos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 48.

<sup>60</sup> CONRADO, Regina Fátima de Almeida. *O mandacaru e a flor: a autobiografia Infância e os modos de ser de Graciliano Ramos*. São Paulo: Arte & Ciência, 1997, p. 34.

rapazes endiabrados. O mais velhinho, de quatro anos, conhece as letras e já começa a ler os títulos dos artigos e dos jornais. São desenvolvidos, mas o segundo, Júnio, é de uma estupidez que espanta. Será feliz, talvez. Muito atirado, vaidoso, não tem amizade a ninguém. Não conhece uma letra nem quer saber das rezas que uma tia tenta meter-lhe na cabeça.<sup>61</sup>

Após alguns meses de luto, Graciliano Ramos retoma a vida na medida em que reunia forças. Aos 29 anos, aceitou lecionar francês no Colégio Sagrado Coração e retomou o curso noturno que, antes de viajar para o Rio de Janeiro, ministrava em Palmeira dos Índios. Dessa vez, duas de suas irmãs Marili e Clélia estariam em seu corpo discente, bem como seu antigo aluno Aldebaron Cavalcanti Lins. Ao invés da clássica palmatória, o Mestre Graça recorria à ironia. Após uma péssima exposição de conhecimento, o professor diz ao seu aluno:

Cavalcanti, deixa pra lá essa droga de Português, que não vale nada. O bom mesmo é ser doutor. Seu pai arranja um pistolão e dentro de pouco tempo você meterá um anelão de bacharel no dedo. Mande o resto para o inferno.<sup>62</sup>

No entanto, talvez pela experiência pedagógica em sua infância, o pai Graciliano era bastante duro com seus filhos. Às vezes recorrendo à violência em momentos de irritação. Contou, após viúvo, com a ajuda de sua irmã Anália na criação de seus filhos. Além disso, acatou o pedido de seu pai Sebastião Ramos para se mudar para uma casa próxima, o que certamente facilitaria sua vida.

Após seis anos sem abrir um livro e sequer chegar próximo de trabalhos jornalísticos, Graciliano Ramos concordava em colaborar no jornal *O Índio*, idealizado pelo vigário da paróquia de Palmeira dos Índios, padre Francisco Xavier de Macedo. Apesar de ser ateu, o autor alagoano mantinha uma relação muito próxima com o clérigo, que resultou em uma amizade de admiração mútua ao longo do tempo. O semanário sertanejo era composto por quatro páginas aonde, além de editoriais, pequenos textos, epigramas, notas opinativas e crônicas, contava com informações de eventos e figuras da elite municipal, informações sobre Maceió e espaço para publicidade e classificados.

De janeiro até maio de 1921, Graça participou intensamente das primeiras 14 edições do periódico, era responsável por três seções: “Factos e Fitas” – tratava-se de epigramas assinados como Anastácio Anacleto; “Garranchos” e “Traços a Esmos” (mesmo nome que utilizava no *Parayba do Sul*) – aonde, sob pseudônimo “X” e J. Calisto, publicava sua

<sup>61</sup> MORAES, Dênis de. *O Velho Graça, uma biografia de Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992, p. 30.

<sup>62</sup> CONRADO, Regina Fátima de Almeida. op. cit. p. 34.

produção cronística. Em suas crônicas, Graciliano Ramos ironizava as grandes instituições (Igreja, Política, Justiça, Pátria etc), debochava das práticas sociais corriqueiras (Carnaval, Futebol etc) e com doses de sarcasmos e irreverência gerava polêmica no semanário católico buscando uma postura ativa dos leitores.

Abandonou o jornal por conta de uma indiscrição realizada no próprio veículo. Ao noticiarem o aniversário de Sebastião Ramos, informaram que este era pai do colaborador Graciliano Ramos. Tal fato não o agradou, uma vez que se utilizava de pseudônimos e não possuía interesse em se revelar. No entanto, Thiago Salla<sup>63</sup> nos revela que não é possível afirmar a respeito das motivações que levaram Graciliano Ramos a abandonar o jornal. Duas edições após sua saída, escreveria no jornal uma nota renegando, através de ironia, sua participação e ridicularizando seus próprios textos em *O Índio*. Fato este que reforça a ideia de que seus pseudônimos eram conhecidos na cidade.

Em 1922, o clima político e cultural do Brasil passava por um momento de efervescência e profundas transformações que se concretizariam na década de 1930. A Semana de Arte Moderna, a comemoração do Centenário da Independência, a fundação do Partido Comunista (PCB), a Revolta Tenentista do Forte de Copacabana e a sucessão presidencial de 1922 eram acompanhadas por Graciliano Ramos em Palmeira dos Índios, como podemos ver em carta escrita para Joaquim Pinto:

Há aqui partidários de Nilo e a campanha de injúrias aberta pelo “Correio da Manhã” até esta aldeia tem repercutido. Que imprensa, meu velho! Em Palmeira dos Índios já se sabe que o Artur é “Rolinha”. Nunca vi coisa mais nojenta [...] E adeus, que o papel está caro e eu vou ler um artigo do Edmundo Bittencourt.<sup>64</sup>

Ou como podemos constatar em entrevista concedida a Revista do Globo:

Claro que acompanhei [o movimento modernista]. Já não lhe disse que assinava jornais? [...] Sempre achei aquilo uma tapeação desonesta. Salvo raríssimas exceções, os modernistas brasileiros eram uns cabotinos. Enquanto outros procuravam estudar alguma coisa, ver, sentir, eles importavam Marinetti.<sup>65</sup>

<sup>63</sup> SALLA, Thiago Mío. *O fio da navalha: Graciliano Ramos e a Revista Cultura Política*. (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo) Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicação e Artes, 2010.

<sup>64</sup> CONRADO, Regina Fátima de Almeida. *O mandacaru e a flor: a autobiografia Infância e os modos de ser de Graciliano Ramos*. São Paulo: Arte & Ciência, 1997, p. 35.

<sup>65</sup> Graciliano Ramos em entrevista para a Revista do Globo, n.º 473, de 18-12-1948. SENNA, Homero. Revisão do Modernismo. In: BRAYNER, Sônia. Graciliano Ramos: seleção de textos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 50.

Ao longo do ano de 1924, a situação financeira do escritor alagoano se deteriora. Como de costume, recorria a sua biblioteca, rodeado de livros, para relaxar e enfrentar os momentos de dificuldade. Durante esse período, dedica-se a estudar tratados de sociologia criminal e escreve alguns contos numa tentativa de distração. *A Carta e Entre Grades*, escritos nesta época, resultariam posteriormente nas obras *São Bernardo e Angústia* respectivamente. Graciliano Ramos retomara o hábito literato e, em 1925, rascunhava seu terceiro conto, mais tarde a obra *Caetés*.

Mas nem só de livros viveu o homem e, em 1926, ingressaria no chamado Clube dos 18, associação que reunia os amigos para conversar e beber. Esse mesmo clube se uniu na resistência contra a ameaça dos cangaceiros. O saque e pilhagem de cidades era comum no sertão nordestino e havia notícias de que o bando de Lampião se aproximava de Palmeira dos Índios. No mesmo ano, Graciliano Ramos era indicado à presidente da Junta Escolar de Palmeira dos Índios, cargo que, segundo o escritor “tomava tempo e não dava dinheiro”. Iniciava assim, sua carreira pública, em concomitância com o declínio de seus negócios têxteis.

Em 1927, conhece José Lins do Rego que se encontrava na cidade interiorana de Alagoas para acompanhar o governador Pedro da Costa Rego. Nesta ocasião, acontece a aproximação seguida de amizade entre José Lins e Graciliano. Desde a morte de Lauro de Almeida Lima, prefeito de Palmeira dos Índios assassinado em 1926, a cidade discutia a respeito do sucessor ao cargo. Como produto de acordos políticos, o nome de Graciliano Ramos foi indicado para concorrer à prefeitura da cidade, mesmo sem o seu conhecimento prévio. A família Ramos de Oliveira, desde sua chegada à cidade, mantinha relação próxima aos Cavalcanti, família que possuía hegemonia na cidade por pelo menos quatro décadas. Alinhados com o governador Costa Rego, não demoraria para que Graciliano Ramos, depois de muita resistência em aceitar a indicação, fosse então eleito em 7 de outubro de 1927.

Como prefeito eleito, conhece Heloisa de Medeiros, filha do secretário do Tribunal de Justiça de Alagoas, Américo Medeiros, que se encontrava na cidade com sua avó para presenciar a primeira missa rezada pelo seu primo José Leite, recém-ordenado padre. Casa-se, em fevereiro de 1928, com a jovem de 18 anos Heloísa de Medeiros. Com a esposa teve 4 filhos: Ricardo Ramos (1929); Roberto Ramos (1930); Luíza Ramos (1931); Clara Ramos (1932).

Como era de se esperar, Graciliano Ramos não possuía o perfil para o cargo. Assumiu uma cidade com poucas divisas no tesouro municipal, tratou no primeiro ano de contornar a

situação financeira. Para isso, resolveu cobrar dívidas atrasadas, exigiu dos fiscais maior rigor nas cobranças e findou isenções fiscais dos grandes proprietários. Essas e outras medidas moralizadoras, presente em seu Código de Postura, aumentaria seu número de inimigos pela cidade ao mesmo tempo em que se desgastava politicamente.

Importante destacar seus dois relatórios anuais enviados para o governador Álvaro Paes. Segundo Marcos Falchero Falleiros, seus relatórios “repercutiram pelo país provinciano como uma anedota vinda do sertão em linguagem antibacharelista e abusada, com inesperado teor de retidão administrativa, moderna e positivista.”<sup>66</sup> Diante de seu ótimo governo e dos excelentes relatórios, recebeu, em março de 1930, o convite do governador alagoano para ocupar a direção da Imprensa Oficial do Estado, em Maceió. Convite prontamente aceito, uma vez renunciada à prefeitura em 30 de abril de 1930, ou seja, 27 meses após sua posse.

Segundo Denis de Moraes, há duas versões sobre o contato do poeta Augusto Frederico Schmidt com o Velho Graça. O dono da editora Schmidt, encantado pela qualidade literária dos relatórios, via a possibilidade de publicar algum romance do prefeito alagoano. Ainda para o autor, a segunda hipótese:

(...) tem como testemunha ocular o escritor Jorge Amado (...) Segundo Amado, os círculos literários da capital souberam de Graciliano através do pintor e desenhista Santa Rosa. (...) Santa Rosa contou de Graciliano, o relatório do prefeito de Palmeira dos Índios passou de mão em mão. Logo depois, José Américo de Almeida revelou a existência dos originais de um romance escrito pelo autor do polêmico relatório (...) Ao ter conhecimento da existência do romance inédito, Augusto Frederico Schmidt enviou um telegrama [na verdade, uma carta] a Graciliano pedindo os originais para editá-los.<sup>67</sup>

Vendera a loja Sincera em Palmeira dos Índios e, com o dinheiro, sanara suas dívidas. Em maio de 1930, Maceió acolhia os Ramos de Oliveira. Desde a década de 1920, a capital alagoana passava por um momento de agitação cultural. Uma série de associações criadas na cidade reuniam literatos oriundos de diversas áreas como jornalistas, professores, romancistas e poetas, dentre eles: Aurélio Buarque de Holanda, Valdemar Cavalcanti, Raul Lima, Jaime de Altavila, Aloísio Branco, Carlos Paurílio, Manuel Diegues Junior, Alberto Passos Guimarães, Mario Brandão e José Lins do Rego. O Grémio Literário Guimarães Passos, o Cenáculo Alagoano de Letras (organizador da Festa de Arte Nova – evento marco do

---

<sup>66</sup> FALLEIROS, Marcos Falchero. Os relatórios de Graciliano Ramos. *Anais do XI Congresso Internacional da ABRALIC*, 2008, p.1.

<sup>67</sup> MORAES, Dênis de. *O Velho Graça, uma biografia de Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992, pp. 65-66.

Modernismo Alagoano), a Academia dos Dez Unidos (paródia da Academia Alagoana de Letras) são exemplos das manifestações do movimento regionalista e modernista que afloravam na cidade.<sup>68</sup>

Além de suas atividades oficiais, Graciliano passou a colaborar com o *Jornal de Alagoas*, em seus textos sob pseudônimo de Lúcio Guedes, discorria sobre os avanços da gestão Álvaro Paes<sup>69</sup>. Circulava pelo círculo literato da capital alagoana, discutindo em bares política e literatura. Na Imprensa Oficial, fora incumbido pelo governador de sanear financeiramente o órgão público. Após instituir uma série de medidas visando o cumprimento do horário de seus funcionários, acabar com o desperdício de material nas provas tipográfica e resolver outras irregularidades, quando possuía tempo livre, trabalhava na revisão dos originais de *Caetés*.

O sistema oligárquico já se encontrava abalado desde os primeiros anos de 1920, sobretudo por conta da cisão intra-oligárquica surgidas na sucessão presidencial de 1922. No período, os estados de “segunda grandeza” (Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul) se encontravam inconformados com a situação e buscaram, através do movimento político *Reação Republicana*, criar um eixo alternativo de poder para suas oligarquias no plano nacional.<sup>70</sup> Ademais, outros atores políticos surgiram neste contexto contribuindo para o questionamento do sistema político vigente, como por exemplo, o movimento tenentista.

Em 1929, uma nova crise surgia com a sucessão presidencial. Desta vez, no interior do grupo oligárquico dominante da época. Washington Luís, ligado aos interesses dos cafeicultores de São Paulo, lançara a candidatura do político paulista Júlio Prestes. Encerrava-se assim o acordo com Minas Gerais, que pretendia lançar naquele pleito um candidato próprio. Após novas articulações, formava-se a Aliança Liberal, grupo político heterogêneo que contava principalmente com o apoio de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. A coligação apoiava o gaúcho Getúlio Vargas como candidato à presidência e o paraibano João Pessoa como vice.

---

<sup>68</sup> Cf. BOMFIM, Edilma Acioli. A literatura em Alagoas: um percurso lírico e histórico. In: MORAES, Maria Heloisa Melo de. *Poesia alagoana hoje: ensaios*. Maceió: Edufal, 2007. p 23. e SILVIA, Marta Emília de Souza e. *Poesia visual em Alagoas*. Maceió: Edufal: 2007.

<sup>69</sup> Cf. RAMOS, Graciliano. *Linhas Tortas*. Rio de Janeiro: Record, 1975.

<sup>70</sup> Interpretação historiográfica surgida a partir da década de 1990. Cf. FERREIRA, Marieta de Moraes. A Reação Republicana e a crise política dos anos vinte.” In: *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, vol. 6, n.º 11, 1993, pp. 9-23.

Mesmo contado com o apoio de dissidentes das oligarquias estaduais de outros estados, em março de 1930, Júlio Prestes é eleito. Inconformada com a derrota eleitoral, a Aliança Liberal se articulava em um movimento conspiratório. O estopim se deu com a morte de João Pessoa, em julho de 1930, assassinado por motivos pessoais. O político paraibano se torna mártir do movimento que, com o passar do tempo, se fortalece. No dia 24 de outubro, Washington Luís é deposto e uma Junta Provisória governa o país até, por pressão popular, empossar na presidência Getúlio Vargas em novembro daquele ano. Iniciava no país uma nova fase política.

Graciliano Ramos que, em função da orientação política local, havia votado em Júlio Prestes, durante a revolução, escrevia para sua esposa Heloísa, que se encontrava na cidade alagoana de Pilar para se recuperar da perda de seu segundo filho Roberto:

Vamos continuar como estamos. De resto penso que nós aqui não corremos nenhum perigo. Uma cidade que tem homens como o Dr. José Carneiro pode, sem risco, esperar a visita de todos os revolucionários do mundo. Imagina que ele, o Dr. Lima Júnior, o prefeito atual e alguns outros se têm multiplicado neste últimos dias, tomando, com admirável calma e energia, todas as medidas relativas à tranquilidade pública e à defesa do estado. Não me parece que os pernambucanos, ocupados como estão com os seus negócios internos, queiram vir agora brigar com a gente. Não vêm. E se vierem, o Dr. José Carneiro, sozinho, corta a cabeça deles todos. A ordem, a paz, a legalidade, o governo constituído, as nossas instituições e outras besteiras que o Jornal de Alagoas tem publicado até hoje não sofreram, segundo os telegramas do barbadíssimo presidente Washington, alteração apreciável. E se tudo isso for por água abaixo, que diabos perco eu? Tu pensas que sou alguma coisa, Ló? Se a gangorra virar, deixo isto e vou plantar mamona. É um conselho que Álvaro Paes me tem dado muitas vezes. Se eu não fosse burro, já estaria engravatando a terra e criando porcos. Bem, esta carta está muito comprida, e eu tenho de escrever um boletim que o Álvaro Paes me encomendou e traduzir os telegramas que vêm do Rio.<sup>71</sup>

Para evitar derramamento desnecessário de sangue, Álvaro Paes abandona o cargo de governador e destina-se para o Rio de Janeiro. O velho Graça acreditava que sua presença na capital alagoana não traria perigo. No entanto, resolveu retornar para Palmeira dos Índios, com intuito de participar de uma resistência antirrevolucionária na cidade. Antes de chegar à cidade, é recolhido pelas tropas comandadas por Agildo Barata<sup>72</sup> que ali se encontravam. Um batalhão chefiado pelo tenente Agnaldo Valente Sotero de Meneses fora destacado do

---

<sup>71</sup> MORAES, Dênis de. *O Velho Graça, uma biografia de Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992, pp. 71-72.

<sup>72</sup> Para saber a respeito da campanha revolucionária de 1930 no nordeste, cf. o verbete - BARATA, Agildo. in: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001

contingente para proclamar a vitória da revolução em Maceió. Com os governos da Paraíba, Pernambuco e Alagoas depostos, as tropas prosseguiram para o sul com a missão de combater possíveis resistências em Sergipe e na Bahia.

Graciliano Ramos relata sua experiência prisional deste período em *Memórias do Cárcere*.

Chegamos ao quartel do 20º Batalhão. Estivera ali em 1930, envolvera-me estupidamente numa conspiração besta com um coronel, um major e um comandante de polícia, e vinte e quatro horas depois achava-me preso e só. Dezesseis cretinos de um piquete de Agildo Barata haviam fingido querer fuzilar-me. Um dos soldadinhos que me acompanhavam chorava como um desgraçado. Parece-me então que a demagogia tenentista, aquele palavrorio chocho, nos meteria no atoleiro. Ali estava o resultado: ladroagens, uma onde de burrice a inundar tudo, confusão, mal-entendido, charlatanismo, energúmenos microcéfalos vestido de verde a esgoelar-se em discursos imbecis, a semear delações.<sup>73</sup>

Permaneceu preso por pouco tempo. Na noite posterior a sua prisão, retornava ao lar. Ainda neste ano, enviaria para editora Schmidt o texto final de *Caetés*. Recebeu, então, uma carta do secretário de Augusto Frederico Schmidt, Rômulo de Castro, no qual previa para Graciliano o sucesso da obra, equiparável ao êxito de *A Bagaceira* de José Américo de Almeida, considerado como obra precursora do romance regionalista do modernismo brasileiro. A demora na publicação de *Caetés* causava um misto de ansiedade, amargura e frustração.

Em 1931, passara a colaborar com a revista literária *Novidade*, criada para ser o principal veículo da vanguarda literária de Alagoas. A revista, dirigida por Alberto Passos Guimarães e Valdemar Cavalcanti, publicou, em seus 24 números, poesia e prosa de alta qualidade.<sup>74</sup> Naquele mesmo ano, cansado do trabalho burocrático e do clima político com as intervenções federais no estado, Graciliano Ramos abandona em 26 de dezembro o cargo que ocupava na Imprensa Oficial. O escritor encontrava-se aos 39 anos sem nenhum livro publicado e sem perspectiva de emprego. Deixara na casa do sogro, em Maceió, Heloísa e os dois filhos do casal (Ricardo e Luísa) e partira para Palmeira dos Índios.

Em 1932, já no sertão alagoano, escrevia os capítulos de *São Bernardo*. Graciliano mantinha-se informado, através do rádio, sobre os acontecimentos políticos no país, como a Revolução Constitucionalista de 1932 que questionava o carácter “provisório” do governo

<sup>73</sup> RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 29-30.

<sup>74</sup> BOMFIM, Edilma Acioli. A literatura em Alagoas: um percurso lírico e histórico. In: MORAES, Maria Heloisa Melo de. *Poesia alagoana hoje: ensaios*. Maceió: Edufal, 2007. p 23.

Vargas e a ausência de Carta Magna no Brasil. Em novembro, se dirige à Maceió, empolgado com a finalização de *São Bernardo* e com o nascimento de sua filha Clara. Já na casa dos sogros, recebe a proposta do interventor Capitão Afonso de Carvalho para assumir a Instrução Pública do Estado. Nesse retorno a cidade, retoma sua colaboração para o *Jornal de Alagoas* e a revista *Novidade*.

Como responsável pela Instrução Pública do Estado, realiza trabalho exemplar, esforçando-se ao máximo para resolver os problemas educacionais do estado, legado de governos anteriores. Ainda ecoava em sua mente o destino de *Caetés* e a demora de sua publicação. Resolveu cobrar os originais que enviara a Augusto Schmidt, no entanto, a editora passava por momentos de crise financeira. Porém, o biógrafo Denis de Moraes revela um fato curioso. “A verdade nua e crua é que o editor simplesmente perdera os originais e não tinha coragem de comunicar-lhe [a Graciliano] o fato.” Com a persistência de Graciliano na devolução dos originais, Schmidt se desespera:

O escritor José Geraldo Vieira, ao chegar a editora, se depararia com ele andando de um lado para o outro e repetindo aos berros: - Caetés, Caetés, Caetés!. Rodando na cadeira giratória, perguntaria: - Será que o esqueci no táxi ontem, quando fui em casa de Nazaré Prado? Daí a pouco imaginava ter deixado os papeis num banco da barca para Paquetá.<sup>75</sup>

Posteriormente, Schmidt encontrara os originais de *Caetés* em sua capa de chuva e, prontamente, o devolvia à Ramos. O escritor Jorge Amado, que na época teve acesso ao original e havia se encantado com o que lera, viajou para Maceió com o intuito de convencer, a pedido de Schmidt, Graciliano a devolver o original para a editora. Com a resposta negativa, recorreu à esposa Heloísa que, sem a ciência do autor, entregou os originais para Jorge Amado. A obra era então publicada em dezembro de 1933 e recebia elogios dos periódicos do país como, por exemplo: Agripino Grieco em *O Jornal*, Aurélio Buarque de Holanda e Valdemar Cavalcanti na revista literária carioca *Boletim de Ariel*, José Lins do Rego no *Jornal de Alagoas*, José Geraldo Vieira em *A Nação*, Jorge Amado e José Lins do Rego na revista *Literatura*. *Caetés*, bem como as obras: *O Quinze*, de Rachel de Queiroz; *Meninos de Engenho*, de José Lins do Rego; *O país do Carnaval* e *Cacau*, de Jorge Amado, integraria o ciclo do romance nordestino iniciado naquela década.

---

<sup>75</sup> MORAES, Dênis de. *O Velho Graça, uma biografia de Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992, p. 89.

Essa, porém, não é a única versão a respeito do período em que os originais de *Caetés* estavam em posse de Schmidt, Gustavo Sorá nos narra uma história um tanto quanto diferente:

Aborrecido com a informalidade do poeta-editor Schmidt, Graciliano entrega os originais do novo texto a Jorge Amado, para que os colocasse na capital. Este apressou a edição de *Caetés* junto a Schmidt, editor de seus dois primeiros livros (...) e entregou *S. Bernardo* a seu novo editor, Gastão Cruls (...)<sup>76</sup>

De qualquer forma, seja a pedido de Schmidt ou não, o mais relevante é constatarmos que o livro, de fato, foi publicado e que, contudo, Graciliano desprezou a obra até o final de sua vida. *Caetés* é um romance em primeira pessoa. A trama se desenvolve em Palmeira dos Índios e trata de dois planos narrativos: o primeiro se dá na paixão de João Valério, narrador dos acontecimentos, pela mulher de Adrião, dono do estabelecimento em que trabalhava. Após denúncia anônima do caso amoroso entre João Valério e Luiza, Adrião, inconformado com a traição, se suicida. Segundo Wander Miranda<sup>77</sup>, a obra não pode ser considerada como uma simples transposição do drama edipiano. Já a segunda se desenvolve na tentativa de João Valério em escrever um “romance histórico” sobre os índios caetés. A história apresenta o cotidiano das classes médias na cidade interiorana de Alagoas e a tentativa de ascensão social de João Valério.

Meses após o lançamento de *Caetés*, em 1934, com a publicação de *São Bernardo*, desta vez pela editora de Gastão Cruls – a Ariel Editora, Graciliano Ramos se consolidava em plano nacional como grande romancista. Thiago Salla, em sua tese, afirma que: das 26 ocorrências existentes no Arquivo Graciliano Ramos do IEB-USP sobre o aparecimento da obra, apenas Agripino Grieco e Augusto Schmidt criticam o segundo livro de Graciliano Ramos, atentando para o caráter inverossímil da linguagem utilizada na narrativa para a figura rústica do narrador, Paulo Honório.<sup>78</sup>

Nesta época, mais uma respeitada literata chegava à Maceió. Rachel de Queiroz, casada com o poeta José Auto, passou a frequentar, junto com o marido, o Café Central. No local, reuniam-se Alberto Passos Guimarães, José Lins do Rego, Aurélio Buarque de

<sup>76</sup> SORÁ, Gustavo. *Brasileiras: José Olympio e a Gênese do Mercado Editorial Brasileiro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Com-Arte, 2010, p. 149.

<sup>77</sup> MIRANDA, Wander Melo. *Corpos escritos: Graciliano Ramos e Silviano Santiago*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1992.

<sup>78</sup> SALLA, Thiago Mio. *O fio da navalha: Graciliano Ramos e a Revista Cultura Política*. (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo) Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicação e Artes, 2010.

Holanda, Graciliano Ramos e outros intelectuais alagoanos, além de, quando estavam na cidade, Jorge Amado, Gilberto Freyre e Olívio Montenegro. Rachel de Queiroz seria a grande incentivadora do terceiro romance do Velho Graça, *Angústia*.

Após a promulgação da Constituição em 1934, o clima político do país mais uma vez radicalizava. O Brasil vivia um momento de polarização ideológica, onde dois importantes movimentos de massa dividiam o cenário nacional. De um lado, a nacionalista e antiliberal Ação Integralista Brasileira (AIB), do outro a Aliança Nacional Libertadora (ANL), que reunia comunistas, socialistas, católicos e nacionalistas anti-vargas.<sup>79</sup> Em 11 de julho de 1935, Vargas, baseado na Lei de Segurança Nacional (Lei n.º38/1935), decretava o fechamento da ANL, “Considerando que, na Capital da Republica e nos Estados, constituída sob a fórmula de sociedade civil, a organização denominada ‘Aliança Nacional Libertadora’ vem desenvolvendo actividade subversiva da ordem politica e social”<sup>80</sup>.

Em novembro de 1935, levantes comunistas irrompiam nas cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro, episódio que ficou conhecido como *Intentona Comunista*<sup>81</sup>. Após esse evento, o “perigo comunista” se tornou justificativa para maior controle e cerceamento social, originando um período anticomunista de caças às bruxas. Graciliano Ramos descreve, em *Memórias do Cárcere*, o momento político: “O levante do 3º Regimento [ocorrido no Rio de Janeiro] e a revolução de Natal haviam desencadeado uma perseguição feroz. Tudo se desarticulava, sombrio pessimismo anunciava as almas, tínhamos a impressão de viver numa bárbara colônia alemã. Pior: numa colônia italiana.”<sup>82</sup>

No início de 1936, em sua autobiografia publicada postumamente, *Memórias do Cárcere*, Graciliano Ramos revela as constantes ameaças sofridas em “misteriosos telefonemas” dados à Instrução Pública de Alagoas. Entretanto, acredita que as ameaças se tratavam de “picuinhas de algum inimigo débil”. O Velho Graça, apesar de antigetulista e antifascista, bem como o grupo literário que frequentava o Café Central em Maceió, não

<sup>79</sup> PANDOLFI, Dulce (org). *REPENSANDO o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

<sup>80</sup> BRASIL, *Decreto n.º 229/1935*. Ordena o fechamento, em todo o território nacional, dos núcleos da “Aliança Nacional Libertadora”. Disponível em: [http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=229&tipo\\_norma=DEC&data=19350711&link=s](http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=229&tipo_norma=DEC&data=19350711&link=s) Data de acesso: 06/07/2011

<sup>81</sup> Segundo ARAUJO, Maria Celina D’; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. (ORG.) *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 11. O termo *Intentona* significaria “intento louco, plano insensato” e que designaria um evento com potencial ameaçador e traiçoeiro oriundo da doutrina comunista quando presente em quartéis.

<sup>82</sup> RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 30.

estava ligado, efetivamente, a nenhum movimento comunista. “Absurdo: eu não podia considerar-me comunista, não pertencia ao Partido; nem era razoável agregar-me à classe em que o bacharel José da Rocha, usineiro, prosperava.”<sup>83</sup> Contudo, possuía inclinação pelo socialismo: “Não sou de ideais, aborreço empolas. O que eu desejava era a morte do capitalismo, o fim da exploração. Ideal? De forma nenhuma. Coisa inevitável e presente: o caruncho roia esteios e vigas da propriedade (...)”<sup>84</sup>.

Em 3 de março de 1936, após deixar os originais de *Angústia* com a datilógrafa, Graciliano Ramos seria preso em casa, sem esboçar nenhuma reação. Sua prisão pode ser contextualizada através das ações realizadas pelo comandante da 7ª Região Militar, Newton Cavalcanti<sup>85</sup>. Em janeiro daquele ano, a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo fora criada com o intuito de investigar a participação de indivíduos na revolta de 1935 e seus simpatizantes, além de repreender os considerados esquerdistas ou socialistas.

Graciliano Ramos afirma não ter ciência a respeito dos motivos que levaram a sua prisão. “Escusavam-me explicações. A minha estada ali marcava-me. Sem alegar motivos, emprestavam-me certo número de qualidades e tendências.”<sup>86</sup> Ou ainda, “Naquele dia do mês de março de 1936, porém, sem qualquer explicação, fui preso e remetido para o Recife, onde passei dez dias incomunicável.”<sup>87</sup> Myrian Sepúlveda dos Santos transcreve um prontuário policial que, além de definir a passagem, caracteriza a razão de sua prisão:

Graciliano Ramos. [...] preso em Alagoas, acusado de participação no movimento de 35, foi apresentado à chefatura da polícia a 14/03/1936, sendo recolhido à Casa de Detenção. [...] Transferido a 11/06/1936 para a Colônia Correccional de Dois Rios, dali regressou a 29/06/1936, sendo recolhido à sala da Capela de Correção e finalmente posto em liberdade [...] a 13/01/37. É quando me cabe informar.<sup>88</sup>

---

<sup>83</sup> RAMOS, Graciliano. op. cit. p. 36.

<sup>84</sup> RAMOS, Graciliano. op. cit. p. 99.

<sup>85</sup> Sobre a trajetória política do general Newton Cavalcanti cf. o verbete – CAVALCANTI, Newton. in: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

<sup>86</sup> RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 60.

<sup>87</sup> Graciliano Ramos em entrevista para a Revista do Globo, n.º 473, de 18-12-1948. SENNA, Homero. Revisão do Modernismo. In: BRAYNER, Sônia. *Graciliano Ramos: seleção de textos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 53.

<sup>88</sup> SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Os Porões da República – A barbárie nas prisões da Ilha Grande: 1894-1945*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, p. 220.

Demitido do cargo de Diretor da Instrução Pública de Alagoas, por pressões feitas ao então governador Osman Loureiro de Farias, e preso em casa, Graciliano Ramos permaneceu por onze meses no cárcere. Em Maceió, enquanto aguardava ser transferido, permaneceu no Batalhão dos Caçadores (mesmo local em que havia passado quando preso em 1930). Na manhã seguinte a sua prisão, fora enviado, junto com outros detidos, a Recife. Na capital pernambucana, permaneceu no Forte das Cinco Pontas por quinze dias. De lá, embarcou, com outros presos da ação anticomunista no nordeste, no porão do navio Manaus para o Rio de Janeiro. Após essa viagem, não retornaria ao nordeste nem mesmo para o enterro da mãe (ocorrido em 1943).

Chegando à capital federal, Graciliano passou por uma triagem na Casa de Detenção e permaneceu, por aproximadamente três meses, no Pavilhão dos Primários, onde já se encontravam prisioneiros envolvidos em movimentos de esquerda como, por exemplo: Rodolfo Ghioldi, Agildo Barata, Leônidas Resende, Antônio Maciel Bonfim, Apolônio de Carvalho, Hermes Lima, Castro Rebelo e Luiz Carpenter Ferreira, Francisco Chermont, Hermes Lima, Valério Konder, Aparício Torelly (Barão de Itararé), Manuel Venâncio Campos da Paz, entre outros; no pavimento superior, destinado às mulheres, estavam: Olga Benário, Beatriz Bandeira, Maria Werneck de Castro, Nice da Silveira, Eneida de Moraes, Elisa Ewert, Eugênia Álvaro Moreyra, Carmen Ghioldi etc.

Sua transferência para a Colônia Correccional de Dois Rios se deu sob medo e inquietação. Tal ansiedade se dava devido aos relatos de companheiros que haviam regressado para o Pavilhão dos Primários. Esteve no presídio da Ilha Grande por apenas 18 dias, período em que presenciou as atrocidades e maus-tratos cometidos pela administração do presídio. Retornou ao Rio de Janeiro e permaneceu preso, ainda no complexo da Frei Caneca, na Sala da Capela, adaptada para receber os prisioneiros. Gozando de um clima carcerário mais ameno, pode terminar os contos *O relógio do hospital* e *Dois dedos*, que haviam sido encomendados pelo argentino Bejnamin de Garay enquanto aguardava a publicação de seu terceiro romance. Heloísa havia enviado para o editor José Olympio ainda em 1936, mesmo sem a aprovação de Graciliano, a cópia datilografada de *Angústia*, quando o escritor já se encontrava preso.

O romance *Angústia* seria um sucesso, recolhendo elogios de Otávio Tarquínio de Sousa em *O Jornal*, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Jorge Amado e Rubem Braga na *Revista Acadêmica*, periódico que o contempla com o Prêmio Lima Barreto. A imagem de Graciliano Ramos passava a ser de um grande romancista, consolidado com as críticas de *Caetés* e *São Bernardo*, que, enquanto cidadão, sofria com os abusos do governo Vargas.

Após longos entraves jurídicos, o advogado Sobral Pinto, conhecido advogado defensor de presos políticos, tentava, junto ao Tribunal de Segurança Nacional, a libertação de Graciliano Ramos devido à falta de processo ou motivações para sua prisão. Contudo, o estado de guerra decretado em 21 de março de 1936, afetaria o funcionamento da justiça em casos políticos. Entretanto, a pressão social para a libertação dos presos políticos aumentava. Augusto Schmidt, José Lins do Rego e Jorge Amado, cada um a sua maneira, tentavam interceder pelo escritor alagoano. O empenho dos amigos surtiu efeito, em 13 de janeiro de 1937, Graciliano era solto.

Mais uma vez, Graciliano Ramos estava sem emprego. Com poucos recursos, o escritor procuraria novamente Benjamín de Garay na esperança de enviar outros contos para o argentino. José Lins do Rego sugeriu a participação do concurso de literatura infantil promovido pelo Ministério da Educação. Resolveu escrever *A terra dos meninos pelados*, o qual venceu o concurso.

José Lins do Rego também seria o introdutor de Graciliano Ramos nos círculos da intelectualidade carioca. Nas idas às livrarias José Olympio e Garnier, nos almoços oferecidos nas casas de Aníbal Machado, Álvaro Moreyra e José Lins do Rego e nos cafés da capital federal, Graciliano Ramos conhecia e se tornava amigo de Cândido Portinari, Rodrigo Mello Franco de Andrade, Rubem Braga, Manuel Bandeira, Murilo Miranda, Lúcio Rangel, Moacir Werneck de Castro, Carlos Lacerda, Jorge de Lima, Murilo Mendes, Alceu Amoroso Lima, entre outros. O Velho Graça passou a frequentar a livraria José Olympio, onde figuras como: José Américo de Almeida, Octávio Tarquínio de Sousa, Marques Rebelo, José Lins do Rego, Jorge Amado, Prudente de Moraes Neto, Josué Montello, Adalgisa Nery, Rachel de Queiroz, Amando Fontes etc., eram constantemente encontradas.

Com o contato que a capital oferecia, arranjava pequenos trabalhos como resenhas literárias ou crônicas para *O Jornal*, *Revista do Brasil*, *Lanterna Verde*, *Observador Econômico e Financeiro*. Enviara também textos para publicações mineiras e pernambucanas. Esse período (1937-1953) seria o de maior produção literária do autor sitiado no Rio de Janeiro.

Em 10 de novembro de 1937, segundo o governo, a Constituição de 1934 encontrava-se defasada em relação à situação política da época, portanto, o presidente Getúlio Vargas apresentava ao país uma nova Carta Magna.<sup>89</sup> Com amplo caráter saneador para a política

---

<sup>89</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos de 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano – O tempo do nacional-estadismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 13-38.

realizada então no país, o golpe teve amplo apoio social e militar. Grande parte dos aliados políticos de Vargas, inclusive os integralistas, foram alijados com a decretação do fim dos partidos em dezembro daquele ano. Iniciava-se então o Estado Novo, período de grande repressão político-social, desenvolvimento econômico e afirmação do chefe central frente aos regionalismos e à federação.<sup>90</sup>

A já muito desconfortável situação de Graciliano - que para perseguir suas pretensões literárias, decidiu permanecer no Rio de Janeiro, trazendo Heloísa e as duas filhas mais novas para morar num quarto de pensão - piora substancialmente após o golpe de Vargas. Constantemente apreensivo com o temor do retorno à prisão, Graciliano e Heloísa passaram a viver receosos de que o pior poderia acontecer a qualquer momento.

Desde que saíra da prisão, Graciliano vivia na mais completa penúria, espremia-se com Heloísa, e as filhas Clara e Luiza, num pequeno quarto de pensão do Rio de Janeiro e, dessa forma, permaneceu durante a maior parte do ano de 1937. Seus únicos rendimentos eram provenientes de algumas crônicas e contos que conseguia publicar em jornais da capital, dinheiro incerto para um pai que precisava sustentar a mulher e filhos. Em 1938, sua crise financeira permaneceria.

Ainda em 1938, o livro *Vidas Secas* é publicado e recebido de forma bastante acolhedora, ainda que as vendagens tivessem ficado aquém do esperado. Também com a publicação deste livro, Graciliano Ramos, assim como outros autores de sua época, se tornaria uma das figuras mais importantes da editora de José Olympio.

O ano de 1939 se embrenha no pequeno quarto de pensão do Catete que os Ramos chamavam de casa. Sem perspectivas de um melhor horizonte financeiro, Graciliano continuaria tentando sustentar a família, publicando separadamente os capítulos do livro que viria a ser a obra *Infância* e, simultaneamente, a Editora Globo do Rio Grande do Sul publicaria o livro *A terra dos meninos pelados*.

Mas o ano de 1939 não passaria em branco e, por intermédio de Carlos Drummond de Andrade, conseguiria com o ministro de Vargas, Gustavo Capanema, sua nomeação como Inspetor Federal de Ensino Secundário do Rio de Janeiro. A necessidade o impelira a aceitar o cargo, não havia espaço para orgulho, o jeito foi aceitar fazer parte do governo que o havia perseguido. Assim, aos poucos a vida foi melhorando. Mudaram-se para uma pensão melhor, mas logo Heloísa, preocupada com a saúde do marido que dava sinais de fragilidade, arrumaria um pequeno apartamento na Lagoa. Nesse período, também, retomou o contato

---

<sup>90</sup> ARAUJO, Maria Celina Soares D'. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

com os filhos do primeiro casamento e trouxera Ricardo com 10 anos, que estava morando em Alagoas, para passar as férias na capital.

Como sempre, Graciliano se mantinha ciente dos acontecimentos gerais e, em 1939, preocupava-se com os avanços nazifascistas no preâmbulo da Segunda Guerra Mundial. A situação financeira dos Ramos ainda era complicada, Graciliano conseguia lucrar cada vez menos com sua literatura. Nesta época, a convite de Samuel Wainer, participou do Conselho de Redação da revista *Diretrizes* que seguia com cautela uma linha antifascista.

Durante as dificuldades financeiras, Graciliano Ramos poderia contar com a ajuda de José Olympio. O editor mantinha uma relação muito próxima com os “autores da casa”. A editora José Olympio era, então, um espaço de socialização e a figura patriarcal do editor permitia que seus escritores se sentissem, através da proximidade e afeto, como membros de uma grande família. Como podemos ver na entrevista de Rachel de Queiroz transcrita na Tese de Gustavo Sorá:

[...] Por exemplo, se você estava num momento difícil de sua vida, ele arranjava uma tradução para você fazer, ele inventava ou reeditava um livro seu que estava esquecido, para te dar o dinheiro antes. Ele era uma pessoa extremamente amiga dos amigos, muito leal [...] O José sempre pagava adiantado para a gente: “Você está precisando de dinheiro? Quanto é que você está precisando?” [...] <sup>91</sup>

Realizou, em 1940, a tradução do livro *Memórias de um negro* de Booker Washington. Nesse período, a tradução não era monopólio de especialistas, portanto, era um campo possível para os escritores com necessidades materiais. Tal atividade ocorreu também em 1950, quando Graciliano Ramos traduziu a obra *A peste* de Albert Camus. Autores como: Lúcio Cardoso, Rachel de Queiroz, Adalgisa Nery, Lucia Miguel Pereira, José Lins do Rego, Costa Neves, Octávio de Farias são exemplos desta atividade que garantia ao tradutor status equivalente ao autor da obra, uma vez que seus nomes ocupavam posição centralizada nas capas dos livros.<sup>92</sup> Além disso, fez a revisão da segunda edição de *Angústia* que sairia em 1941 pela editora José Olympio.

Ainda em 1941, o jornalista Almir de Andrade lhe convidaria para fazer parte do conselho editorial da revista *Cultura Política*, subjugada a esfera do Departamento de Imprensa e Política (DIP), órgão ligado à Presidência da República cujo objetivo era de centralizar a coordenação e orientação da propaganda nacional do regime (interna e

<sup>91</sup> SORÁ, Gustavo. *Brasileiras: A casa José Olympio e a instituição do livro nacional*. (Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 1998, p. 202.

<sup>92</sup> SORÁ, Gustavo. op. cit.

externa).<sup>93</sup> Mais uma vez, engolindo suas convicções, Graciliano aceitaria participar da revista. Estava, então, trabalhando para o principal braço propagandístico do Estado Novo e, por muitas vezes, teve que revisar artigos recheados de elogios à ditadura varguista. Apesar disso, o trabalho era garantia de dinheiro certo, coisa que Graciliano não podia dispensar. A linha que separava os intelectuais e o governo Vargas era tênue e nem sempre muito precisa, como podemos notar na seguinte passagem de Denis Moraes:

Escritores e artistas detestavam o Estado Novo e o fascismo, mas recebiam dos cofres públicos por serviços prestados na órbita do Ministério da Educação. A dependência econômica expunha a fragilidade de boa parte da intelectualidade face ao assédio do poder, abria brechas para a colaboração no interior do aparelho do Estado.

Quanto a essa aproximação entre o governo e os intelectuais, algumas explicações são cogitadas, desde a própria necessidade financeira dos intelectuais, passando por sua vontade de atuar internamente no Ministério da Educação e, assim, promover de forma mais eficaz suas ideias, até o interesse do governo em manter sob seu olhar os principais esquerdistas do país.<sup>94</sup>

No dia 27 de outubro de 1942, o autor recebeu, em uma solenidade, um prêmio da sociedade Felipe de Oliveira pelo conjunto de sua obra. O mesmo prêmio já havia sido concedido para Rachel de Queiroz (pelo romance *As Três Marias* - 1939). Mais tarde, nesse mesmo ano, Graciliano participaria, juntamente com Rachel de Queiroz, Jorge Amado, José Lins do Rego e Aníbal Machado, da redação do romance *Brandão entre o mar e o amor*. Dividido entre empregos e projetos distintos, nunca deixou de se ocupar da literatura e nos anos de 1944, 1945, 1946 e 1947 publicou, respectivamente, *Histórias de Alexandre*, *Infância e Dois Dedos*, *Histórias Incompletas* e *Insônia*.

A convite de Luís Carlos Prestes, Graciliano Ramos se filiaria ao Partido Comunista Brasileiro em 18 de agosto de 1945, a partir de então, passa a escrever textos destinados às publicações ligadas ao PCB. No campo político, a pedido do Partido, se candidatou a deputado federal por Alagoas. Contudo, por não concordar com a proposta, recusou-se fazer campanha em seu estado. Com o passar do tempo, suas convicções geravam atritos no partido. Não aceitava, por exemplo, interferência políticas no trabalho criativo do escritor. Graciliano

---

<sup>93</sup> CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano – O tempo do nacional-estadismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp- 107-144.

<sup>94</sup> BOMENY, Helena (org.) *CONSTELAÇÃO Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista(SP): Ed Universidade de São Francisco, 2001.

Ramos, em 1951, tornava-se presidente da Associação Brasileira de Escritores (ABDE) e seria reeleito no ano seguinte.

O Comitê Central do PCB convidaria Graciliano Ramos para uma viagem à União Soviética durante as comemorações do 1º de Maio de 1952. Receoso com o pouco dinheiro que possuía, na época a família passava novamente por dificuldades, resolveu mesmo assim conhecer o país comunista, pois recebera do partido as passagens para Paris e do governo soviético as passagens para Moscou. No entanto, o trecho Paris-Rio seria fornecido durante a viagem, o que nunca aconteceu. Em carta para José Olympio, Graciliano Ramos pediria:

Paris, 29 de maio de 1952

Hotel Rochester, 92 rue a Boëtie

Meu velho José Olympio:

Aqui me acho em Paris, depois de ter corrido meio mundo: pedaços da África, da Europa, da Ásia. Quando regressar, contarei isso. Ranjo notas para um livro que vai ser notável e tentarei começar a bordo. Mas para isso preciso embarcar, e para embarcar necessito passagem. Os cobres escassearam, o câmbio me atrapalhou a vida – e estou preso nesta cidade de luz e bagunça, onde tem havido o diabo nas ultimas vinte e quatro horas. Em resumo: para voltar à pátria e arrimar trezentas páginas que me darão fama é urgente que me cheguem cinco contos. Espero que você me tire deste aperto, seguindo uma tradição já antiga, pois vem de 1936, quando me encontrava numa cadeia diferente desta. Muito lhe agradeço. Suponho que em breve terei por estas bandas alguns livros traduzidos. É o que me afirmam. Vamos ver. É indispensável que o Estrêla, meu companheiro de viagem, receba o cobre e me liberte. Adeus, amigo velho. Minha mulher se recomenda (?) a você. Nossos agradecimentos e um forte abraço.

Graciliano<sup>95</sup>

Desde antes de sua visita à Europa, a saúde de Graciliano já estava bastante deteriorada. Os vícios, cigarros e bebidas, haviam lhe consumido a saúde e a tosse era um sintoma persistente. Graciliano acreditava ter contraído tuberculose. Mas dessa vez ele estava enganado, o fumo havia lhe trazido um câncer de pleura, e a necessidade de cirurgia era imediata. No entanto, não havia, no Brasil, recursos médicos suficientes. Assim, deveria procurar assistência em outro país. A Argentina foi o país escolhido, devido à proximidade e por abrigar um dos mais importantes centros de tratamento torácico da época. Com ajuda de amigos e do PCB, os Ramos conseguiram reunir a quantia para a viagem em setembro de 1952. O período da operação e da recuperação foi longo e doloroso e, no hospital, os médicos dariam poucos meses de vida ao escritor.

---

<sup>95</sup> SORAT, Gustavo. *Brasileiras: A casa José Olympio e a instituição do livro nacional*. (Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 1998, p. 203.

Em sua volta ao Brasil passou os últimos meses de sua vida em casa, cercado das visitas dos amigos, por fim, em janeiro de 1953, seria internado na casa de saúde São Victor em Botafogo, de onde não mais sairia. Em 20 de março de 1953, Graciliano Ramos faleceu com a esposa, Heloísa, ao seu lado.

Postumamente, teve as seguintes obras publicadas: *Memórias do Cárcere* (1953); *Viagem* (1954); *Linhas Tortas* (1962), *Viventes das Alagoas* (1962), *Alexandre e outros Heróis* (1962); *Cartas* (1982).

Ademais, alguns expoentes do movimento cinematográfico brasileiro, conhecido como Cinema Novo, chegaram a adaptar a obra de Graciliano Ramos para a sétima arte. O cineasta Nelson Pereira dos Santos apropriou-se das obras *Vidas Secas* (1963), um dos filmes brasileiros mais premiados em todos os tempos, e *Memórias do Cárcere* (1984) e Leon Hirszman filmou *São Bernardo* (1972). Em 2003, a Rede Globo adaptou para a televisão *A Terra dos Meninos Pelados*.

## 2. A PRODUÇÃO DA OBRA ‘MEMÓRIAS DO CÁRCERE’ E SEU CONTEXTO

### 2.1. Resumo comentado da obra

As próximas páginas deste trabalho serão dedicadas à realização de um resumo da obra *Memórias do Cárcere* de Graciliano Ramos. Acredito que a temática e o desenvolvimento do texto até agora, por si só, justifiquem a realização de tal empreendimento, mesmo ciente de que, possivelmente, muitos já tenham lido ou estejam familiarizados com a obra de Graciliano Ramos.

De qualquer forma, os comentários que se seguirão buscam não só ambientar o leitor ao universo da narrativa, propriamente dita, do escritor alagoano, como também realizar um paralelo entre o estudo de trajetória do literato e a trajetória/desenvolvimento da obra que ora analisaremos.

Discussões acerca da originalidade e veracidade da obra à parte, o que podemos, de fato, afirmar é que o livro é dividido em quatro partes (escritas por Graciliano Ramos) – são elas: Viagens, Pavilhão dos Primários, Colônia Correccional e Casa de Correção - e, por fim, uma “Explicação Final”, escrita por Ricardo Ramos, filho do autor. A decisão de escrever esse capítulo final foi do próprio Ricardo Ramos que, devido à morte do pai antes do término do livro, sentiu a necessidade de criar um pequeno “ponto final” na extensa obra escrita por Graciliano Ramos.

Tendo em vista a maior inteligibilidade do livro nessas poucas páginas disponíveis para o resumo de tão vasta obra, romperei com a narrativa linear, cronológica, de Graciliano Ramos e começarei pelo polêmico capítulo de Ricardo Ramos.

A morte do autor antes da conclusão do livro serviu de motivação para a realização desse capítulo final por Ricardo Ramos que congrega não só as impressões do próprio filho, mas também de outros membros da família, segundo o próprio Ricardo Ramos. Ao longo desse pequeno texto o autor nos fornece pistas de motivos pessoais para a demora de Graciliano Ramos em concluir o livro, dizendo que o pai fazia um trabalho lento e contínuo.

Além disso, a viagem para a Europa na primeira metade de 1952, havia deixado fortes impressões em Graciliano Ramos, fazendo-o se desviar do trabalho em suas memórias.<sup>96</sup> Nas

---

<sup>96</sup> Como resultado da ida à Europa é publicado o livro póstumo “Viagem”, em 1954, aonde expressa suas mais marcantes impressões sobre os resultados do regime comunista.

lembranças dos momentos finais, em que a doença já era sabidamente irreversível, a morte era personagem presente e aparecia nos pequenos gestos do dia-a-dia, como reler crônicas publicadas que remetiam à pequena cidade de Palmeiras dos Índios.

Em um paralelo entre o fim da vida e o capítulo final de suas memórias, Ricardo Ramos nos mostra o que Graciliano Ramos pensou em escrever no final de suas memórias. Sem surpresas, para um homem que nunca cessou de surpreender, a palavra *liberdade* é a primeira a pulular na mente. A ausência de surpresa se justifica na invariabilidade da consequência do ato de prisão: a privação da liberdade - essa comum a todo indivíduo encarcerado. Por isso, o capítulo seria dedicado às primeiras sensações de liberdade experimentadas pelo escritor ao sair da cadeia.

Assim como aponta Ricardo Ramos, o título nunca chegou a ser totalmente decidido por Graciliano Ramos, podendo ser usado o próprio “Memórias do Cárcere” ou, simplesmente, “Cadeia”, mas, “Não valia a pena forçar a escolha.”<sup>97</sup> Realmente o título parece minúsculo frete à totalidade da obra e assim, Ricardo Ramos encerra seu capítulo mostrando que ele foi pautado em recordações, em histórias ouvidas e que muitas vezes Graciliano Ramos relutava em terminar suas memórias.

Se a dificuldade surgiu para terminar o livro, não foi diferente para lhe dar os primeiros contornos. Tudo aparecia como empecilho: a distância cada vez maior entre o tempo na prisão e o tempo da escrita que ia lhe apagando as lembranças; a própria incapacidade de escrever; por fim, a dificuldade em transpor personagens vivos para as folhas secas da literatura. Porém, uma a uma, essas dificuldades são demolidas pelo próprio autor e prosseguimos na leitura.

Fica evidente ao longo da leitura do livro, e corroborado já nas primeiras páginas pelo autor, que a narrativa não está preocupada com o relato exato dos fatos, na verdade, longe disso, as memórias de Graciliano Ramos foram sendo esticadas, condensadas, amassadas e ao longo dos anos seria impossível exigir-lhe rigor quanto a isso.

Em seguida, passamos já à narrativa dos fatos como são lembrados pelo autor: as ameaças por telefone para as quais não deu importância; o aviso de que seria preso; a decisão de que não fugiria; a espera pela chegada dos agentes; os devaneios sobre a prisão nessas horas de espera e, finalmente, o caminho entre a casa e o 20º Batalhão.

---

<sup>97</sup> RAMOS, Graciliano. Memórias do Cárcere. Rio de Janeiro: Record, 2008, p.678

A prisão, sem acusação aparente, despertava curiosidade em Graciliano Ramos. Contudo, o motivo foi posteriormente descoberto, ele seria acusado de ser comunista o que, para ele, não fazia sentido algum, já que não pertencia ao Partido Comunista.

Apesar do ceticismo e da constante necessidade de se manter alheio ao horrores da prisão, fica evidente ao longo do livro que o autor se viu mergulhado em um mar de desânimo, pensando mesmo que nunca chegaria a ser capaz de trabalhar novamente, caso algum dia fosse solto. Tal perspectiva parecia cada vez mais distante, principalmente depois de considerar fatos como o julgamento ensaiado e vazio ao qual seria submetido.

A escrita de um diário, a manutenção de suas memórias, parecia sem importância e era difícil para ele enxertar seus escritos. Um ou outro fato sobressaía, mas a passagem para o papel lhes tornava ínfimos e curtos. Tudo era observado pelo autor com um ar despreocupado, parecia mesmo se preocupar mais em enviar as folhas de textos escritas para a mulher, para que ela, então, as caminhasse para Buenos Aires, do que com a situação na qual se encontrava.

Muitas vezes, parecia passar despercebido por um guarda. Não oferecia riscos ou mesmo soltaria bombas: “Estava ali apenas para dar ao burguês a impressão de que havia muitos elementos perniciosos e o capital corria perigo.”<sup>98</sup> Capitão Lobo, figura marcante nos primeiros momentos da prisão de Graciliano Ramos, já havia sido de grande ajuda anteriormente. Porém, certo dia, apareceu para falar-lhe, dizendo que o preso seria transferido; para aonde não o informara. Além disso, o capitão trazia consigo a oferta de um empréstimo, que retiraria de suas reservas pessoais. Atordoado e confuso com a oferta - Graciliano Ramos não havia recebido muitas coisas sem trabalho em sua vida - de pronto a recusou. Nessa passagem podemos notar, muito claramente, a já conhecida falta de trato social de Ramos, que mesmo sem intenção, parecia sempre muito seco e rude, até com aqueles que lhe faziam apenas gentilezas.

A viagem começa e Ramos ainda desconhece seu destino, sem saber se iria para o Norte ou Sul. Finalmente, é conhecida a direção: o Sul. Mas para aonde? São Paulo Rio de Janeiro, Bahia? E, mais uma vez, surge a *aparente* despreocupação de Ramos, para ele a transferência quebraria a monotonia e seria uma viagem por conta do governo para o sul. Muitas vezes essa ausência de desespero ou de preocupação na narrativa de *Memórias do Cárcere* soa como um ultraje. Como um homem que havia sido arrancado de seu lar, de sua cidade, de sua família, sem acusação cabível ou aparente, poderia transbordar tanta calma?

---

<sup>98</sup> RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 86

Por um lado, as memórias foram escritas muito tempo depois da saída do autor da prisão e, talvez, o tempo tenha criado um isolamento em suas lembranças, nas quais tudo parece mais fácil ou pouco assustador. Por outro lado, a figura sempre dura e turrona de Graciliano Ramos condizia com esses pensamentos pouco emotivos. Provavelmente uma mescla dos dois elementos contribuiu para o resultado da narrativa.

A narrativa se estende pelos horrores dos porões imundos de um navio de prisioneiros: o ambiente sujo, o medo do estranho, do novo, do desconhecido, os cigarros que precisavam ser racionados. Os inúmeros capítulos destinados à pormenorização da viagem refletem as profundas marcas que ela deixou no autor. Não é de se espantar que o trajeto tenha sido difícil e parecido ainda mais longo, tendo em vista as condições insalubres do transporte.

Depois de muitos episódios, finalmente, avistava-se a baía de Guanabara e, quase simultaneamente, as menções à Colônia Correccional de Dois Rios surgiam. De certa forma, a Ilha Grande já aparecia como uma personagem importante, pois: “As notícias da colônia eram indefinidas e agoureiras, talvez mais alarmantes por não se determinarem; a mais simples referência ao desgraçado lugar gelava as conversas e escurecia os rostos.”<sup>99</sup>

A chegada em terras fluminenses transparecia ainda mais o estado lastimável na qual se encontrava Ramos. Sujo, imundo, as forças faltavam até para acender o cigarro, sentia-se nu. Em um veículo policial ele, e os companheiros de cárcere, passaram por diversas carceragens, nenhuma tinha espaço para que pudessem ficar. Finalmente chagam a uma carceragem e, mais uma vez Ramos tem problemas para responder a famigerada pergunta: “- Religião? – Nenhuma.”, era o que respondia, sempre a se complicar em decorrência do excesso de honestidade. Assim, seria colocado no pavilhão dos primários (título da segunda parte do livro), uma espécie de distinção por ter trabalhado em repartição pública.

As condições de vida nesse ambiente, no entanto, permanecem tão desumanas quanto as de outros lugares pelos quais tinha passado. A preocupação de Graciliano Ramos em mostrar os detalhes do cárcere nos leva a refletir sobre toda uma ideia de vida carcerária dentro do período Vargas, como explicitado por Joselaine Brondani Medeiros:

O cárcere, na obra, desnuda-se, sendo sinônimo de desumanização e desrespeito à vida humana. O ser humano, nesse ambiente, é despersonalizado, degradado e coibido dos seus direitos. Daí se depreende o viés de denúncia e de crítica social presente na obra, à medida que faz referência direta à opressão política, e o cunho testemunhal, abrindo um espaço para os silenciados e mostrando uma outra versão da História. A obra, desse modo, torna-se uma forma de questionamento da historiografia oficial,

---

<sup>99</sup> RAMOS, Graciliano. Memórias do Cárcere. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 171.

uma vez que abre sulcos de tensões sociais e políticas muitas vezes não revelados e aponta novos olhares à sociedade e ao próprio ser humano.<sup>100</sup>

As tensões permeiam toda a obra, por vezes de forma mais clara, quando o autor é acusado de comunista, conotação obviamente política, mas por vezes de forma mais subterrânea, quando mostra a relação com os guardas ou nos narra as condições dentro da prisão.

Já no final da segunda parte do livro, Graciliano Ramos, nos revela um pensamento importante para entender o momento em que se encontrava, pois mesmo que fosse solto, o que faria? Não se julgava apto a laborar em qualquer área, pensava ainda que um ou outro amigo antigo que encontrasse na rua o ignoraria, por medo de comprometer-se. A vida como ele conhecia antes estava acabada – o sistema prisional não tirava apenas a liberdade, tirava tudo aquilo que o ser humano julgava conhecido e o extirpava da confiança em si mesmo, ao misturá-lo com a sujeira das prisões. Por fim, surge o receio de uma nova transferência e a impotência frente ao fato.

A terceira parte do livro, dedicada ao período em que esteve preso na Colônia Correccional da Ilha Grande, no interior do Rio de Janeiro, é, provavelmente, a parte mais intensa do livro. Nesse período fica ainda mais claro, e constante, a dor, física e emocional, sofrida pelos presos da Era Vargas. Como explicitado por Medeiros, na Colônia Correccional:

[...] os presos conviviam com a sujeira, com a fome, com a dor, enfim, com a morte. Quando morriam, eram enterrados em valas, como lixo. Os homens vivem a se contorcer de dor, porque, no feijão, misturava-se excrementos de ratos e potassa, que provocam cólicas violentas, decompondo fisionomias.<sup>101</sup>

A narrativa degradante continua:

As tremuras sacudiam-me, nos beiços queimados o cigarro colava-se. Não agüentei a posição horizontal, sentei-me, enjoado, cusindo. Muitas criaturas velavam também, mexiam-se nas esteiras, gemiam, escarravam na areia, e ouviam-se vozes desconexas, divagações delirantes. Sem cessar vultos se erguiam, deitavam-se, gente se deslocava num vaivém contínuo, aglomerava-se no princípio do alojamento, à direita. A precisão de um mictório chegou-me forte, levantou-me, dirigiu-me àquele ponto. Já me havia achado ali, pela manhã, de volta do curral, mas então o refúgio estava deserto. Agora havia ajuntamento, e o que percebi horrorizou-me. Estaquei indeciso à entrada, com desejo de recuar, mas a bexiga repleta obrigou-me a permanecer no

<sup>100</sup> MEDEIROS, Joselaine Brondani. Memórias do Cárcere: Uma Possibilidade de Releitura da História. *Literatura e Autoritarismo: Opressão e resistência na produção cultural* Revista nº 5. Janeiro/Junho, 2005. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/grpesqla/revista/num5/ass04/pag01.html> Data da consulta: 17 de março de 2012.

<sup>101</sup> MEDEIROS, Joselaine Brondani. Memórias do Cárcere: Uma Possibilidade de Releitura da História. *Literatura e Autoritarismo: Opressão e resistência na produção cultural* Revista nº 5. Janeiro/Junho, 2005. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/grpesqla/revista/num5/ass04/pag01.html> Data da consulta: 17 de março de 2012.

lugar infame. Era uma sala quadrada, o chão de cimento. Pendiam do teto alguns chuveiros, quatro ou seis, e junto a uma parede se alinhava igual número de latrinas, sem vasos, buracos apenas, lavados por freqüentes descargas rumorosas. Em todas viam-se homens de cócoras, e diante deles estiravam-se filas, esperando a vez, cabisbaixas na humilhação, torcendo-se, a exhibir urgências refreadas a custo. Essa mostra indecorosa, a falta da mínima dignidade, encheu-me de vergonha e medo, tolheu-me a ação. Olhei com desespero em redor, procurando ver se não poderia urinar noutra parte. Não, evidentemente, era preciso aviltar-me incorporando-me num dos grupos. Absurdo. Uns restos de pudor fechavam-me os olhos, o quadro inverossímil sumia-se, isento de realidade, penosa visão de pesadelo. A tiritar, a arder, chegava a supor-me enganado pela febre, pedaços de sonho mau a torturar-me. O peso na bexiga impedia-me o regresso.<sup>102</sup>

A narrativa nos leva a pensar como pode alguém sobreviver a tal ambiente. Não por acaso, muitos não conseguiam e acabavam enterrados em valas ou em algum buraco. A temida Colônia Correccional misturava presos políticos e toda a sorte de criminosos, este foi o local em que Graciliano Ramos passou menos tempo durante o período em que esteve preso, no entanto, é de longe, àquele que mais provocou marcas no escritor alagoano. Ainda no final da terceira parte de suas memórias começam os preparativos para uma nova transferência, novas fotos, novas impressões digitais, como se as caras e os dedos houvessem mudado, pensava Graciliano Ramos.

De volta à Casa de Correção (que tinha como anexo o Pavilhão dos Primários), a situação de Graciliano Ramos melhora substancialmente. O diretor da prisão na época era um alagoano que conhecia a família de sua esposa, além disso, a saída da Ilha Grande e o retorno à capital tornavam as coisas mais simples para a visitação de parentes e amigos. Logo na primeira noite na Casa de Correção, Graciliano Ramos é recebido por diversos amigos com comida e bebida, que logo lhe reacenderam a fome, há muito esquecida devido às cenas de horror e sujeira que havia presenciado.

O ambiente era, sem dúvida, mais leve e limpo. O refeitório tinha pratos, panelas e copos limpos e a comida era suportável de engolir. A dor nas pernas, no entanto, não lhe dava trégua e parecia que os ossos iriam se transformar em algodão. As visitas agora eram mais constantes. Heloísa havia conseguido uma exceção com o diretor e fez uma visita fora do horário convencional, trouxe a notícia de que seu texto havia sido publicado em Buenos Aires e tinha recebido 25 pesos por isso, pouco porém ajudava.

A figura de José Lins aparece na revista *Usina* levada por Heloísa com dedicatória imprudente a Graciliano Ramos, que se preocupava:

---

<sup>102</sup> RAMOS, Graciliano. Memórias do Cárcere. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 441.

Diga a José Lins que deixe de ser burro. Dedicar-me o romance quando eu estava na Colônia foi temeridade, não valia a pena arriscar-se. E enviar bilhetes é doidice. Se ele quiser falar comigo, mande um recado por seu intermédio. Coisa verbal, nada de escrita. Pedacinhos de papel como este, caindo em certas mãos, trazem uma pessoa para cá. E não nos interessa a companhia de José Lins.<sup>103</sup>

Os amigos, como já mencionado anteriormente, se dedicaram largamente em lutar pela saída de Graciliano Ramos da prisão, e o faziam das mais diversas formas, de forma legal e jurídica, e de forma artística e política. Sem dúvida, Ramos se exaltava em pensar que José Lins, ou qualquer outro, pudesse lhe fazer companhia na prisão. Para ele, só quem nunca havia experimentado as privações, os jejuns e a dor da prisão poderia ser tão leviano se arriscando.

Uma das passagens mais marcantes da quarta e última parte do livro é, sem dúvida, a noite em que Olga Prestes e Elisa Berger seriam entregues a Gestapo. Muito barulho e confusão cercaram a noite, os homens haviam recebido notícias que as prisioneiras seriam levadas para a Alemanha.

Sentado na cama, pensei com horror em campos de concentração, fornos crematórios, câmaras de gases. Iriam a semelhante miséria? A exaltação dominava os espíritos em redor de mim. Brados lamentosos, gestos desvairados, raiva impotente, desespero, rostos convulsos na indignação. Um pequeno tenente soluçava, em tremura espasmódica: - Vão levar Olga Prestes.<sup>104</sup>

Da prisão, Graciliano Ramos questionava se seria verdade, se as prisioneiras seriam realmente levadas para terras alemãs, questionava, pensava que tudo dentro da prisão era confuso, fantasioso, fantasmagórico e não entendia o porquê de duas prisioneiras, aparentemente inofensivas, serem entregues às mãos dos nazistas:

Mas porque, na horrível ignomínia, haviam dado preferência a duas criaturas débeis? Elisa Berger, presa, era tão inofensiva quanto o marido, preso também. Contudo iam oferecê-la aos carrascos alemães, e Harry Berger permanecia aqui, ensandecido na tortura. O nazismo não exigia restos humanos, deixava que eles se acabassem devagar no cárcere úmido e estreito. A noite, na sala 4, Elisa despertava banhada num suor de agonia, os olhos espavoridos. A lembrança dos tormentos não a deixava; um relógio interior indicava o instante exato em que, meses atrás, a seveciavam na presença de Harry, imóvel, impotente. Olga Prestes, casada com brasileiro, estava grávida. Teria filho entre inimigos, numa cadeia. Ou talvez morresse antes do parto. A subserviência das autoridades reles a um despotismo longínquo enchia-me de tristeza e vergonha. Almas de escravos, infames; adulação torpe à ditadura ignóbil. Nasceria longe uma criança, envolta nas brumas do norte; ventos gelados lhe magoariam a carne trêmula e roxa. Miséria - e nessa miséria abatimento profundo.

<sup>103</sup> RAMOS, Graciliano. Memórias do Cárcere. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 574.

<sup>104</sup> RAMOS, Graciliano. Memórias do Cárcere. Rio de Janeiro: Record, 2008, pp. 635-6

Cientes da possibilidade de que as presas fossem enviadas para fora do Brasil, foi negociado de que seriam acompanhadas por amigos, Campos da Paz Filho e Maria Werneck. O conhecido final das prisioneiras foi descoberto por Graciliano Ramos e pelos outros prisioneiros pouco tempo depois.

O final da quarta e última parte do livro não tem nada de especial, narra apenas mais um episódio que se passa na Casa de Correção, uma briga entre os presos e depois entre os presos e soldados. Graciliano Ramos se mantém imune e alheio isso, continua a folhear o livro que estava lendo. Como seria o final pretendido pelo autor nunca saberemos.

O que podemos afirmar é que a obra configura-se não só como um olhar introspectivo do autor sobre sua própria experiência, mas também como uma possibilidade aberta a quem deseja entrecruzar suas memórias àquelas memórias do governo Vargas, compará-las e confrontá-las.

## **2.2.O processo de escrita e o período Vargas**

O processo de escrita de Memórias do Cárcere iniciou-se no ano de 1946, neste período, o Brasil havia vivenciado mais um golpe militar que culminara com a deposição do então presidente Getúlio Vargas. José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal que substituiu Vargas, iniciara legalmente à demolição do aparato repressivo institucionalizado sob auspícios do governo Vargas.<sup>105</sup>

Durante o interregno Linhares, os simpatizantes do antigo regime sofriam com o novo momento político do país, a União Democrática Nacional (UDN), ferrenha opositora à política varguista, se tornara maioria no ministério de José Linhares. Conforme aponta o historiador Jorge Ferreira: “funcionários públicos foram ameaçados com demissões arbitrárias, o banimento de Vargas do país estava nos planos de grupos civis e militares.”<sup>106</sup>

Para evitar maiores prejuízos no campo político, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de Getúlio Vargas, viu na candidatura do general Eurico Gaspar Dutra à presidência de 1945, uma alternativa para superar o revés político que se encontrara após o golpe militar.

---

<sup>105</sup> COSTA, Emilia Viotti da. *O Supremo Tribunal Federal e a construção da cidadania*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

<sup>106</sup> FERREIRA, Jorge. Quando os trabalhadores "querem": política e cidadania na transição democrática. In: *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 78.

Tal apoio seria mutualmente vantajoso, uma vez que o Partido Social Democrático (PSD) buscava o apoio dos queremistas e do ex-presidente para sua campanha presidencial.

A política no Brasil estava basicamente dividida entre os quatro partidos: a UDN contava com nomes de experientes políticos e era apoiada pelos meios de comunicação; o PSD possuía uma forte máquina eleitoral; o PCB buscava imprimir uma imagem de militância combativa e o PTB, “nada tinha além de Getúlio Vargas – que insistia no silêncio”,<sup>107</sup> e não declarava publicamente seu apoio a Dutra.

É nesse período que Graciliano Ramos resolve escrever a respeito de sua vivência no cárcere. Apesar de todas as incertezas no campo da política, o fim do Estado Novo e da ditadura Vargas garantiam ao escritor relativa liberdade para contar os acontecimentos presenciados, não só sob o aspecto diário pormenorizado de sua prisão, como também denunciando as arbitrariedades de um governo ditatorial.

Apesar de ser deposto em 1945, a figura de Vargas não se distanciou do cenário político brasileiro. Segundo Boris Fausto, Getúlio Vargas foi o grande vitorioso na eleição de 1945. A legislação eleitoral da época permitia se candidatar por vários estados, assim Vargas, candidato a deputado federal e senador, recebeu mais de 1 milhão de votos em sete unidades da Federação. Sozinho, conseguiu mais da metade dos votos de sua legenda, o PTB, para a Câmara dos Deputados. Além disso, vale ressaltar que Vargas, presidente de honra do PSD, se elegeu senador do Rio Grande do Sul pelo próprio PSD.<sup>108</sup>

Dutra se afastou da política econômica varguista de interferência estatal na economia ao permitir grande volume de importação de bens manufaturados. Além disso, nomeou um ministério moderadamente conservador, com a presença de dois membros da anti-varguista UDN. Seu governo recebeu duras críticas por parte de Vargas que via no frágil PTB a oportunidade de intensificar suas atividades políticas.

Diante do clima pouco amigável entre os dois políticos, tornava-se claro que o então presidente alijaria Getúlio da disputa presidencial nas próximas eleições pelo partido. Vargas apelou para que a crescente classe trabalhadora urbana se filiasse ao PTB. Assim, aproveitaria o potencial eleitoral das massas urbanas e as colocaria sob sua influência.<sup>109</sup>

Em 1948, há uma mudança na presidência do PTB e Vargas se torna presidente do partido. Neste momento a preocupação central do partido passa a ser a projeção da figura de

---

<sup>107</sup> FERREIRA, Jorge . *Op. Cit.*, p. 79.

<sup>108</sup> FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas: O poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

<sup>109</sup> CORTÉS, Carlos E. *Política Gaúcha (1930-1964)*. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.

Getúlio Vargas no plano nacional, uma vez que sua imagem era maior do que o próprio partido. Além disso, buscava-se retomar o quererismo como mola mestra do PTB.<sup>110</sup>

O getulismo se consolidava, então, como elemento político contrário ao Governo e capaz de afastar o perigo do comunismo no país. Este posicionamento garantia à Vargas um grande leque de manobras políticas e permitia vasta possibilidade de articulações políticas em torno da disputa presidencial.<sup>111</sup>

No entanto, a sucessão presidencial de 1950 se deu através de dois processos, conforme explicita D'Araújo:

“de um lado, a atuação dos adeptos da candidatura Vargas junto aos militares, ao PTB, ao PSP e ao Governo; de outro, as tentativas de composição entre os três partidos signatários do Acordo Interpartidário [PSD, UDN e PR] em busca de uma solução comum que não seja radical, como o getulismo, mas que gere consenso interno nessas agremiações”.<sup>112</sup>

No processo eleitoral, Vargas foi eleito com cerca de 48,7%, onde o eleitorado no período era de aproximadamente 8.254 mil votantes. A candidatura é vitoriosa em 18 das 24 unidades da federação e pode ser entendida como resultado das articulações políticas que vinham sendo costuradas desde 1948.<sup>113</sup> De volta à presidência, Getúlio Vargas ocuparia este cargo até 29 de agosto de 1954, data de seu suicídio. Assim, Graciliano Ramos não veria a posse de outro presidente senão do velho ditador.

É possível que a constante presença de Vargas no poder, tenha desestimulado Graciliano Ramos de ver suas *Memórias* publicadas ainda em vida. Talvez, tal fato, explique a frase “... provavelmente isto será publicação póstuma, como convém a um livro de memórias.”<sup>114</sup> Além disso, é importante atentarmos ao fato de que o texto era sempre guardado por Graciliano Ramos em cofre na editora de José Olympio, e ainda que o escritor havia recomendado sua esposa Heloísa a se livrar dos escritos que pudesse lhe comprometer, caso fosse novamente preso. Esses cuidados não chegam a surpreender, pois, um indivíduo

<sup>110</sup> GOMES, Ângela Maria de Castro; ARAÚJO, Maria Celina Soares D'. *Getulismo e trabalhismo: tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.

<sup>111</sup> ARAUJO, Maria Celina D'. *O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política*. São Paulo: Ática, 1992.

<sup>112</sup> ARAUJO, Maria Celina D'. *Op. Cit.* p. 56.

<sup>113</sup> ARAUJO, Maria Celina D'. *Op. Cit.*.

<sup>114</sup> RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 13.

que havia passado pelas privações impostas por um regime de exceção, naturalmente se sentiria coagido e temeroso ante o retorno de seus algozes ao poder.

### 2.3. O lançamento póstumo e a polêmica de autenticidade

Com a publicação de *Memórias do Cárcere*, em 1953, uma série de escritores e personalidades da cultura e política brasileira emitiriam seus comentários e apreciações a respeito da obra. Dentre as ressonâncias políticas a mais contundente, certamente, foi o despertar das acusações entre udenistas e trabalhistas a respeito das denúncias sobre o Estado Novo. Já no campo literário, a obra seria comparada aos escritos de Dostoievski pela crítica literária Lúcia Miguel-Pereira, recebendo também elogios de Gilberto Freyre, Oswald de Andrade, Aníbal Machado, Antônio Candido e José Lins do Rego e, já na década de 1980, seria alçada a categoria de documento histórico pelo cientista político e diplomata brasileiro Paulo Sérgio Pinheiro.

Meses após a morte de Graciliano Ramos, ainda em 1953, *Memórias do Cárcere* seria então publicado em quatro volumes (anos mais tardes condensados em dois volumes e, em 2008, em apenas único volume), com um capítulo chamado “Explicação final” de autoria de Ricardo Ramos. Em aproximadamente duas páginas, o filho do autor alagoano busca narrar como se deu o processo de escrita de *Memórias do Cárcere* e a relação do autor com sua narrativa, revelando também curiosidades como, por exemplo, a dúvida a respeito do título do livro: “*Memórias do Cárcere*” ou simplesmente “*Cadeia*”.

Estas referências que ouvimos de Graciliano Ramos às suas memórias, agora publicadas. Julgou-se preciso uma explicação acerca do capítulo não escrito. Alinhamos as nossas recordações, em seguida as comparamos às de outras pessoas da família. E foi tudo o que pudemos trazer sobre o assunto.<sup>115</sup>

Diversas hipóteses surgiram para o fato da obra permanecer inacabada, uma vez que Graciliano Ramos, logo nas primeiras páginas de seu livro, indicava o início da escrita durante a década de 1940. Em 6 de dezembro de 1953, o crítico Wilson Martins publicou um artigo no suplemento literário do jornal *O Estado de São Paulo* apontando diferenças entre o texto publicado pela editora de José Olympio e trechos manuscritos do autor. Para o crítico, existiria provável censura do Partido Comunista e/ou possível manipulação de seu organizador.

---

<sup>115</sup> RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 679.

Alguns dias após a publicação deste artigo, Ricardo Ramos envia carta para a direção do jornal paulista visando esclarecer algumas questões levantadas por Wilson Martins:

Após o original de que nos fala em seu artigo o Sr. Wilson Martins, houve um segundo, também de punho do autor, e um terceiro, a cópia datilografada – tarefa realizada por minha mãe --, que resultou definitivo, ainda com pequenas modificações. São pormenores no processo da elaboração literária que se pretendeu trazer ao leitor e que fugiram à percepção do crítico Wilson Martins, esquecido também de outras emendas que poderia haver e realmente existiram nesse intervalo. Corrigidos, em originais definitivos, os capítulos iam sendo entregues, pessoalmente, ao editor José Olympio, guardados em seu cofre particular. O livro foi elaborado de 1946 a 1951, quando o autor, num documento assinado, autorizou o seu lançamento em caso de morte. Como se verifica, os originais definitivos foram entregues pelo próprio Graciliano Ramos ao Editor, muito antes de seu falecimento.

Há cerca de seis meses, o Sr. José Olympio planejou a edição de “Memórias do Cárcere”, achou conveniente uma explicação final em torno do último capítulo, não escrito. Foi o que fizemos, esta a nossa contribuição única. Até mesmo a revisão, a um pedido nosso, foi realizada por um dos sócios da casa editora, o escritor Antônio Olavo Pereira” (...) <sup>116</sup>

No entanto, a polêmica não se esgotaria. Durante a década de 1970, a própria filha do escritor, Clara Ramos, levantaria dúvidas quanto a uma possível falsificação dos originais de seu pai. Tal suspeita se evidencia principalmente com a comparação entre o manuscrito e o texto da sétima edição.

Em 13 de novembro de 1979, a questão sobre a autenticidade da obra foi discutida também no Jornal do Brasil, em matéria da jornalista Susana Schild; “Alguém mudou o texto de Graciliano Ramos? – José Olympio diz que não.” <sup>117</sup>. Cabe destacar como a jornalista descreve o livro do escritor alagoano: “Memórias do Cárcere ocupa lugar nobre na História e Literatura Brasileira.”.

A matéria jornalística descreve como se deu os processos de reprodução das edições. José Olympio, Daniel Pereira (irmão de José Olympio) e Adalardo Cunha (revisor da segunda edição) possuem trechos de falas dadas em entrevista e revelariam a não modificação do texto:

O texto datilografado que ele [Graciliano Ramos] nos entregou foi integralmente respeitado e reproduzido nas quatro edições que fizemos dessa obra monumental que é Memórias do Cárcere. [Trecho de José Olympio]

<sup>116</sup> Carta de Ricardo Ramos ao Diretor do Estado de São Paulo – Júlio Mesquita Filho – tratando do livro Memórias do Cárcere em 09/12/1953. [Acervo José Olympio/Biblioteca Nacional]

<sup>117</sup> Disponível em Acervo histórico digitalizado do Jornal do Brasil, parceria entre o Jornal do Brasil e a empresa Google que permite o livre acesso às edições do jornal das décadas de 1930 a 1990. (<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC> Data de acesso: 15/02/2012)

Graciliano Ramos – lembra Daniel – escrevia à mão, e depois dava a alguém – parece que à mulher, para datilografar. Por motivos políticos, ele pediu um cofre para guardar os capítulos na medida em que ficassem prontos, do qual apenas ele tinha a chave. E de 15 em 15 dias, aproximadamente, ele trazia os capítulos – **sempre datilografados**. Nunca nos trouxe manuscrito, apenas as páginas já datilografadas, que serviam de original à composição.

(...) Obviamente, o manuscrito poderia ser diferente do livro, uma vez que não serviu de original. Pedimos algumas páginas manuscritas a seu filho Ricardo, publicamos a origem de toda essa controvérsia atual. Wilson Martins, baseando-se na comparação, levantou todas as dúvidas, totalmente infundadas. Como a primeira edição esgotou-se em três meses, na segunda, de janeiro de 1954, e nas que se seguiram, publicamos o manuscrito e o original datilografado, que batia fielmente com os volumes editados.

(...) Na época – continua Daniel Pereira – bastava ao Wilson Martins telefonar e perguntar, e ficamos muito admirados de suas suspeitas, uma vez que como jornalista e ligado a escritores e editoras deveria saber que manuscritos nunca foram considerados originais, apenas originais primitivos. Mesmo depois de datilografados os capítulos, Graciliano Ramos fazia modificações, e isso nossas reproduções nos livros mostram. [Trecho de Daniel Pereira]

Ele [Graciliano Ramos] chegava na minha sala – relembra Adalardo – na época na Praça 15, em cima da Bolsa de Valores, e revia as páginas datilografadas. Não se falava em original manuscrito – isso não existe. Graciliano Ramos, rigoroso como todo mundo sabe, era um sofredor do estilo, e mais ainda com **Memórias do Cárcere**, obra à qual se dedicou com rigores ainda maiores. Sempre retocava alguma coisa no texto datilografado, lia, conversava, trancava no cofre e ia embora. Exigia que se respeitasse inteiramente as regras ortográficas de 1931 – e tinha horror à revisão – escrevia **director, reacção**, e assim por diante. Ninguém jamais tocou no texto datilografado a não ser ele, e o espaço entre a morte e a edição foi o tempo necessário para compor o livro. [Trecho de Adalardo Cunha].

Dentro deste ressurgimento da polêmica, José Olympio envia também carta ao jornalista Luiz Carlos Lisboa, na época Diretor da filial de *O Estado de São Paulo* e *Jornal da Tarde*:

Não sei por que esse assunto voltou agora a público, depois de ter sido suficientemente esclarecido pelo filho de Graciliano Ramos, escritor Ricardo Ramos, logo depois da publicação das *Memórias*, em carta de 9/12/1953, (...) <sup>118</sup>

Alguns dias posteriores, Moacir Werneck de Castro, companheiro do Velho Graça à época da Associação Brasileira de Escritores, se pronunciaria a respeito deste ressurgimento e se posicionaria favoravelmente à causa de não modificação do texto. Em artigo publicado no jornal *Última Hora*, revelaria:

Mais importante que esse tipo de problema, no entanto, me parece a necessidade de colocar a autenticidade das *Memórias do Cárcere* ao abrigo de suspeitas que nasceram sob signo político e agora se reavivam nas asas da fama de um autor consagrado. Poderá ser positivo todo esse barulho na medida em que uma parcela maior de público se interessam por um grande

<sup>118</sup> Carta de José Olympio ao Diretor da Sucursal de O Estado de São Paulo e Jornal da Tarde, Luiz Carlos Lisboa tratando do livro *Memórias do Cárcere* em 14/11/1979. [Acervo José Olympio/Biblioteca Nacional]

livro, o mais verdadeiro e fiel relato de um período negro da História brasileira.<sup>119</sup>

Em artigo publicado, em 20 de outubro de 2008, no site do jornal paranaense *Gazeta do Povo*, o crítico Wilson Martins, ao revelar como conseguiu publicar seu primeiro livro graças a José Olympio, comenta como se deu o episódio em torno de seu polêmico artigo escrito no *Estado de São Paulo*:

Houve também na história dessas relações, a grande crise provocada por Memórias do Cárcere. Sabia-se que o PCB exerceu forte pressão sobre a família de Graciliano Ramos para impedir-lhe a publicação, acabando por aceitá-la à custa de cortes textuais e correções cuja verdadeira extensão jamais saberemos. Nas idas e vindas entre a família e os censores do Partido, resultaram, pelo menos, três “originais”, datilografados e redatilografados ao sabor das exigências impostas. Supõe-se que o último deles recebeu o imprimatur canônico, acontecendo, apenas, que, na confusão inevitável de tantos “originais”, as páginas escolhidas para ilustrar os volumes diferiam sensivelmente das impressas, suscitando dúvidas quanto à respectiva autenticidade.

Denunciei o fato em O Estado de S. Paulo, daí resultando os violentos ataques com que me mimosearam os porta-vozes officiosos do Partido, o que, de resto, confirmava que, efetivamente, tinha havido censura. Como é natural, o episódio magoou José Olympio, ele próprio ludibriado por tantas manipulações. Anos depois, Ricardo e Clara Ramos, filhos de Graciliano, confirmaram em livros convenientemente abafados, que, de fato, o texto autêntico tinha sido adulterado por imposição do Partido.

A longo prazo, as relações se normalizaram entre José Olympio e eu mesmo, que continuei a visitá-lo pelos anos afora quando vinha ao Brasil nas férias acadêmicas, sempre recebido com a maior cordialidade nos inesquecíveis almoços das sextas-feiras.<sup>120</sup>

Segundo Wander Melo Miranda<sup>121</sup>, esta polêmica somente se resolveria apenas com a edição crítica de Memórias do Cárcere, que comparasse as diferenças e semelhanças entre o texto manuscrito e o texto datilografado.

O texto manuscrito é composto por 448 folhas com conteúdo incompleto e inacabado. Não há, necessariamente, correspondência entre as folhas manuscritas e o texto presente no livro. Além disso, há também lista de nomes e outras anotações. Já o texto datilografado, que

<sup>119</sup> Artigo de Moacir Werneck de Castro publicado no jornal *Última Hora* em 16/11/1979. [Acervo José Olympio/Biblioteca Nacional]

<sup>120</sup> Artigo virtual de Wilson Martins. Minhas relações com José Olympio. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/cadernog/conteudo.phtml?tl=1&id=819380&tit=Minhas-relacoes-com-Jose-Olympio> (último acesso em: 13 de maio de 2012).

<sup>121</sup> MIRANDA, Wander Melo. Posfácio in: RAMOS, Graciliano. Memórias do Cárcere. Rio de Janeiro: Record, 2008, pp. 681-695.

serviu de base para a publicação, é composto por 636 folhas, divididas em quatro partes conforme os quatro volumes da primeira edição.

Em fac-símiles de parte dos manuscritos de *Memórias do Cárcere*, presente no Acervo José Olympio, sob guarda da Biblioteca Nacional, é possível ver explicações mostrando a interferência e revisões de Graciliano Ramos. No entanto, não nos dá condições de detectar interferências do organizador do material para publicação.

Como não é o objetivo deste trabalho detalharmos as diferenças entre texto manuscrito e datiloscrito, cabe apenas demonstrarmos a presença de incongruências levantadas no teor da obra. Os exemplos se dão, conforme apontado por Wander Miranda, ao compararmos o texto datiloscrito e a 1ª edição, na “supressão de palavras, acréscimos, uso de maiúsculas no lugar de minúsculas, erro tipográfico – incorreções que terão um maior ou menor grau de importância para o significado do texto”.<sup>122</sup>

Diante dos elementos expostos acima, não há resposta definitiva para a questão da autenticidade ou de modificações posteriores a morte de Graciliano Ramos no que, possivelmente, foi o texto original de *Memórias do Cárcere*. Assim, a discussão, na maioria das vezes, se atrela a fatos especulativos tendo em vista a ausência de documentação conclusiva sobre o assunto.

#### **2.4. O lançamento do filme Nelson Pereira dos Santos e sua repercussão**

No ano de 1984, trinta e um anos após a publicação da obra póstuma, as memórias do escritor alagoano voltariam à cena através do cineasta Nelson Pereira dos Santos, que decidiria levar ao cinema a obra literária. Por consequência do filme, *Memórias do Cárcere* chegou a ser publicado em francês pela editora Gallimard<sup>123</sup> o que denota a importância destas memórias.

A adaptação da linguagem literária de *Memórias do Cárcere* para a linguagem fílmica levou cerca de dois anos. Os aproximadamente 250 personagens foram fundidos em 120, alguns personagens tiveram os nomes alterados, outros só foram mencionados, a ordem cronológica não foi seguida fielmente como tratado no livro, além de outros improvisos e licenças poéticas existentes ao longo do filme.

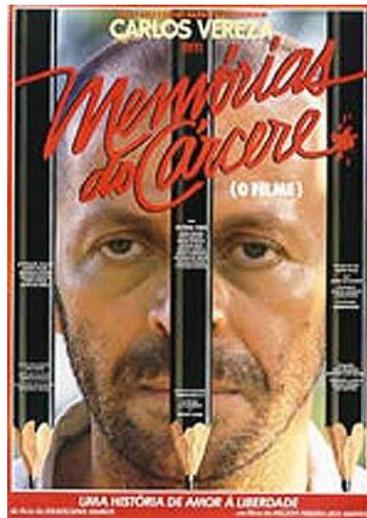
---

<sup>122</sup> MIRANDA, Wander Melo. Posfácio in: RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 683.

<sup>123</sup> RAMOS, Graciliano. *Mémoires de prison. (Memórias do cárcere, posth, 1953)*, traduit du portugais, préfacé et annoté par Antoine Seel et Jorge Coli. Paris: Éditions Gallimard, 1988.

No entanto, diferentemente de seus filmes anteriores, o roteiro foi fielmente seguido. Contudo, existem improvisos que, segundo o próprio Nelson Pereira dos Santos, se explicam em razão da “paixão, o amor, a humilhação, têm que acontecer em cena, na hora da filmagem. E a emoção tem que ser verdadeira. (...) você percebe quando a emoção passa. É uma questão de verdade, de força, contágio, contamina toda a equipe, o fotógrafo chora, os outros atores se emocionam”<sup>124</sup>

O filme que custou 550 mil dólares, chegou a contar com 2 mil figurantes ao longo das filmagens nas diferentes locações. Em aproximadamente quatro meses, *Memórias* teve tomadas em Maceió, na Ilha Grande, numa estação de bonde desativada em Campo Grande, onde se construíram os cenários do pavilhão dos primários e do porão do navio, e num sítio em Campo Grande, local onde se deu as filmagens da Colônia Correcional.



Cartaz de *Memórias do Cárcere* (1984).

Sobre a repercussão do filme *Memórias do Cárcere* de Nelson Pereira dos Santos, surgiram impressões positivas e favoráveis à adaptação nos diferentes veículos de informação. Antes mesmo de sua estreia no cinema nacional, o crítico Rubens Ewald Filho já escreveu no jornal *O Estado de São Paulo* de 25 de maio de 1984: “Ninguém duvida de que Nelson já passou realmente para a história do cinema. (...) *Memórias* teve a unanimidade em Cannes. É uma obra madura, de um cineasta no auge de sua forma”.

<sup>124</sup> SCHILD, Suzana. Entrevista de Nelson Pereira dos Santos à Suzana Schild, *Revista IBM*, ano VI, nº 18, setembro de 1984.

Em 10 de junho de 1984, o Jornal *O Globo*, teve matéria “Graciliano não era um personagem qualquer, mas uma pessoa muito rica” da jornalista Helena Salem tratando da participação de Carlos Vereza na adaptação de *Memórias do Cárcere* para o cinema.

Em 18 de junho de 1984, o periódico *Folha de São Paulo* descreveu a semana de estreia do filme *Memórias do Cárcere*, como: “*Memórias do Cárcere*, de Graciliano Ramos a Nelson Pereira, do clássico literário ao clássico cinematográfico, ganha vibração e força extemporânea”.

*O Jornal do Brasil* revelaria que o filme “traz de volta o debate sobre a ditadura Vargas e todas as ditaduras, com o aviltamento a que submetem pessoas cujo único crime é não pensar como o ditador (...)”. Além disso, no caderno cinema, o mesmo jornal anunciava: “Entra hoje em cartaz **Memórias do Cárcere**, de Nelson Pereira dos Santos que recebeu o Prêmio da Crítica do Festival Internacional de Cannes”.



Jornal do Brasil – 18 de Junho de 1984.

Em 20 de junho de 1984, *O Estado de São Paulo*, informava: “Na tela, as memórias de Graciliano.” texto jornalístico que elogia o filme de Nelson Pereira dos Santos. Já a revista *Veja* da editora Abril, dedicaria matéria de capa para a adaptação da obra do escritor alagoano para a sétima arte.



Revista VEJA; Edição 824.

No jornal carioca *O Globo*, o jornalista Carlos Swann destacou, em 28 de junho de 1984, no artigo “Memórias em francês”, a tradução da obra do escritor alagoano para a língua francesa em função do sucesso do longa-metragem.

No *Jornal do Commercio* de 30 de junho de 1984, o jornalista Ivan Monteiro escreveu: “Até a censura reconheceu a importância da obra, baixando de 18 para 16 anos a impropriedade.”

No jornal niteroiense *O Fluminense*, o jornalista Fernando de Aviz entrevistou, em 2 de julho de 1984, a escritora Beatriz Bandeira e Ryff, descrita no livro *Memórias do Cárcere* como companheira de cela de Nise da Silveira, Maria Werneck e Olga Benário. Na matéria, ao ser questionada sobre o possível obscurecer do grande sentido da denúncia de Graciliano Ramos no filme, responde: “Não! Acho que não! A denúncia ali é visível, irretocável. Como em vidas secas, onde a arte de Nelson Pereira dos Santos, aparece como de hábito, a serviço do real, do verdadeiro.”

Em *Jornal do Brasil* de 7 de julho de 1984, apontou o interesse do mercado editorial de Memória do Cárcere como consequência do sucesso do filme.

A boa repercussão do filme de Nelson Pereira dos Santos, **Memórias do Cárcere**, está despertando um novo interesse de editoriais nacionais e estrangeiras em torno da obra de Graciliano Ramos. Em Paris, a Gallimard, pretende lançar a primeira edição francesa do livro em outubro, juntamente com o lançamento do filme de Nelson. No Brasil, a Record prepara uma nova edição de Memórias trazendo na capa uma foto do ator Carlos Vereza, interprete de Graciliano no cinema.

Em 17 de novembro de 1984, a UH Revista do jornal *Última Hora*, informaria sobre a presença de Memórias do Cárcere no Festival de Londres. No dia seguinte, na *Revista Nacional – Jornal do Commercio*, a atuação de Carlos Vereza no filme Memórias do Cárcere é descrita como “a marcante presença de um ator que o Brasil inteiro admira”. Em entrevista ao jornalista Marco Morel, Carlos Vereza contaria como se deu a preparação para atuar como Velho Graça e como foi trabalhar com o “brilhante” Nelson Pereira dos Santos.

Vencedor de diversos prêmios internacionais tais como: Melhor Filme, em Cannes (França); no Festival Tashkent (URSS), Festival de Veneza (Itália), Festival Internacional do Novo Cinema Latino-Americano (Cuba) e no Festival do Gramado (Brasil). O filme foi aclamado pelo público e pela crítica nacional e internacional. Apesar de um ano de crise no cinema brasileiro, o filme foi assistido por cerca de 1,5 milhão de espectadores na semana de sua estreia.

### 3. RESSONÂNCIAS DA OBRA E SEU LEGADO

#### 3.1 Política, Poder e Memória:

O que de mais fundamental perpassa a nossa vida em sociedade? As respostas para essa pergunta são, fundamentalmente e literalmente, infinitas. Pode depender de um número igualmente infinito de variáveis aplicadas a diferentes lugares, pessoas e situações. Pode depender da profissão, da religião ou da classe social do inquirido. Como historiador, minha resposta é a *política*. Nossas decisões, escolhas, convicções, tudo em nossa vida é parte fundamental de nossas reações a partir da política.

Norberto Bobbio, em seu *Dicionário de Política* define “política” da seguinte forma: “Derivado do adjetivo originado de pólis (politikós), que significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social [...]”. Ainda segundo Bobbio:

Nenhum termo da linguagem política é ideologicamente neutro. Cada um deles pode ser usado como base na orientação política do usuário para gerar reações emocionais, para obter aprovação ou desaprovação de um certo comportamento [...]<sup>125</sup>

A afirmação, definitivamente, pode extrapolar os manuais de ciências políticas e ser estendida para o ser humano, enquanto um ser social. Não somos neutros, nunca. É a primeira lição que temos durante a formação enquanto historiador: não existe neutralidade, por isso, é preciso tomar cuidado com as fontes. A neutralidade é simplesmente inalcançável para o ser humano. A partir do primeiro momento em que começamos a fazer escolhas não somos neutros. Segundo o sociólogo francês Henri Lefebvre:

[...] nenhum pensamento, nenhuma ideia, nenhuma reflexão que tenham objeto e conteúdo podem ser completamente neutros. Nem mesmo as matemáticas! Elas não são neutras quando estão a serviço, quando entram na prática social, quando se prestam a uma pedagogia que se dirige a determinadas pessoas e não a outras. Todo pensamento tem um conteúdo, um objeto. Ao mesmo tempo, é uma vontade. Existe alguma proposição que não implique responsabilidade? Não existe!<sup>126</sup>

<sup>125</sup> BOBBIO, Norberto, *Dicionário de Política*, Editora Universidade de Brasília, 11<sup>a</sup>, 2000, Vol. 2.

<sup>126</sup> LEFEBVRE, H. *Lógica formal/lógica dialética*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1983.

Definimos que somos seres políticos e não neutros, enquanto vivemos em sociedade, mas como fazer valer nossas decisões políticas não neutras sobre as decisões políticas não neutras de outros seres? Através do *poder*. O poder configura-se, em última instância, como a chave fundamental para o funcionamento da política. São diretamente dependentes e proporcionais e, por isso, não por acaso, o poder tem tanta influência sobre as decisões políticas.

Para Michel Foucault, o poder encontra-se abarcado em todas as relações humanas, portanto, deve ser visto assimetricamente e em constante movimento, surgindo, a partir de então, o conceito de capilaridade do poder. Assim, a visão foucaultiana põe em cheque a visão tradicional que enxerga o poder de forma objetal, como se os indivíduos o possuíssem ou não.<sup>127</sup>

Em primeiro lugar: não se trata de analisar as formas regulamentares e legítimas do poder em seu centro, no que possam ser seus mecanismos gerais e seus efeitos constantes. Trata-se, ao contrário, de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações, onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que organizam e delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violento.<sup>128</sup>

Assim, entendemos a obra de Graciliano Ramos, *Memórias do Cárcere*, não somente como um testemunho do autor sobre o período da Ditadura Vargas. Cabe ressaltar, que o livro se caracteriza, dentro da ótica foucaultiana, como um contrapoder capaz de balancear e dinamizar as relações de poder existentes entre Estado totalitário e indivíduo por este perseguido. No entanto, essa disputa não se dá exclusivamente no campo político do presente.

Ao descrever sua experiência, Graciliano Ramos busca eternizar através de suas memórias o período. Assim, a obra excede, mesmo que indiretamente, seu conteúdo meramente narrativo-biográfico e fornece elementos capazes de questionar a ideologia oficial do estado nacionalista-intervencionista e a memória do Estado Novo. Desta forma, entendemos que *Memórias do Cárcere* assume um papel antagônico em relação à memória oficial varguista e possibilita uma análise que confronta o legado do Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP.

---

<sup>127</sup> FOUCAULT, Michel. A governamentalidade In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992, pp. 277-293.

<sup>128</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992, p. 182.

A referência à memória enquanto fenômeno social, no entanto, exige algumas considerações. O termo deve ser entendido com base na sua característica de conservar vestígios de períodos passados, fixando uma relação direta entre indivíduo-presente e fatos-passado.

Memória e identidade traçam socialmente uma conexão íntima. A possibilidade de transmissão de conteúdos, por meio de criações exteriores, que não podem ser obtidas pela hereditariedade, assevera aos vestígios uma existência autônoma e define a coletividade e transgeracionalidade da memória. Em sua recordação, a relação intertemporal é imediata.<sup>129</sup>

Para Pollack, “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual, como coletiva”<sup>130</sup>. Portanto, a memória, compreendida enquanto objeto organizável, passa constantemente por processos de enquadramento e ressignificação, que visa atender as exigências de credibilidade dos sujeitos pertencentes a uma coletividade. “Para que emerja nos discursos políticos um fundo comum de referências que possam constituir uma memória nacional, um intenso trabalho de organização é indispensável para superar a simples ‘montagem’ ideológica, por definição precária e frágil.”<sup>131</sup>

Além disso, por se basear em referências comuns, geralmente fornecidas pela história – “A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro.”<sup>132</sup>, – consolida a identidade da maioria frente à memória nacional, visando minimizar o conflito eminente com as projeções elaboradas por setores socialmente marginalizados que não se identificam com a interpretação oficial.

Durante esse processo de enquadramento, a memória se solidifica em suportes materiais que permite “a um ser vivo remontar no tempo, relacionar-se, sempre no presente, com o passado: conforme os casos, exclusivamente com o seu passado, com o da espécie, com o dos outros indivíduos.”<sup>133</sup>. Essas recordações materializadas põem novamente em circulação a relação passado-presente e, através de sentimentos de filiação e origem, integram indivíduos e referências de períodos anteriores num fundo cultural comum.

---

<sup>129</sup> POMIAN, K. Memória. In: GIL, Fernando. (coord.) Enciclopédia Einaudi, v.42. Lisboa: Imprensa Nacional. Casa da Moeda, 2000.

<sup>130</sup> POLLAK, M. Memória e identidade social. In: *Revista Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, 1992, p. 204.

<sup>131</sup> POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989.. p. 9.

<sup>132</sup> LE GOFF, Jaques. *História e Memória*. Campinas. São Paulo: Editora da Unicamp, 1990. p. 477

<sup>133</sup> POMIAN, K. *Op. Cit.* p.508.

Partindo da premissa que “toda organização política (...) veicula seu próprio passado e a imagem que ela forjou para si mesma.”<sup>134</sup>, compreendemos melhor a mescla entre memória e identidade, o estabelecimento do sentimento de coerência, continuidade e pertencimento no indivíduo e no grupo em que este se insere. Destarte, podemos observar, por exemplo, a importância dos grandes homens que contribuíram para a unidade nacional na historiografia oitocentista<sup>135</sup>.

O historiador Eric Hobsbawm, em seu livro *A invenção da tradição*, atenta para a criação de instrumentos, por parte dos grupos sociais, capazes de assegurar e expressar a identidade, coesão social e estruturar as relações dos elementos pertencentes ao coletivo, nas palavras do autor, “toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento social da coesão grupal.”<sup>136</sup>.

A invenção das tradições políticas se deu de forma consciente e deliberada e teve seu êxito graças a sua fácil transmissão e a imediata assimilação por parte do público. Monumentos, edificações, datas festivas e outros elementos produzidos pelo aparato burocrático estatal, como selos e moedas, são empregados com o objetivo de alcançar uma “repercussão popular”, principalmente se articulados com jubileus cívicos que estampam as edições comemorativas<sup>137</sup>.

Dentro do processo de consolidação das instituições e sua conseqüente representatividade em uma sociedade, a naturalização de pressupostos fundamentalmente sociais se apresenta como uma via importante para o entendimento da perpetuação das diversas instituições nas diferentes instâncias sociais. Dessa forma, a inserção do indivíduo numa realidade social que gere uma ordem social, acaba por resultar em um laço social que atrela sua mente ao modelo estabelecido.

Assim, as instituições necessitam, para que se tornem legítimas, de “uma forma que encontre sua correção na razão e na natureza.”<sup>138</sup> Estabelece-se assim, um fenômeno social que tem por base intrínseca a convenção e, dessa maneira, “Sendo naturalizadas, fazem parte

---

<sup>134</sup> POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989, p.10.

<sup>135</sup> FERRO, Marc. O filme: uma contra-análise da sociedade? In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

<sup>136</sup> HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, pp. 20-21.

<sup>137</sup> Idem, ib.

<sup>138</sup> DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. São Paulo: Edusp, 1998, p. 57.

da ordem do universo e, assim, estão prontas para fundamentar a argumentação.”<sup>139</sup> Nesse sentido, as analogias são capazes de conferir um status natural a relações sociais, tal naturalização das instituições se dá através dos elementos já mencionados: a razão e a natureza. Ainda nessa linha argumentativa, Pierre Bourdieu menciona que, “(...) a instituição consiste em atribuir propriedades de natureza social como se fossem propriedades de natureza natural.”<sup>140</sup>

As instituições se estabelecem por princípios seletivos, suas práticas consistem em ora iluminar e destacar acontecimentos relevantes, ora rejeitar e silenciar aquilo que pode perturbar a ordem social. “As instituições criam lugares sombreados no qual nada pode ser visto e nenhuma pergunta pode ser feita”<sup>141</sup>. Mary Douglas destaca a importância da memória pública, pois esta seria uma espécie de armazenagem da ordem social. Ademais, as instituições dirigem a memória individual e “canalizam nossas percepções para formas compatíveis com as relações que elas autorizam”.<sup>142</sup>

Os sentimentos e pensamentos individuais estão inseridos em contextos e circunstâncias sociais definidos. Um grande número de lembranças reaparece porque o meio e as interações interindividuais remetem à recordação. Segundo Halbwachs “quando um grupo está inserido numa parte do espaço, ele a transforma à sua imagem, ao mesmo tempo em que se sujeita e se adapta às coisas materiais que a ele resistem”.<sup>143</sup> O indivíduo, estando inserido no grupo e com ele se relacionando participa do processo de construção de uma memória coletiva.

Halbwachs afirma ainda que quando um grupo reúne suas lembranças, é possível descrever com certa exatidão fatos e objetos que presenciaram. Os indivíduos reconstituem toda uma sequência de atos e palavras ditas dentro de determinadas circunstâncias e muitas vezes, evocam fatos que uma pessoa, individualmente, não se recordaria. As lembranças se complementam.

Muitas vezes, as imagens remontadas pelo grupo são menos exatas do que as imagens individuais. Pode ser que essas imagens não reproduzam o passado da maneira mais correta e que a lembrança que estava primeiramente na memória seja sua expressão exata: “a algumas

---

<sup>139</sup> DOUGLAS, Mary. *Op. Cit.* p. 65.

<sup>140</sup> BOURDIEU, Pierre. Os ritos de instituições, in: *Economia das Trocas Lingüísticas*. São Paulo, Edusp, 1996, p. 95.

<sup>141</sup> DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. São Paulo: Edusp, 1998, p. 82.

<sup>142</sup> Idem, p. 109.

<sup>143</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006. p. 134

lembranças reais se junta uma compacta massa de lembranças fictícias”.<sup>144</sup> O oposto também pode ocorrer: os depoimentos dos outros podem corrigir e reorientar a lembrança do indivíduo.

Em um e outro caso, quando as imagens se fundem muito estreitamente com as lembranças e parecem tomar sua substância emprestada a estas, é porque a nossa memória não estava como uma tabula rasa, e nós nos sentíamos capazes de nelas distinguir, por nossas próprias forças, como num espelho turvo, alguns traços e alguns contornos (talvez ilusórios) que a imagem do passado nos trazia.<sup>145</sup>

Entretanto, não existe uma única memória social que seria dividida por todo grupo. Cada membro insere elementos próprios e suas perspectivas nas presenças do passado na construção de sua memória. A memória coletiva é então compartilhada, mesclando no seu conteúdo uma dialética pessoal-coletivo

Se o caráter coletivo de toda memória individual nos parece evidente, o mesmo não se pode dizer da idéia de que existe uma “memória coletiva”, isto é, uma presença e, portanto uma representação do passado que sejam compartilhadas nos mesmos termos por toda uma coletividade.<sup>146</sup>

Halbwachs afirma ainda que quando não subsistem mais testemunhos, ou quando um indivíduo perde contato com os que então os rodeava, “todo o conjunto de lembrança que temos em comum com eles desaparece bruscamente.”<sup>147</sup> Entretanto, Graciliano Ramos immortalizou suas “memórias do cárcere”, garantindo assim, a continuidade das denúncias de abusos que indivíduos sofriam nos cárceres da ditadura Vargas.

Como exposto, a ideia inicial de Graciliano Ramos ao escrever suas memórias era realizar uma espécie de autobiografia, visando descrever sua experiência prisional nos cárceres da ditadura Vargas. Entretanto, ao ser postumamente publicado, o conteúdo extrapolou sua proposta original e se tornou uma espécie de documento capaz de questionar o caráter positivo sobre Getúlio Vargas.

Se em um primeiro momento, “memórias do cárcere” é escrita por um experiente escritor alagoano nacionalmente reconhecido, com o passar do tempo, se transforma em patrimônio literário e integra a memória histórica. Essa mudança nos evidencia a dinâmica

<sup>144</sup> HALBWACHS, Maurice. *Op. Cit.*, p. 32

<sup>145</sup> HALBWACHS, Maurice. *Op. Cit.*, p. 32

<sup>146</sup> ROUSSO, Henri. A memória não é mais o que era. In: AMADO, J; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e abusos da História Oral* Rio de Janeiro. Ed. FGV, 1996. p. 95

<sup>147</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006, p. 37

existente na memória, explicitando como surgem as releituras, reapropriações e ressignificações da obra de Graciliano Ramos.

### **3.2 “Memórias do Cárcere” ou “Pai Dos Pobres”? O embate na construção da memória Vargasista:**

Segundo Rouso, a tarefa do historiador seria dupla. Por um lado, é seu dever restabelecer as verdades históricas. Por outro, explicar “a evolução das representações do passado, como sempre se tentou escrever a história dos mitos e das tradições que são as formas mais evidentes da presença do passado.”<sup>148</sup> Diante disso, é preciso compreender e admitir que toda memória possui uma história. Logo, “nenhuma história da memória pode furtar-se a uma análise historiográfica, isto é, a uma análise de um dos vetores particulares da memória coletiva...”<sup>149</sup> Assim, torna-se aqui necessário traçarmos um panorama de como a figura de Getúlio Vargas se perpetuou ao longo do tempo.

O legado de Vargas é cultivado desde o ano de seu suicídio (1954) e, ao longo do tempo, demonstra ser um importante campo de disputas. Marieta de Moraes Ferreira realizou, em seu artigo “Getúlio Vargas: uma memória em disputa.”<sup>150</sup>, um panorama da memória deste presidente observando as diferentes reelaborações e as respectivas especificidades de cada momento histórico.

Durante a década de 1960, sobretudo após a instauração do regime militar, a conjuntura era bastante negativa para o cultivo da memória Vargas. Os militares assumem com a pretensão de estabelecer uma ação salvadora contra a expansão do comunismo ateu, a corrupção, a subversão e a desordem nacional. A “Revolução” de 1964 seria então um contragolpe ao provável golpe que a esquerda buscava realizar através do estabelecimento de uma “república sindicalista” ou “popular” do presidente João Goulart.

Além do contexto de guerra fria, o golpe também buscou pôr fim ao sistema político inaugurado em 1946, no qual Vargas exerceu papel central e sua presença ainda podia ser constatada mesmo após seu suicídio, uma vez que o então presidente deposto, João Goulart, era o seu principal herdeiro político.

---

<sup>148</sup> ROUSSO, Henri. *Op. Cit.* p. 97

<sup>149</sup> Idem. *Ib.*

<sup>150</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. *Getúlio Vargas: uma memória em disputa.* Rio de Janeiro: CPDOC, 2006, 16f.

Assim, em razão da “ideia de que os militares eram, naquele momento, superiores aos civis em questões como o patriotismo, conhecimento da realidade brasileira e retidão moral”, se buscou caracterizar a Revolução Democrática de 31 de março de 1964 como um movimento “que garantiria a democracia e liberdade, obra de homens que se igualavam aos heróis do passado, homens que livraram o país dos maus brasileiros”.

A partir de então, a ditadura militar brasileira, em conjunto com segmentos da sociedade civil, representada pelas forças mais conservadoras da sociedade, mobilizou meios propagandísticos e educacionais para se manter no poder e solidificar suas interpretações para os acontecimentos passados.

Apesar do novo clima político pós-1964, decorrente das perseguições do regime militar aos principais herdeiros políticos de Vargas, as possibilidades de expressão e de valorização da memória Vargas eram muito restritas. A “segunda morte de Vargas”, nome atribuído por Marieta de Moraes Ferreira a esse período de silenciamento da memória Vargas, se modificou na década de 1970, especialmente no vigésimo aniversário do suicídio.

Em 1974, ocorreram três modos distintos de apropriação da memória de Vargas: O primeiro deles, ligada ao regime militar, negociou com a herança nacional-estadista, filtrando seu conteúdo para usá-las ao seu favor. O segundo, de origem popular e bastante fragmentado, cultuava a carta-testamento de Vargas, além de homenagens póstumas. O terceiro, ligado à oposição, utilizava a imagem ditatorial de Vargas para demonstrar a realidade política brasileira. No entanto, não existiu um espaço para discussão sobre o personagem histórico ou sobre o regime vigente no país.

O final da década de 1970 e início da década de 1980 marcaram o início de abertura política do país. Assim, durante as comemorações do centenário de nascimento de Getúlio Vargas, no ano de 1982, o novo clima político do país já era capaz de fornecer meios para a realização de debates sobre a herança da Era Vargas. Durante o período, Marieta Ferreira destaca o caráter positivo que emergiu dos discursos sobre Vargas. Para a autora, “A memória incorporada dizia respeito ao Vargas do segundo governo, democrático e nacionalista, tanto é assim que os partidos procuravam assumir essa herança”.

Durante a década de 1980, o cinema nacional passava por um período de crise de produção, Segundo o teórico de cinema Ismail Xavier:

[...] num quadro em que se fala da morte do cinema e da necessária reformulação da Embrafilme. A concentração do debate na questão institucional mal consegue abafar o desconforto diante do desempenho cultural do cinema, seja dos diretores mais experientes, seja dos jovens. Embora tenhamos valores novos em plena atividade, a renovação geracional

está cheia de problemas e o momento não propicia a ascensão rápida de talentos tal como ocorreu ao longo dos anos 1960.<sup>151</sup>

No que tange o aspecto político brasileiro, o ano de 1984 simbolizava, através da luta pelas “Diretas Já” e o clima de transição para um governo civil, que o país finalmente caminhava para a abertura democrática. Xavier revela que a produção cinematográfica daquele ano correspondeu “a trabalhos de cineastas veteranos que realizaram agora antigos projetos ou a eles voltaram em função do novo clima social e político.”<sup>152</sup>, dentre estes se destacam “Memórias do Cárcere” (Nelson Pereira dos Santos) e “Cabra marcado para morrer” (Eduardo Coutinho).

A historiadora Tânia Nunes Davi<sup>153</sup>, em sua dissertação de mestrado, buscou analisar as apropriações feitas pelo cineasta Nelson Pereira dos Santos da obra literária e os diálogos entre sua arte e a sociedade do período. Segundo seu estudo, além do governo de Vargas, Nelson Pereira dos Santos estendeu suas representações e relações para a realidade autoritária pós-1964.

Michael Pollak, ao tratar do enquadramento da memória, atribui grande importância ao filme, por entendê-lo como produto de discursos convergentes e, conseqüentemente, objeto de memória organizada. Capazes de transmitir elementos de ordem sensorial, os filmes-testemunho ampliam a percepção dos espectadores acerca do tema e permitem suscitar questões que contribuem para uma melhor compreensão dos acontecimentos do passado. Desta forma, “O filme-testemunho e documentário tornou-se um instrumento poderoso para os rearranjos sucessivos da memória coletiva e, através da televisão, da memória nacional.”

154

A introdução de novos significados para o conceito de documento, ocorridas principalmente a partir da década de 60, colaborou para a revisão do caráter absoluto da fonte escrita nos estudos e ampliação do campo documental. Desprezado pelos historiadores durante algum tempo, os documentos visuais passaram a ser vistos com outra postura, sendo tomados enquanto fontes utilizáveis na pesquisa histórica com o surgimento da “Nova

---

<sup>151</sup> XAVIER, Ismail. *O Cinema Brasileiro Moderno*. São Paulo: Paz e Terra, 2001, p. 48.

<sup>152</sup> XAVIER, Ismail. *O Cinema Brasileiro Moderno*. São Paulo: Paz e Terra, 2001, p. 48.

<sup>153</sup> DAVI, Tânia Nunes. “A democracia no Brasil é um intervalo comercial”: autoritarismo, estética e representações em Memórias do Cárcere (1953-1984). Uberlândia/MG: UFU, 2004. Dissertação (Mestrado).

<sup>154</sup> POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, nº 3, 1989. p.11

*História*”, terceira geração da “escola dos *Annales*”, e de suas propostas que buscavam expandir a produção historiográfica através de novas abordagens, métodos e objetos.<sup>155</sup>

Segundo Monica Kornis, é nessa conjuntura de renovação e reflexão da história que o filme obtém o “estatuto de fonte preciosa” na compreensão dos comportamentos, dos valores, das cosmovisões, das identidades, das ideologias e das crenças de uma determinada sociedade ou, ainda, de um momento histórico, uma vez que estes influem decisivamente na maneira como as pessoas percebem e estruturam o mundo. Esse tardio interesse pelas películas cinematográficas, por parte dos cientistas sociais, se deve à criação e difusão dos aparelhos televisores, que trouxeram para o ambiente doméstico a imagem.<sup>156</sup>

Toda essa revolução conceitual pode ser observada no *Faire de l’histoire*<sup>157</sup>, obra referência deste movimento historiográfico publicada no Brasil como *História*<sup>158</sup>. No terceiro volume da obra, destinado aos “novos objetos”, Marc Ferro, em seu artigo *O filme, uma contra-análise da sociedade?*<sup>159</sup>, lança a necessidade de se utilizar o cinema como documento histórico. Independentemente de sua categoria (ficção ou documentário), o filme seria produto da sociedade e nos revelaria não somente a realidade que se pretende representar como também sua relação com a sociedade que o produz e consome.

Ademais, o autor atenta para a particularidade dos filmes em excederem seu conteúdo, nos revelando assim, elementos não-visíveis que nos ajudam a enxergar as imagens cinematográficas além de meras ilustrações, concebendo-as como imagens-objetos que suscitam o factual e ao mesmo tempo, por possuírem certa intencionalidade, “manipulam” e participam da construção do imaginário humano.

[o filme] Termina por desestruturar o que várias gerações de homens de Estado, de pensadores, de juristas, de dirigentes ou de professores tinham reunido para ordenar num belo edifício. Ele destrói a imagem do duplo que cada instituição, cada indivíduo se tinha constituído diante da sociedade. A

---

<sup>155</sup> Cf. CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

<sup>156</sup> KORNIS, Mônica Almeida. História e Cinema: um debate metodológico. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992, pp. 237-250.

<sup>157</sup> LE GOFF, Jacques et NORA, Pierre (dir.). *Faire de l’histoire*. Tomo I, *Nouveaux Problèmes*; Tomo II, *Nouvelles Approches*; Tomo III, *Nouveaux Objets*. Paris: Gallimard, 1974.

<sup>158</sup> LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre Dir. *História - Novos Problemas, Novos Objetos, Novas Abordagens*. Tradução de Theo Santiago et al. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

<sup>159</sup> FERRO, Marc. O filme: uma contra-análise da sociedade? In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

câmara revela o funcionamento real daquela, diz mais sobre cada um do que queria mostrar.<sup>160</sup>

Para Pierre Sorlin, “as imagens são uma reflexão em torno do mundo que as cercam, ao mesmo tempo em que recriam uma possível, porém imaginária, visão de alguns aspectos da sociedade, que é apenas uma entre várias possíveis”<sup>161</sup>. Cabe, então, ao historiador, nas representações cinematográficas, indagar a forma em que indivíduos e grupos compreendem seu tempo, situando o filme como um documento de História Social.

Diante dessa analogia Vargas/pós-1964, entendemos como o filme contribui para divulgar a memória de Graciliano Ramos, ao mesmo tempo em que traça, paralelamente, uma relação entre a ditadura de Vargas e a ditadura civil-militar de 1964. Para Ismail Xavier, *Memórias do Cárcere* “encena o passado para pensar toda uma configuração de problemas políticos no presente.”<sup>162</sup>, ou seja, se preocupa em trazer do passado facetas de uma história de conflitos sociais e discutir as chagas abertas que opõem repressão militar e resistência popular num Brasil-prisão.

### 3.3 A escrita de si em *Memórias do Cárcere*:

De acordo com a concepção grega, como nos aponta Pierre Vernant<sup>163</sup>, a morte seria vencida pelo indivíduo que tivesse, em vida, valor exemplar. Esta notabilidade garantiria glória imorredoura e a perpetuação de sua própria identidade ao longo do tempo. O desejo de ser reconhecido por gerações, como vemos, é antigo. No entanto, aliado com o individualismo advindo da sociedade moderna, esse anseio se complexifica.

A criação de identidade através de seus próprios testemunhos, como é o caso de *Memórias do Cárcere* (onde autor e textos são criados ao mesmo tempo pela escrita de si), se dá, segundo Angela de Castro Gomes<sup>164</sup>, diante de uma sociedade paradoxal, onde o ímpeto individualista e o desejo pela singularidade convivem com a ideia de que todos são iguais e

<sup>160</sup> FERRO, Marc. *Op. Cit.* p. 200.

<sup>161</sup> SORLIN, Pierre. Apud KORNIS, Mônica Almeida. História e Cinema: um debate metodológico. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992, pp. 237-250.

<sup>162</sup> XAVIER, Ismail. *O Cinema Brasileiro Moderno*. São Paulo: Paz e Terra, 2001, p. 86.

<sup>163</sup> VERNANT, J-P. A bela morte e o cadáver ultrajado. In: *Discurso - Revista do Departamento de Filosofia da FFLCH da USP*. São Paulo: FFLCH, 9: 31-62, 1979

<sup>164</sup> GOMES, Angela de Castro. (org.) *Escrita de Si, Escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

livres. A tradição, que outrora regia os indivíduos, perde seu papel central enquanto lógica coletiva. O homem passa a ser um sujeito voltado para si, para sua razão e sentimentos. A cultura desta sociedade moderna passa a valorizar a sobrevivência dos indivíduos na memória coletiva.

As latentes mudanças entre as características do indivíduo herdeiro do paradigma iluminista e aquele proveniente do mundo pós-moderno afetaram a nossa relação com as esferas públicas e privadas. Podemos exemplificar através da questão da memória indivíduo-coletivo, para tanto, recorreremos ao texto de Jürgen Habermas<sup>165</sup>, para ele, a partir das mudanças sociais ocorridas com a ascensão burguesa, “o diário íntimo torna-se uma carta endereçada a um emissor, a narrativa em primeira pessoa, um monólogo interior dirigido a receptores ausentes”<sup>166</sup>.

Ademais, Habermas também sinaliza as mudanças ocorridas na relação entre autor, obra e público. As obras passaram a ser uma relação íntima entre pessoas privadas (autor e público), “onde os interesses de ordem psicológica se orientam para o ‘humano’, tanto para a introspecção quanto para a empatia mútua entre as pessoas privadas interessadas”<sup>167</sup>.

É nesse universo que o indivíduo busca construir para si uma identidade dotada de continuidade e estabilidade através do tempo. O autor se torna “invenção” do próprio texto, com isso, a escrita passa a ser uma espécie de domínio do tempo. Ao ordenar e significar a própria vida, o autor pretende afirmar seu caráter distintivo diante do todo social.

Conforme Fraiz<sup>168</sup>, alguns autobiógrafos encontram no colecionamento uma forma de deter o tempo e ajudar na elaboração de seus testemunhos. Assim, arquivos, bibliotecas, museus e demais coleções se transformam em “lugares de memória”, célebre conceito de Pierre Nora<sup>169</sup>, visando cristalizar os momentos passados. No entanto, Graciliano Ramos, como já exposto, não obteve nenhum suporte material na construção de sua obra.

---

<sup>165</sup> HABERMAS, Jürgen. Estruturas sociais da esfera pública. IN: \_\_\_\_\_. *Mudança estrutural da esfera pública*. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

<sup>166</sup> HABERMAS, Jürgen. op. cit. p.66.

<sup>167</sup> HABERMAS, Jürgen. op. cit. p.67.

<sup>168</sup> FRAIZ, P.. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. *Revista Estudos Históricos*, América do Norte, 11, jul. 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2060/1199>. Acesso em: 08 FEV. 2012.

<sup>169</sup> NORA, Pierre. Entre memórias e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

Alfredo Bosi nos revela o caráter duplo da literatura de testemunho – expressão criada para definir um tipo de escrita que se situa na interseção da memória e engajamento, presente na obra *Memórias do Cárcere*:

O testemunho vive e elabora-se em uma zona de fronteira. As suas tarefas são delicadas: ora fazer a mimese de coisas e atos apresentando-os "tais como realmente aconteceram" (conforme a frase exigente de Ranke), e construindo, para tanto, um ponto de vista confiável ao suposto leitor médio; ora exprimir determinados estados de alma ou juízos de valor que se associam, na mente do autor, às situações evocadas.

As *Memórias do cárcere* dão o paradigma dessa complexidade textual. Ao percorrê-las, somos levados tanto a reconstituir a fisionomia e os gestos de alguns companheiros de prisão de Graciliano, quanto a contemplar a metamorfose dessa matéria em uma prosa una e única - a palavra do narrador.<sup>170</sup>

No ano de 1953, o governo de Getúlio Vargas passava por um processo crescente de crise política, culminando com o suicídio do então presidente.<sup>171</sup> Assim, *Memórias do Cárcere* fornece aos leitores um testemunho político de alto nível literário, ao mesmo tempo em que atua enquanto denúncia do regime repressivo varguista, ou nas palavras de Graciliano Ramos, do “nosso pequenino fascismo tupinambá”.

Nos relatos de *Memória do Cárcere*, fatos históricos e lembranças pessoais de sua vivência no cárcere se misturam, como é o caso do episódio da entrega às autoridades nazistas de Olga Benário e Elisa Berger. Assim, ao relatar o cotidiano dos “presos políticos” do governo Vargas, as memórias de Graciliano Ramos conseguem invadir o espaço público, contribuindo para que a oposição reivindique uma revisão da imagem de Vargas como “pai dos pobres”.

A ensaísta argentina Beatriz Sarlo<sup>172</sup>, ao tratar do passado enquanto elemento construído a partir dos testemunhos e dos discursos produzidos por sujeitos que teriam vivenciado *in loco* e diretamente os fatos dos quais se propõem serem divulgadores, aponta para a forte subjetividade presente em nossa época como responsável por dar visibilidade ao “pessoal”, transformando o que era um lugar de intimidade em manifestação pública.

<sup>170</sup> BOSI, Alfredo. A escrita do testemunho em *Memórias do Cárcere*. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 9, n. 23, Abr. 1995. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141995000100020&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000100020&lng=en&nrm=iso). Acessado em: 10 Fev. 2012.

<sup>171</sup> Para maiores informações a respeito da crise política, cf. CALABRE, Lia. *A Rádio Globo e o Governo Vargas (1953-1954)*. Trabalho apresentado ao NP 06 – Rádio e Mídia Sonora, do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom: Disponível em: <http://galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/bitstream/1904/17660/1/R0942-1.pdf> Data de último acesso: 07/06/2010.

<sup>172</sup> SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva* – Beatriz Sarlo; tradução Rosa Freire d’Aguiar. – São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

Essa mudança contribuiu para trazer à tona a confiança na primeira pessoa que “narra sua vida (privada, pública, afetiva, política) para conservar a lembrança ou para reparar uma identidade machucada”<sup>173</sup>. Além disso, sobretudo em países com governos ditatoriais, o testemunho e as formas do passado dali resultantes fornecem a experiência dos indivíduos enquanto fontes confiáveis para não só lembrar como também entender o passado.

A socióloga argentina Elizabeth Jelin, apesar de trabalhar majoritariamente com os vestígios das ditaduras na década de 1960 e 1980, aborda a questão da memória enquanto uma construção social narrativa, segundo a autora: “Es el lenguaje y las convenciones sociales asociadas a él lo que nos permite reconstruir el pasado.”<sup>174</sup> Para a autora, uma vez que esta construção da memória é coletiva, só existiria testemunho enquanto existir outro dispositivo interessado em ouvir aquilo que está sendo narrado.

Portanto, Graciliano Ramos descreve sua singularidade para fatos que ocorreram em tempos conturbados, onde havia grande apelo contra a neutralidade – obrigando todos a um posicionamento ideológico, e da interiorização dos antagonismos entre comunismo, fascismo e capitalismo. Diante desse contexto, a obra não pretende ser um libelo ortodoxo, como alguns críticos sectários do Partido Comunista acreditavam ser. Antes de qualquer coisa, Graciliano Ramos escreve enquanto um observador do período, não pretende ser um intérprete com explicações articuladas do fracasso do comunismo no país.

Eu não tinha opinião firme a respeito desse homem. Acompanhara-o de longe em 1924, informara-me da viagem romântica pelo interior, daquele grande sonho, aparentemente frustrado. Um sonho, decerto: nenhum excesso de otimismo nos faria ver na marcha heróica finalidade imediata. Era como se percebêssemos na sombra um deslizar de fantasma ou sonâmbulo. Mas essa estranha figura de apóstolo disponível tinha os olhos muito abertos, examinava cuidadosamente a vida miserável das nossas populações rurais, ignorada pelos estadistas capengas que nos dominavam. Defendia-se com vigor, atacava de rijo; um magote de vagabundos em farrapos alvoroçava o exército, obrigado a recorrer aos batalhões patrióticos de Floro Bartolomeu, ao civismo de Lampião. Que significava aquilo? Um protesto, nada mais. Se por milagre a coluna alcançasse a vitória, seria um desastre, pois nem ela própria sabia o que desejava. Sabia é que estava tudo errado e era indispensável fazer qualquer coisa.<sup>175</sup>

Depois de marchas e contramarchas fatigantes, o exílio, anos de trabalho áspero. E quando, num golpe feliz, vários antigos companheiros assaltaram o

<sup>173</sup> SARLO, Beatriz. *Op. Cit.*, p. 19.

<sup>174</sup> JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI, Social Science Research Council, 2002, p.34.

<sup>175</sup> RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 60.

poder e quiseram suborná-lo, o estranho homem recusava o poleiro, declarara-se abertamente pela revolução.<sup>176</sup>

De repente voltava; a Aliança Nacional Libertadora surgia, tinha uma vida efêmera em comícios, vacilava e apagava-se. Estaria essa política direita? Assaltavam-me dúvidas. Muito pequeno-burguês se inflamara, julgando a vitória assegurada, depois recuara. (...) Seria possível uma associação, embora contingente e passageira, entre as duas classes? Isso me parecia jogo perigoso. Os interesses da propriedade, grande ou pequena, a lançariam com certeza no campo do fascismo, quando esta miséria ganhava terreno em todo o mundo. Em geral a revolução era olhada com medo ou indiferença. Os habitantes da cidade contentavam-se com discursos idiotas, promessas irrealizáveis e artigos safados, animavam-se à-toa e depressa desanimavam (...); as populações da roça distanciavam-se enormemente do litoral e animalizavam-se na obediência ao Coronel e a seu Vigário, as duas autoridades incontrastáveis.<sup>177</sup>

Ainda não dispunha de meios para avaliar com segurança a inteligência de Prestes: dois ou três manifestos, repreensões amargas aos antigos companheiros, eram insuficientes. Admirava-lhe, porém, a firmeza, a coragem, a dignidade. E sentia que essa grande força estivesse paralisada. - Com os diabos!<sup>178</sup>

Após esses exemplos, vemos que o autor detém-se em contar sua experiência vivida e, quando julga necessário, revela suas convicções. Apesar de declarar expressamente a vulnerabilidade de suas lembranças em função do longo período existente entre fatos-passados e escrita-presente.

### 3.4 Ressonâncias e Patrimonialização de Memórias do Cárcere:

O que dizer de uma obra literária que retrata a experiência traumática de um indivíduo e que, ao longo do tempo, “ressurge” sob outros significados sem, no entanto, perder sua referência e origem? O que dizer de uma obra literária que excede o limite estilístico, narrativo e demais aspectos importantes no labor literato? Memórias do Cárcere se aplica a este caso diante da emergência e relevância de seu conteúdo. Sua narrativa reaparece tanto na Sétima Arte quanto em outros meios e, de acordo com a antropóloga Regina Abreu, “Ao ser transformada em monumento, símbolo nacional ou ‘lugar de memória’, uma obra literária

<sup>176</sup> RAMOS, Graciliano. *Op. Cit.*, p. 61.

<sup>177</sup> RAMOS, Graciliano. *Op. Cit.*, p. 62.

<sup>178</sup> RAMOS, Graciliano. *Op. Cit.*, p. 64.

extrapola suas características iniciais, desempenhando funções sociais que ultrapassam seu valor puramente literário.”<sup>179</sup>.

Para que um livro consiga essa notoriedade, é preciso que o mesmo tenha o poder de atingir um universo mais amplo, para além dos limites tradicionalmente estabelecidos, influenciar e chamar o leitor para as dinâmicas culturais e políticas das quais sua narrativa emerge e representa. Assim, trabalharemos com o conceito de ressonância da obra. Segundo Candido apud Gonçalves<sup>180</sup>, o termo é concebido “[...] como o eco de um texto em outro. Sem pretensão conceitual, seria possível distinguir dois tipos principais de ressonância, que poderiam ser denominados inspiração e citação [...]”. Diante disso, cabe agora explicitar, além da transposição de Memórias do Cárcere para a linguagem cinematográfica, os ecos da narrativa do escritor alagoano:

### 3.4.1. A Literatura de Testemunhos da década de 1970

A historiografia sobre a ditadura militar pode ser dividida em dois gêneros. O primeiro, uma espécie de *politologia*. Através de conceitos das Ciências Políticas, estudiosos tentaram explicar e classificar as crises militares na América latina. O segundo foi a memorialística, surgidos a partir da distensão Geisel, tentou-se compreender a ditadura a partir das narrativas daqueles que vivenciaram o período.<sup>181</sup>

Embora os livros-denúncia de Carlos Heitor Cony e Marcio Moreira Alves<sup>182</sup>, lançados em 1964, considerados por Carlos Fico como precursores da fase memorialística que buscou a construção de uma narrativa histórica sobre o período por meio do que ocorria nos porões da ditadura<sup>183</sup>, a participação da esquerda nessa luta pela memória se deu de forma diferente.

<sup>179</sup> ABREU, Regina. *O Enigma dos Sertões*. Rio de Janeiro: Funarte/Rocco, 1998. p.23.

<sup>180</sup> GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, v. 11, n. 23, Jun 2005. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832005000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832005000100002&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em: 1 MAR. 2012.

<sup>181</sup> Cf. FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In: *Rev. Bras. Hist.* São Paulo, v. 24, n. 47, 2004.

<sup>182</sup> Respectivamente: *O ato e o fato: crônicas políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964 e *Torturas e torturados*. Rio de Janeiro, [s.n.], 1964.

<sup>183</sup> FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In. FERREIRA, J. & DELGADO, L. *O Brasil Republicano: O Tempo da Ditadura – regime militar e os movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 168-205.

As memórias da esquerda brasileira sobre o período, diferentemente da memória oficial – elaborada e difundida no estabelecimento dos militares no governo, só começaram a ser construídas em um período posterior. Segundo Rollemberg, no final da década de 70 e ao longo dos anos 80, militantes e jornalistas contemporâneos iniciaram, por meio da escrita de livros de memória e biográficos<sup>184</sup>, a divulgação da memória da esquerda, silenciada grande período pelo regime ditatorial brasileiro e alvo de interesse por parte de acadêmicos que haviam participado ativamente da militância política contra os militares.<sup>185</sup>

Essas memórias, escritas em um momento no qual a sociedade brasileira buscava o restabelecimento das instituições democráticas em virtude da impopularidade e da perda de legitimidade do governo, conferiam à luta armada o papel de resistência às arbitrariedades do governo, além de definir o restabelecimento da democracia transgredida pelos militares, como principal objetivo das esquerdas, “vítimas bem intencionadas, atingidas e perseguidas pelo movimento golpista”<sup>186</sup>.

Conforme nos aponta Renato Franco<sup>187</sup>, o livro-depoimento de Graciliano Ramos, ainda na década de 1950, já fornecia ao leitor testemunhos de suas experiências traumáticas sofridas em um governo ditatorial e provavelmente teria influenciado essa geração. No entanto, Memória do Cárcere deve ser encarada enquanto precursora deste movimento literário apesar do distanciamento político-temporal.

### 3.4.2. Memórias do Cárcere enquanto Patrimônio literário

Patrimônio financeiro, econômico, cultural, arquitetônico, histórico, artístico, etnográficos, ecológicos e genéticos são exemplos onde o termo “patrimônio” é frequentemente usado em nosso cotidiano para definir as mais diversas categorias de

---

<sup>184</sup> *O que é isso companheiro?* de Fernando Gabeira; *Em Câmara Lenta* de Renato Tapajós; *A Fuga* de Reinaldo Guarany; *Os Carbonários: memórias da guerrilha perdida* de Alfredo Sirkis e *Resistir é preciso: memórias do tempo da morte civil do Brasil* de Alípio de Freitas são obras produzidas neste contexto.

<sup>185</sup> ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas Revolucionárias e Luta Armada. In: FERREIRA, J. & DELGADO, L. *O Brasil Republicano: O Tempo da Ditadura – regime militar e os movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 44-91.

<sup>186</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e Sociedade: As Reconstruções da Memória In: REIS FILHO, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004. p 40.

<sup>187</sup> FRANCO, Renato. Literatura e Catástrofe no Brasil: Anos 70. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org). *História, Memória, Literatura: o Testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003, p. 360.

patrimônios. No entanto, sabemos que estas definições são construções históricas e, portanto, passíveis de transformações e mudanças em função do período em que se situam.<sup>188</sup>

No Brasil, a política de patrimônio se originou, segundo nos relata o antropólogo Ruben George Oliven, na década de 1930. Nesse período, a legislação sobre o patrimônio cultural é criada com o objetivo de aprofundar a construção da “brasilidade”. Apesar de Mario de Andrade propor, através de um projeto de lei, que incluíssem enquanto patrimônio nacional os falares, os cantos, as lendas, as magias, a medicina e a culinária indígena, Gustavo Capanema, então Ministro da Educação e Cultura, optou por considerar alvo das políticas públicas o patrimônio edificado.<sup>189</sup>

Assim, instituiu-se a tradição da *pedra e cal*, ou seja, a prática patrimonialista de privilegiar a herança colonial da elite portuguesa edificada. Tal visão foi ampliada com a Constituição Federal de 1988, que garantiu um alargamento conceitual na definição de patrimônio.<sup>190</sup> Através deste texto, visando assegurar a finalidade da *Carta Magna* brasileira, o direito individual à propriedade poderia ser limitado caso a integridade física do bem pudesse estar comprometida.

Maria Cecília Londres Fonseca afirma que o inciso III do artigo 216 da CRFB, ao caracterizar as “criações científicas, artísticas e tecnológicas” como patrimônio passível de ser tombado, bem como mecanismos jurídicos que garantem o registro, transmissão e proteção de obras individuais (leis de propriedade intelectual e do direito autoral), além do depósito legal de publicações na Biblioteca Nacional, colaboram para a construção do patrimônio cultural brasileiro.<sup>191</sup>

No entanto, não podemos afirmar que as obras de artes são patrimonializadas exclusivamente pelo Estado. Embora a política de patrimonialização tenha se originado desta forma no país, sua dinâmica se dá de forma diferente na literatura. Podemos assinalar que o campo literário tem seus agentes e que estes estabelecem seus próprios critérios de

---

<sup>188</sup> Para maiores informações sobre as categorias de patrimônio cf. GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O Patrimônio como categoria de pensamento. IN: ABREU, Regina. & CHAGAS, Mario. (org.) *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

<sup>189</sup> OLIVEN, Ruben George. Patrimônio intangível: considerações iniciais. IN: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (orgs.) *Memória e Patrimônio. Ensaios Contemporâneos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

<sup>190</sup> O artigo 216 da CRFB define em cinco incisos os possíveis tipos de patrimônio nacional que podem ser tombados. Cf. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) último acesso em: 27/07/2010.

<sup>191</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal. IN: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (orgs.) *Memória e Patrimônio. Ensaios Contemporâneos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

consagração das obras. Seu contexto de patrimonialização ocorre, por exemplo, por meio de listas do patrimônio literário, prêmios de agências como a Academia Brasileira de Letras ou a Biblioteca Nacional.

Dentro desta perspectiva, a teoria dos campos de produção simbólica de Pierre Bourdieu nos fornece elementos para compreender o processo de patrimonialização no campo literário. Para Bourdieu, a produção cultural deve ser entendida como produção de bens simbólicos que são produzidas através suas próprias normas e possuem seus próprios critérios de avaliação.<sup>192</sup>

Habermas afirma que as instituições da crítica da arte, literária, teatral e musical são quem organizam o julgamento leigo do público. Oriundas do século XVIII, com o tempo, a crítica se profissionaliza. “A nova profissão que corresponde a isso recebe, no jargão da época, o nome de ‘árbitro das artes’. O ‘árbitro’ assume uma tarefa dialética peculiar: ele se entende ao mesmo tempo como mandatário do público e como seu pedagogo.”<sup>193</sup> Portanto, há uma imposição, por sua parte, de significação e legitimação para a obra literária.

Assim, na concepção bourdiana, o campo configura-se através de relações entre seus agentes, ocupantes ou instituições que, dotados de alguma espécie de poder ou de capital, não dispõem dos mesmos recursos e competências, desenvolvendo-se assim uma hierarquia no interior do campo de produção simbólica.

Devemos, portanto, pensar a questão do patrimônio literário enquanto um espaço de conflitos e interesses contraditórios, uma vez que dentro da dinâmica e estrutura do campo, seus agentes buscam, por meio de suas quantidades de capital social, o reconhecimento de seus pares em suas obras como legítima arte.

Em virtude da diversidade de ecos presentes na realidade cultural brasileira, podemos definir Memórias do Cárcere enquanto patrimônio literário nacional. Segundo José Reginaldo Santos Gonçalves:

Muitos desses objetos podem ser certamente entendidos como ‘patrimônios’, na medida em que, pela sua ressonância junto a grande parte da população brasileira, realizam mediações importantes entre o passado e o presente, entre o imaterial e o material, entre a alma e o corpo, entre outras.<sup>194</sup>

<sup>192</sup> BOURDIEU, Pierre. O mercado dos bens simbólicos. In: *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974, pp 99-181.

<sup>193</sup> HABERMAS, Jürgen. Estruturas sociais da esfera pública. IN: \_\_\_\_\_. *Mudança estrutural da esfera pública*. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

<sup>194</sup> GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. Horizontes antropológicos, Porto Alegre, v. 11, n. 23, Jun 2005. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832005000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832005000100002&lng=en&nrm=iso). Acessado em: 1 MAR. 2012.

Assim, a memória ocupa todos os ciclos de sua dinâmica social. Inicia-se com o relato de uma experiência traumática que se transforma em literatura. Após a consagração da obra, que encontra ecos na sociedade, há seu processo de patrimonialização. Tal ação ocorre diante do conteúdo exceder sua finalidade inicial. Ao se transformar em patrimônio literário, a narrativa contribui na construção da memória histórica e, como vimos, oferece uma visão parcial da realidade capaz de questionar a memória oficial instituída pelo Estado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dessas páginas, buscamos analisar autor e obra com o intuito de perceber o fenômeno da memória social durante a escrita de um período pessoal traumático. Através do relato de Ramos, ficamos a par de sua própria noção de memória, algo subjetivamente individual e passível de reconstituições advindas de reminiscências alheias ou da própria intencionalidade consciente.

Desta forma, a primeira parte do trabalho se destinou a realizar um apanhado da vida do autor que nos permite melhor entender o processo de sua narrativa ao longo do livro *Memórias do Cárcere*, tendo em vista à pormenorização dos episódios que compuseram sua biografia.

Ao traçarmos um estudo de trajetória da vida do escritor alagoano, podemos encará-lo enquanto homem de seu tempo e evitamos, assim, simplesmente enaltecer os grandes feitos de sua vida e cair numa espécie de ilusão biográfica.

Realizada a parte mais biográfica, após fornecermos elementos capazes de entendermos a figura de Graciliano Ramos, destinamos a análise para o aspecto da obra em si. Primeiramente, buscamos sintetizar o conteúdo de *Memórias do Cárcere* para tornar inteligível a interação entre a narrativa da obra e a narrativa dos fatos históricos que ocorriam em meio à era Vargas.

Não por acaso, a segunda parte do trabalho é dedicada a entender o período de produção da obra, onde autor e textos encontram-se imersos aos acontecimentos políticos do país e podem ser observados enquanto reflexos destas conjunturas.

Com a morte de Graciliano Ramos e a consequente publicação póstuma de *Memórias do Cárcere*, surgem simultaneamente às críticas elogiosas, indagações a respeito da autenticidade do texto, tendo em vista, como vimos, à direta participação de seu filho, Ricardo Ramos, no processo de finalização do livro.

O tema ressurgiu durante a década de 1980, mediante as celebrações do centenário de nascimento do presidente Getúlio Vargas. O país já se encontrava em condições de refletir a herança varguista e suas contribuições no campo político-social, possibilitando assim, a consolidação da imagem do segundo governo Vargas, democrático e nacionalista.

Paralelamente a isso, Nelson Pereira dos Santos se apropria das memórias do escritor alagoano para questionar a figura em que os partidos políticos construía e cria uma sutil analogia entre Vargas e o período ditatorial pós-1964. Assim, o cineasta consegue atualizar e ressignificar as memórias escritas entre o final da década de 1940 e início da década posterior. O sucesso do filme pode ser comprovado não só através da crítica especializada, simbolizada através de prêmios ganhos em festivais internacionais de cinema, como também, da reação do público em geral, medida através de matérias em periódicos que aclamam a obra cinematográfica.

Na terceira parte realizamos uma reflexão teórica dos conceitos que servem como instrumentos para o entendimento das tensões entre os diversos grupos sociais retratados ao longo do trabalho.

A partir do uso de conceitos aplicáveis ao entendimento do fenômeno da Memória Social, advindos de diferentes áreas das ciências humanas, tais como História, Antropologia, Ciências Políticas e Sociologia, procuramos demonstrar que as memórias individuais de um escritor perseguido pela ditadura Vargas pode, ao longo do tempo, se transformar em patrimônio literário, dentre outros motivos, por fornecer elementos contrários à memória Vargas.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Ecos e murmúrios de uma trajetória incomum. In: FRANCO NETTO, Guilherme; ABREU, Regina. (orgs.) *Arouca meu irmão: uma trajetória a favor da saúde coletiva*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2009.

ABREU, Regina. *O Enigma dos Sertões*. Rio de Janeiro: Funarte/Rocco, 1998.

ABREU, Regina; CHAGAS, Mario. (orgs.) *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ABREU, Regina; DODEBEI, Vera. (orgs.) *E o patrimônio?* Rio de Janeiro: Contra Capa/PPGMS-UNIRIO, 2008.

ACERVO HISTÓRICO DIGITALIZADO DO JORNAL DO BRASIL, parceria entre o Jornal do Brasil e a empresa Google que permite o livre acesso às edições do jornal das décadas de 1930 a 1990. (<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC> Data de acesso: 15/02/2012)

ACERVO JOSÉ OLYMPIO/BIBLIOTECA NACIONAL - Artigo de Moacir Werneck de Castro publicado no jornal *Última Hora* em 16/11/1979.

ACERVO JOSÉ OLYMPIO/BIBLIOTECA NACIONAL - Carta de José Olympio ao Diretor da Sucursal de O Estado de São Paulo e Jornal da Tarde, Luiz Carlos Lisboa tratando do livro *Memórias do Cárcere* em 14/11/1979.

ACERVO JOSÉ OLYMPIO/BIBLIOTECA NACIONAL - Carta de Ricardo Ramos ao Diretor do Estado de São Paulo – Júlio Mesquita Filho – tratando do livro *Memórias do Cárcere* em 09/12/1953.

ALVES, J. *História das secas*. Fortaleza, Inst. do Ceará: Mon. 23, v. 1, séculos XVI a XIX, 1953

ARAÚJO, Maria Celina D'. *O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política*. São Paulo: Ática, 1992.

ARAÚJO, Maria Celina D'; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. (ORG.) *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ARAÚJO, Maria Celina Soares D'. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo Cutrix, 1977. p. 12.

BENJAMIN, Walter. O narrador, in: *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

BOBBIO, Norberto, Dicionário de Política, Editora Universidade de Brasília, 11<sup>a</sup>, 2000, Vol. 2.

BOMENY, Helena (org.) *CONSTELAÇÃO Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista(SP): Ed Universidade de São Francisco, 2001.

BOMFIM, Edilma Acioli. A literatura em Alagoas: um percurso lírico e histórico. In: MORAES, Maria Heloisa Melo de. *Poesia alagoana hoje: ensaios*. Maceió: Edufal, 2007.

BOSI, Alfredo. A escrita do testemunho em Memórias do Cárcere. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 9, n. 23, Abr. 1995. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141995000100020&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000100020&lng=en&nrm=iso). Acessado em: 10 Fev. 2012.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: J. AMADO; M.M. FERREIRA (orgs.), *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001, p. 183-191.

BOURDIEU, Pierre. O mercado dos bens simbólicos. In: *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974, pp 99-181.

BOURDIEU, Pierre. Os ritos de instituições. In: *Economia das Trocas Lingüísticas*. São Paulo, Edusp, 1996.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) último acesso em: 27/07/2010.

BRASIL. *Decreto n.º 229/1935*. Ordena o fechamento, em todo o território nacional, dos núcleos da “Aliança Nacional Libertadora”. Disponível em: [http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=229&tipo\\_norma=DEC&data=19350711&link=s](http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=229&tipo_norma=DEC&data=19350711&link=s) Data de acesso: 06/07/2011

BRAYNER, Sônia. *Graciliano Ramos: seleção de textos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977

CALABRE, Lia. *A Rádio Globo e o Governo Vargas (1953-1954)*. Trabalho apresentado ao NP 06 – Rádio e Mídia Sonora, do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.: Disponível em: <http://galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/bitstream/1904/17660/1/R0942-1.pdf> Data de último acesso: 07/06/2010.

CAMPOS SALES, M. F. *Da propaganda à presidência*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

CAMPOS, Zóia Vilar. *Doce Amargo: produtores de açúcar no processo de mudança – Pernambuco (1874-1941)*. São Paulo: Annablume, 2001.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano – O tempo do nacional-estadismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp- 107-144.

- CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História. Ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARONE, Edgard. *A Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro – São Paulo: Difel, 1976
- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CONRADO, Regina Fátima de Almeida. *O mandacaru e a flor: a autobiografia Infância e os modos de ser de Graciliano Ramos*. São Paulo: Arte & Ciência, 1997.
- CORTÉS, Carlos E. *Política Gaúcha (1930-1964)*. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.
- COSTA, Emilia Viotti da. *O Supremo Tribunal Federal e a construção da cidadania*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- DA SILVA, Márcia Cabral. *Infância, de Graciliano Ramos: uma história da formação do leitor no Brasil*. (Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas), Instituto de Estudos da Linguagem, 2004.
- DAVI, Tânia Nunes. “A democracia no Brasil é um intervalo comercial”: autoritarismo, estética e representações em Memórias do Cárcere (1953-1984). Uberlândia/MG: UFU, 2004. Dissertação (Mestrado).
- Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001
- DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. São Paulo: Edusp, 1998.
- ELIAS, Norbert. *Mozart: Sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.
- ENNA, Homero. Revisão do Modernismo. In: BRAYNER, Sônia. *Graciliano Ramos: seleção de textos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- SCHILD, Suzana. Entrevista de Nelson Pereira dos Santos à Suzana Schild, *Revista IBM*, ano VI, nº 18, setembro de 1984.
- FALLEIROS, Marcos Falchero. Os relatórios de Graciliano Ramos. *Anais do XI Congresso Internacional da ABRALIC*, 2008.
- FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: História e Historiografia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1975.
- FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas: O poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- FERREIRA, Jorge. Quando os trabalhadores "querem": política e cidadania na transição democrática. In: *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. A Reação Republicana e a crise política dos anos vinte.” In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n.º 11, 1993.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Getúlio Vargas: uma memória em disputa*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (Orgs.) *Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERRO, Marc. O filme: uma contra-análise da sociedade? In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, J. & DELGADO, L. *O Brasil Republicano: O Tempo da Ditadura – regime militar e os movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 168-205.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In: *Rev. Bras. Hist.* São Paulo, v. 24, n. 47, 2004.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (orgs.) *Memória e Patrimônio. Ensaios Contemporâneos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

FRAIZ, P. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. *Revista Estudos Históricos*, América do Norte, 11, jul. 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2060/1199>. Acesso em: 08 FEV. 2012.

FRANCO, Renato. Literatura e Catástrofe no Brasil: Anos 70. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org). *História, Memória, Literatura: o Testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1936.

GOMES, Angela de Castro.(org.) *Escrita de Si, Escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GOMES, Ângela Maria de Castro; ARAÚJO, Maria Celina Soares D'. *Getulismo e trabalhismo: tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, v. 11, n. 23, Jun 2005. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832005000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832005000100002&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em: 1 MAR. 2012.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O Patrimônio como categoria de pensamento. IN: ABREU, Regina. & CHAGAS, Mario. (org.) *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera. (orgs.) *O que é memória social?*, Rio de Janeiro: Contra Capa/UNIRIO, 2005.

GUEDES-PINTO, Ana Lúcia; FONTANA, Roseli A. Cação. As mulheres professoras, as meninas leitoras e o menino leitor: a iniciação no universo da escrita no patriarcalismo rural brasileiro. Uma leitura a partir de Infância, de Graciliano Ramos. *Caderno Cedes*, Campinas, vol. 24, n. 63, p. 165-191, maio/ago. 2004.

GUIMARÃES, Raquel Beatriz Junqueira. *Rastros da leitura, trilhas da escrita: o leitor em Pedro Nava e Graciliano Ramos*. (Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais) Pós-graduação em Letras da Faculdade de Letras, 2010.

HABERMAS, Jürgen. Estruturas sociais da esfera pública. In: *Mudança estrutural da esfera pública*. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: Sua História*. São Paulo: Edusp, 2005.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI, Social Science Research Council, 2002.

KORNIS, Mônica Almeida. História e Cinema: um debate metodológico. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992, pp. 237-250.

LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre Dir. *História - Novos Problemas, Novos Objetos, Novas Abordagens*. Tradução de Theo Santiago et al. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

LE GOFF, Jacques et NORA, Pierre (dir.). *Faire de l'histoire*. Tomo I, *Nouveaux Problèmes*; Tomo II, *Nouvelles Approches*; Tomo III, *Nouveaux Objets*. Paris: Gallimard, 1974.

LE GOFF, Jaques. *História e Memória*. Campinas. São Paulo: Editora da Unicamp, 1990.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto – O município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-ômega, 1978.

LEFEBVRE, H. *Lógica formal/lógica dialética*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1983.

MARTINS, Wilson *Minhas relações com José Olympio*. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/cadernog/conteudo.phtml?tl=1&id=819380&tit=Minhas-relacoes-com-Jose-Olympio> (último acesso em: 13 de maio de 2012).

MEDEIROS, Joselaine Brondani. Memórias do Cárcere: Uma Possibilidade de Releitura da História. Literatura e Autoritarismo: Opressão e resistência na produção cultural Revista nº 5. Janeiro/Junho, 2005. Disponível em:

<http://w3.ufsm.br/grpesqla/revista/num5/ass04/pag01.html> Data da consulta: 17 de março de 2012.

MELLO E SOUZA, Laura. Os Donos do Poder. in: MOTA, Lourenço Dantas (org.) *Introdução ao Brasil: um Banquete no Trópico*. São Paulo: Editora Senac, 1999: 335-355.

MESQUITA, Cláudia. *De Copacabana à Boca do Mato: o Rio de Janeiro de Sérgio Porto e Stanislaw Ponte Preta*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.

MIRANDA, W. M. Vida e Obra de Graciliano Ramos. In: RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

MIRANDA, Wander Melo. *Corpos escritos: Graciliano Ramos e Silviano Santiago*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1992.

MIRANDA, Wander Melo. Posfácio in: RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. Rio de Janeiro: Record, 2008, pp. 681-695.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *The development of Greek Biography*. Expanded edition. Cambridge; London: Harvard University Press, 1993.

MORAES, Dênis de. *O Velho Graça, uma biografia de Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

NORA, Pierre. Entre memórias e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEN, Ruben George. Patrimônio intangível: considerações iniciais. IN: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (orgs.) *Memória e Patrimônio. Ensaios Contemporâneos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

PANDOLFI, Dulce (org). *REPENSANDO o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos de 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano – O tempo do nacional-estadismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 13-38.

POLLAK, M. Memória e identidade social. In: *Revista Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v.2, nº 3, 1989.

POMIAN, K. Memória. In: GIL, Fernando. (coord.) *Enciclopédia Einaudi*, v.42. Lisboa: Imprensa Nacional. Casa da Moeda, 2000.

RAFAEL, Ulisses Neves. Muito barulho por nada ou o “xangô rezado baixo”: uma etnografia do “Quebra de 1912” em Alagoas, *Brasil. Etnográfica*, jun. 2010, vol.14, no.2, p.289-310.

RAMOS, Graciliano. *Angústia*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

- RAMOS, Graciliano. *Cartas*. Rio de Janeiro: Record, 1981.
- RAMOS, Graciliano. *Infância*. Rio de Janeiro, Record, 1981
- RAMOS, Graciliano. *Linhas Tortas*. Rio de Janeiro: Record, 1975.
- RAMOS, Graciliano. *Mémoires de prison. (Memórias do cárcere, posth, 1953)*, traduit du portugais, préfacé et annoté par Antoine Seel et Jorge Coli. Paris: Éditions Gallimard, 1988.
- RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e Sociedade: As Reconstruções da Memória In: REIS FILHO, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.
- RIO DE JANEIRO, *Decreto nº 19983* de 25 de maio de 1994.
- ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas Revolucionárias e Luta Armada. In: FERREIRA, J. & DELGADO, L. *O Brasil Republicano: O Tempo da Ditadura – regime militar e os movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 44-91.
- ROUSSO, Henri. A memória não é mais o que era. In: AMADO, J; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e abusos da História Oral* Rio de Janeiro. Ed. FGV, 1996.
- SALEM, Helena. *Nelson Pereira dos Santos – o sonho possível do cinema brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.
- SALLA, Thiago Mio. *O fio da navalha: Graciliano Ramos e a Revista Cultura Política*. (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo) Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicação e Artes, 2010.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. A construção da violência: o caso da Ilha Grande In: PRADO, Rosane Manhães (org). *Ilha Grande: do sambaqui ao turismo*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006, pp. 191-220.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Os Conflitos entre Natureza e Cultura na Implementação do Ecomuseu Ilha Grande. In: *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.12, n.1, 2005, pp. 381-400
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Os Porões da República – A barbárie nas prisões da Ilha Grande: 1894-1945*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Os conflitos entre natureza e cultura na implementação do Ecomuseu Ilha Grande. *Hist. cienc. saude-Manguinhos* [online]. 2005, vol.12, suppl., pp. 381-398. ISSN 0104-5970.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva – Beatriz Sarlo; tradução Rosa Freire d’Aguiar. – São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.*

- SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo Biografias... Historiadores e Jornalistas: Aproximações e Afastamentos. *Revista Estudos Históricos*. v. 19. 1997.
- SENNA, Homero. Revisão do Modernismo. In: BRAYNER, Sônia. Graciliano Ramos: seleção de textos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- SILVIA, Marta Emília de Souza e. *Poesia visual em Alagoas*. Maceió: Edufal: 2007.
- SIMINI, Fabio. *A Ilha Grande e os "Anos de Chumbo": memórias de ex-presos LSN do Instituto Penal Cândido Mendes (1968-1975)*. Rio de Janeiro: monografia de conclusão de curso, UNIRIO, 2009.
- SIMINI, Fabio. A uma cela do paraíso: memórias e narrativas de ex-presos LSN no Instituto Penal Cândido Mendes, Ilha Grande (1968-1975). In: Icleia Thiesen. (Org.). *IMAGENS DA CLAUSURA NA DITADURA DE 1964 - Informação, Memória e História*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011, p. 83-102.
- SORÁ, Gustavo. *Brasileiras: A casa José Olympio e a instituição do livro nacional*. (Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 1998.
- SORÁ, Gustavo. *Brasileiras: José Olympio e a Gênese do Mercado Editorial Brasileiro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Com-Arte, 2010.
- TENÓRIO, Douglas Apratto. *Metamorfose das Oligarquias*. Curitiba: HD Livros, 1997.
- VERNANT, J-P. A bela morte e o cadáver ultrajado. In: *Discurso - Revista do Departamento de Filosofia da FFLCH da USP*. São Paulo: FFLCH, 9: 31-62, 1979.
- XAVIER, Ismail. *O Cinema Brasileiro Moderno*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.